



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 817

Sexta-feira - 02 de Setembro de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	2
Ascurra.....	5
Biguaçu.....	5
Braço do Trombudo.....	7
Caçador.....	11
Campo Alegre.....	13
Campos Novos.....	51
Canoinhas.....	64
Capinzal.....	64
Catanduvas.....	64
Chapadão do Lageado.....	68
Concórdia.....	68
Cordilheira Alta.....	74
Corupá.....	77
Curitibanos.....	82
Eral Velho.....	83
Forquilha.....	83
Fraiburgo.....	88
Garopaba.....	103
Gaspar.....	117
Governador Celso Ramos.....	118
Guaramirim.....	119
Herval do Oeste.....	120
Imbituba.....	120
Irineópolis.....	120
Itapoá.....	122
Joaçaba.....	123
Lages.....	124
Lauro Muller.....	124
Lindóia do Sul.....	125
Luzerna.....	127
Navegantes.....	127
Nova Trento.....	128
Novo Horizonte.....	128
Paial.....	129
Palmitos.....	130
Pinheiro Preto.....	130
Porto Belo.....	131
Porto União.....	133
Rio do Sul.....	137
Salto Veloso.....	142
São Lourenço do Oeste.....	142
São Pedro de Alcântara.....	142
Schroeder.....	144
Timbó.....	148
Três Barras.....	154
Tunápolis.....	155
Turvo.....	157

Vargeão.....	158
Videira.....	158

Consórcios

AGIR.....	159
CIGA.....	160
CISAMA.....	160

Água Doce

PREFEITURA

Edital Nº 010/2011

EDITAL Nº 010/2011 - DE 31 DE AGOSTO DE 2011

A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições e considerando o disposto na seção III, artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº 011/98 de 22 de setembro/98 e nº 022/02 de 26 de fevereiro/02 torna público, para conhecimento do Membro do Magistério Público Municipal, que a Secretaria de Educação, Cultura Esporte, estará recebendo no período de 01.09.2011 a 15.09.2011, solicitação para a PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, por comprovação de Nova Titulação ou Habilitação Profissional, nos termos legais supracitados e normas deste Edital.

1. DOS REQUISITOS

- 1.1 Ser membro efetivo do Quadro do Magistério Público Municipal;
- 1.2 Ter nova titulação ou habilitação profissional correlata a área de ensino, atuação disciplina ou local de trabalho;
- 1.3 Estar em exercício em Unidade Escolar ou no órgão de Administração da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;

2. DA DOCUMENTAÇÃO

- 2.1 Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de:

- a) Certificado ou Diploma do curso Superior de Licenciatura Plena ou certificado de Pós-Graduação a nível de Especialização;
- b) Histórico Escolar correspondente ao curso frequentado;

3. DA ANÁLISE

- 3.1 A análise da solicitação para a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata o presente Edital, caberá a Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.
- 3.2 A solicitação será indeferida quando não atender as disposições da Legislação Vigente e normas deste Edital

4. DA PUBLICAÇÃO

- 4.1 O Departamento de Pessoal fará publicar, portaria concedendo a Progressão de que trata o presente Edital, bem como a listagem das solicitações indeferidas e dos motivos do indeferimento

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.DA RECONSIDERAÇÃO

5.1 A contar da data da publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério terá o prazo de 10(dez) dias, para solicitar reconsideração, devendo para tanto apresentar:

- a) Requerimento devidamente assinado
- b) Documento que justifique a solicitação de reconsideração

5.2 Caberá a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a análise do pedido de reconsideração, cujo resultado será publicado através de portaria pelo Departamento de Pessoal;

6.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Serão aceitas para a solicitação da Progressão por Nova Titulação ou Habilitação, de que trata este Edital, as declarações de conclusão de cursos de Pedagogia e Pós-Graduação, quando estes tenham sido realizados em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficando contudo, a expedição da Portaria concedendo o benefício, condicionado a apresentação do certificado ou diploma do respectivo curso, motivo da solicitação.

6.2 O membro do Magistério que na solicitação da Progressão, prestar declaração falsa ou apresentar documento adulterado, terá cancelado o ato dela decorrente, sem prejuízo de ação penal competente.

6.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e esporte.

Água Doce, 31 de agosto de 2011.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita municipal

Alto Bela Vista**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 034/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
Processo de Licitação nº 034/2011
Pregão n.º 010/2011

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, tipo menor preço, para contratação de empresa técnica especializada para elaboração, coordenação e operacionalização das fases de Concurso Público, conforme descrição detalhada no Edital, todo conforme as disposições da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e consoante com as normas elencadas do Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 09h00min, do dia 13 de setembro de 2011. Na mesma data, às 09h15min, em sessão pública, dirigida por pregoeiro designado, haverá a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e no sítio: www.altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista (SC), em 01 de setembro de 2011.
SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal.

Portaria Nº 071 de 31 de Agosto de 2011

Concede Licença para Tratamento de Saúde

SERGIO LUIZ SCHMITZ; Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal MARCIA PAULINA F. BURGET; ocupante do cargo de PROFESSORA-20 HORAS; no Período de Tres (03) dias, conforme, atestado médico expedido na mesma data desta Portaria; Dr. Alex Sandro Vergara Borges - CRM 8328.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, 31 de Agosto de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALICE SCHWAMBACH LEMKE
Responsável pelas Publicações.

Antônio Carlos**PREFEITURA****Decreto Nº 094/2011**

DECRETO Nº 094/2011
Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.303 de 14 de Dezembro de 2010.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.263,72 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.10.306.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 10.263,72

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro 10.263,72.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 31 de Agosto de 2011.
PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de Agosto de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 351/2011

PORTARIA Nº 351/2011
Concede Anuênio a servidor.

GERALDO PAULI- Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ANUÊNIO, de 1% ao mês, a servidor efetivo, NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER, ocupante do Cargo de PROFESSOR I - 20H, a partir de 01 de Setembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 352/2011

PORTARIA Nº 352/2011
Concede Adicional a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a partir de 01 de Setembro de 2011, a servidores efetivos conforme abaixo relacionado:

NOME DO SERVIDOR	NIVEL SALARIAL	ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO
ANTONIO MANNES	05	24%
NAIR ZIMMERMANN GELSLEICHTER	03	12%
OSVALDINO KAMMER	04	18%
PEDRO NAZARENO JUNKES	05	24%

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 353/2011

PORTARIA Nº 353/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a partir de 01 de Setembro de 2011, a CARLA JUNKES SCHAPPO, ocupante do Cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de setembro de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 354/2011

PORTARIA Nº 354/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a partir de 01 de Setembro de 2011, a SILVIA TESSARI, ocupante do Cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, a partir de 01 de setembro de 2011, relativo ao periodo aquisitivo de 15/07/2010 a 14/07/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 355/2011

PORTARIA Nº 355/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a partir de 01 de Setembro de 2011, a FLAVIO MUNICH, ocupante do Cargo Comissionado de COORDENADOR DA EDUCAÇÃO, a partir de 01 de setembro de 2011, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2009 a 01/02/2010..

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 356/2011

PORTARIA Nº 356/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a partir de 01 de Setembro de 2011, a IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 01 de setembro de 2011, relativo ao período aquisitivo de 01/04/2009 a 31/03/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 357/2011

PORTARIA Nº 357/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a partir de 01 de Setembro de 2011, a RAQUEL MARIA ROSA ROTHSTEIN, ocupante do Cargo temporario de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 01 de setembro de 2011, relativo ao período aquisitivo de

09/03/2010 a 08/03/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 358/2011

PORTARIA Nº 358/2011.
Prorroga Contratação Temporaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de HELENO NEIS, ocupante do Cargo temporario de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de setembro de 2011 A 31 de Agosto de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 359/2011

PORTARIA Nº 359/2011.
Prorroga Contratação Temporaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ERNESTO PEREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo temporario de MOTORISTA, a partir de 01 de setembro de 2011 A 31 de Agosto de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 01 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 360/2011

PORTARIA Nº 360/2011.
Prorroga Contratação Temporária.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, de GEOVANI FABER DE MOURA, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 02 de setembro de 2011 A 31 de Agosto de 2012, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 361/2011

PORTARIA Nº 361/2011.
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a ROSILENE PINHEIRO DA PAZ, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 02 de setembro de 2011, relativo ao período aquisitivo de 18/04/2009 a 17/04/2010.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 02 de Setembro de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 02 de Setembro de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Ascurra

PREFEITURA

Edital Licitação Pregão 43/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE AS CURRA
EDITAL DE PREGÃO N. 43/2011

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 16 de setembro de 2011, PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS PARA AS CRECHES MUNICIPAIS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente. Ou no site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 02 de setembro de 2011.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Resolução Nº 03/2011 - CMAS

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

BIGUAÇU - SC

RESOLUÇÃO Nº 03/2011 - CMAS

Regulamenta os Benefícios Eventuais conforme art.22 § 2º da Lei nº.

8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU

CMAS, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 2673 de 23 de outubro de 2008:

CONSIDERANDO que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido no art. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8.742) de 07 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO os critérios contidos no Decreto Federal nº. 6.307, de 14 de dezembro de 2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art.22 da LOAS;

CONSIDERANDO a Resolução 39/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social que Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios

Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

CONSIDERANDO a Resolução 02/2010 do CMAS de Biguaçu e o Decreto Municipal 143/2010;

CONSIDERANDO a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/2009) e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 que altera a Lei 8742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social;

CONSIDERANDO Ata 113º da Reunião Extraordinária do CMAS realizada em 17 de agosto de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Regularizar os Benefícios Eventuais conforme a legislação vigente.

Art. 2º - O Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de

Proteção Social de caráter complementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos,

Art. 3º - O Benefício Eventual destina-se as famílias e pessoas com renda

de um salário mínimo ou renda per capita até 1/2 (meio) salário mínimo e com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa,

§ 1º - Os benefícios eventuais serão concedidos mediante a comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual e será assegurada por profissional técnico de Serviço Social lotado na Secretaria responsável pelo Comando Único da Política de Assistência Social do município e que integre uma das equipes de referência da Proteção Social, respeitando a dignidade do cidadão, a sua autonomia e o direito aos benefícios e serviços de qualidade, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

§ 2º - Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou indivíduo em situação de vulnerabilidade social conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

§ 3º - A família ou indivíduo beneficiada deverá estar cadastrada no Programa

Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO.

Art. 4º - O Benefício Eventual são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Parágrafo Único: As situações relacionadas a programas, projetos e serviços da Saúde (medicamentos, próteses, órteses, cadeira de roda, fraldas geriátricas, transporte ou outro), Educação (material escolar, transporte escolar, passe escolar ou outro.), Habitação (auxílio moradia emergencial, locação social), Esporte (material esportivo, uniforme e etc.) e demais políticas setoriais, não são situações de concessão de benefícios eventuais da política de Assistência Social.

Art. 5º - Nas situações de vulnerabilidade temporária será dada prioridade a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Parágrafo Único: No caso de situação de emergência ou calamidade pública decretada pelo município por intempéries ou desastre, poder-se-á atender as famílias com benefícios eventuais independente dos critérios estabelecidos nesta lei, desde que encaminhadas pela Defesa Civil do município. A calamidade pública deve ser reconhecida pelo poder público, mediante decreto, explicitando a situação anormal, identificando os danos causados às famílias e pessoas afetadas, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes, com as medidas a serem adotadas, independente dos benefícios eventuais.

Art. 6º - A Secretaria de Assistência Social deve elaborar anualmente seu Plano de Concessão de Benefícios Eventuais, especificando o acompanhamento e monitoramento das famílias beneficiadas e apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social para aprovação,

Parágrafo Único - O Plano de Concessão de Benefícios Eventuais tem por objetivo assegurar a vinculação dos benefícios com os serviços, programas e projetos socioassistenciais, com a rede de serviços das outras políticas públicas e com o sistema de garantia de direitos.

Art. 7º - Serão considerados Benefícios Eventuais:

a) Documentação civil, para obtenção da segunda via de documento que exigem o pagamento de taxa de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para este fim;

b) Fotografia, para emissão de documentação civil;

c) Auxílio Alimentação, para complementar a alimentação fornecida para a

as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade temporária, compreendendo os itens da cesta básica;

d) Auxílio Locomoção I, passagens intermunicipais e interestaduais para pessoas em situação de rua que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares. Incluem-se, após justificativa técnica fundamentada, as famílias ou pessoas residentes no município que desejam retornar a sua cidade de origem ou cidade com referências familiares ou com vistas atender outras situações imprescindíveis à superação das adversidades enfrentadas;

e) Auxílio Locomoção II, passagens municipais para atender situações emergenciais e pontuais necessárias à superação da adversidade enfrentada momentaneamente;

f) Auxílio Moradia I, como ajuda de custo para pagamento de aluguel de imóvel, sendo meio facilitador dentro do Plano de Atendimento à Família ou ao indivíduo, destinado as situações de desabrigo das unidades de acolhimento institucional da Assistência Social ou para evitar o abrigo nessas unidades.

g) Auxílio Moradia II, como ajuda de custo para pagamento de aluguel de imóvel, sendo meio facilitador dentro do Plano de Atendimento à Família ou ao indivíduo nas situações de mulheres impossibilitadas de garantir moradia a seus filhos em razão de terem sido vítimas de situações de violência física ou sexual, necessitando do afastamento temporário da moradia.

h) Auxílio Moradia III, para as famílias sem moradia em razão de situação de emergência ou calamidade pública conforme o disposto no artigo 5º.

Parágrafo Único: O valor máximo repassado para os auxílios moradias I, II e III terá o valor de no máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) devendo ser utilizado para pagamento de aluguel de imóvel com apresentação de documento comprobatório desta utilização, através de recibo de pagamento.

Auxílio moradia IV, para as famílias e indivíduo que após laudo técnico realizado por profissional habilitado da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN comprovar risco eminente de desabrigo, danos estruturais na residência que possam trazer prejuízos e comprometimento a integridade física até a transição para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

i) Auxílio Desabrigo, enxoval incluindo itens básicos cama, banho e material de higiene destinado às situações de desabrigo dos indivíduos ou famílias que permaneceram abrigados em acolhimento institucional da Secretaria de Assistência Social, auxiliando o processo de reconstrução de suas vidas.

Art. 8º - Os Benefícios Eventuais, conforme descrito no art. 7º da presente resolução serão oferecidos em:

a) Bens de consumo: cesta básica, material de higiene, fotos, passagens entre outros adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;

b) Na forma de pecúnia: auxílio moradia mediante adoção de procedimentos comprobatórios de gastos, utilizando-se recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - Para acesso aos benefícios eventuais é necessário a apresentação dos seguintes documentos:

Registro Civil - RG, Cadastro de Pessoa Física - CPF, comprovante de residência ou declaração, renda familiar. Para os auxílios de moradia IV também deverão ser apresentados documentos de posse, escritura do imóvel e registro no imóvel no cadastro da Prefeitura (IPTU).

Art. 9º - Os Benefícios Eventuais, por constituir-se em uma prestação temporária, poderão ser concedidos:

a) Uma única vez por pessoa, dentro de um período mínimo de 12 meses, para os benefícios eventuais de documentação civil, e fotografias;

d) Uma única vez, quando do desligamento de usuários dos serviços de acolhimento institucional, para o benefício eventual de auxílio desabrigo;

e) Até seis meses por família, dentro do período mínimo de 18 meses, para o benefício eventual de gênero alimentício - cesta básica;

f) Até 03 meses, prorrogada por até 04 vezes, perfazendo o total de 12 meses, após avaliação e justificativa técnica para o benefício eventual de auxílio moradia.

g) Conforme critério técnico, não podendo se configurar como concessão contínua para o benefício eventual de auxílio locomoção.

Parágrafo Único: nos projetos específicos de qualificação profissional e frequência nos programas e projetos proposto pela Política de Assistência Social para grupos previamente definidos, com comprovação de frequência pelo profissional que está acompanhando o indivíduo ou família;

Art.10 - Nas situações de calamidade pública quando o número de beneficiados for superior à média dos benefícios concedidos nos últimos 6 meses, no auxílio moradia, deverá o item de despesa do Fundo Municipal de Assistência Social ser suplementado, pelo valor e período previsto de forma a não prejudicar o direito das demais famílias e indivíduos conforme a presente resolução.

Art. 11 - A Secretaria de Assistência Social compete:

a) A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

b) Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

c) Manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, Registro do CADÚNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

d) Apresentar anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades;

e) Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa,

f) Promover ações permanentes de ampla divulgação dos benefícios eventuais e seus critérios de concessão.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Assistência Social compete:

a) Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

b) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo

Municipal de Assistência Social para este fim,

c) Apreciar os estudos de demanda, revisão dos tipos de benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e ou propostas da Secretaria de Assistência Social ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

Art. 13 - A Secretaria de Assistência Social apresentará em 60 dias o Plano de Concessão de Benefícios Eventuais para o próximo ano, acompanhado das instruções, formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 14 - fica alterado para ½ salário mínimo percapita para famílias e um salário mínimo para indivíduos, o critério financeiro para concessão de auxílio natalidade e auxílio funeral, bem como a documentação a ser apresentada, passando a valer a documentação contida no artigo 8º, parágrafo único desta resolução, substituindo o texto contido no

Art. 15 - Recomenda-se ao poder executivo elaboração de Lei que atenda as questões de habitação que não são pertinentes a Política de Assistência Social e não contempladas nesta Lei através de recursos alocados no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de agosto de 2011.

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

Presidente do CMAS - Biguaçu - SC

Resolução Nº 02/2011 - CMAS

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL

BIGUAÇU - SC

RESOLUÇÃO Nº 02/2011 - CMAS

Aprova o Demonstrativo físico-financeiro do ano de 2009 do Índice de Gestão Descentralizada

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU

CMAS, no uso da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 2673 de 23 de outubro de 2008:

CONSIDERANDO Ata 111ª do Conselho Municipal de Assistência Social, da Reunião ordinária realizada em 18 de abril de 2011, CONSIDERANDO a Portaria 754/2010 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar totalmente a prestação de contas do Demonstrativo físico-financeiro do recurso federal do Índice de Gestão Descentralizada, conforme solicitação do Ministério do Desenvolvimento Social, no valor de R\$ 33.973,00 (trinta e três mil novecentos e setenta e três reais).

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de agosto de 2011.

ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE

Presidente do CMAS - Biguaçu - SC

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Convênio 4/2011

TERMO DE CONVÊNIO 4/2011.

Convênio de Cooperação que entre si celebram a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. e a PREFEITURA DE BRAÇO DO TROMBUDO, visando a implantação da Unidade de Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC Distribuição S.A., utilizando-se de espaço físico nas dependências da Prefeitura.

A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., com sede na Av. Itamarati, 160, Blocos A1, B1 e B2 - Itacorubi - Florianópolis-SC, CEP 88.039-900, inscrita no CPJ sob nº. 08.336.783/0001-90, inscrição estadual nº. 255.266.626, neste ato representada pelos Diretores infra assinados, doravante denominada CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.; e a PREFEITURA DE BRAÇO DO TROMBUDO, inscrita no CNPJ nº 95.952.230/0001-67, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo Prefeito Vilberto Muller Schovinder, resolvem assinar o presente Convênio de Cooperação institucional, de acordo com as cláusulas e condições a seguir acordadas entre as partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a Cooperação Institucional, que entre si celebram a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. e a CONVENIADA, por meio da cessão gratuita de espaço físico nas dependências da CONVENIADA, visando ao Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., nos seguintes moldes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. realizará o atendimento com empregados de seu quadro funcional nas datas e horários previamente fixados e acordados entre as partes, (no período vespertino) em cumprimento ao estabelecido no capítulo XV da Resolução nº 414/2010/ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os serviços de atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. são os previstos no anexo I da Resolução nº 414/2010/ANEEL.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. será efetuado em local de fácil acesso e que comporte a estrutura necessária exigida pela ANEEL.

CLAUSULA SEGUNDA - DA IMPLANTAÇÃO

A CONVENIADA cederá, gratuitamente, espaço físico adequado possibilitando a execução do presente objeto conforme cronograma previamente acordado, alinhado ao estabelecido no artigo n.º 224, Incisos II e III da Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. providenciará a instalação do mobiliário, equipamentos e link de comunicação de voz e dados, sem custos à CONVENIADA, com vistas ao atendimento do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS DA UNIDADE

Para o funcionamento da Unidade de Atendimento Presencial da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., observar-se-ão as seguintes disposições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. ficará responsável pelos investimentos e manutenção com mobiliário, equipamentos, sistemas e pessoal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As despesas mensais de água, energia elétrica, limpeza, conservação e demais taxas e impostos incidentes sobre o imóvel ficarão por conta da CONVENIADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A..

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Providenciar a instalação do mobiliário, equipamentos e link de comunicação de voz e dados e identificação visual, com vistas ao atendimento do presente objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Realizar o atendimento com empregados de seu quadro funcional nas datas e horários fixados entre as partes, em cumprimento ao estabelecido no capítulo XV da Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Gerenciar a Unidade de Atendimento Presencial dando suporte para a operacionalização dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO. Quaisquer obras ou modificações internas ou externas, qualificadas como benfeitorias úteis, somente poderão ser feitas pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. mediante o consentimento prévio e escrito da conveniada, salvo quando se tratar de benfeitorias necessárias, as quais serão, inclusive, indenizadas ao final do convênio pela CONVENIADA.

PARÁGRAFO QUINTO. Prestar atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., dentro do horário preestabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO SEXTO - Utilizar o espaço cedido unicamente para o Atendimento Presencial aos consumidores da CELESC

DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Elaborar, em conjunto com a CONVENIADA, termo de vistoria contendo as características e condições gerais do espaço físico concedido, conforme Anexo II.

PARÁGRAFO OITAVO - Devolver, ao término do convênio, o espaço físico nas mesmas condições descritas no termo de vistoria, conforme Anexo II.

PARÁGRAFO NONO - Prestar atendimento isonômico aos consumidores e preferencial a idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ceder o espaço físico sem ônus a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. com vistas à instalação da Unidade de Atendimento Presencial, conforme os parâmetros estabelecidos na Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Disponibilizar espaço físico de fácil acesso as pessoas com necessidades especiais (consumidores ou empregados).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Permitir livre acesso aos empregados e consumidores da CELESC D, nos horários e datas preestabelecidos no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO QUARTO - Elaborar, em conjunto com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., termo de vistoria contendo as características e condições gerais do espaço físico concedido, conforme Anexo II.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL

A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. designará e manterá por sua própria conta os profissionais que prestarão os serviços sob sua responsabilidade nas instalações físicas da CONVENIADA.

Parágrafo 1º Os profissionais da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. não se subordinam jurídica tampouco funcionalmente à CONVENIADA devendo, no exercício de suas atividades seguir as orientações, emanadas exclusivamente da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A..

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS TERMOS ADITIVOS

Eventuais alterações que venham ocorrer neste instrumento serão formalizadas mediante Termo Aditivo firmado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 57, cumulado com o artigo 116.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente convênio comunicando sua intenção formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio é competente o foro da Comarca onde localizado o imóvel para utilização da unidade de atendimento presencial.

E por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 04

(quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes.

Braço do Trombudo, 01 setembro de 2011.

Pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Chefe da Agência Regional

Chefe da DVCL/DVCD

Pela Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Beatriz Claudio
CPF nº 543.419.309-15

Manoel Arisoli Pereira
CPF nº 444.668.209-10

Lei 0688/2011

LEI Nº 0688/2011

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a CELESC Distribuição S.A., objetivando a implantação da Unidade de Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC Distribuição S.A. no município de Braço do Trombudo.

Art. 2º - É parte integrante da presente Lei, a minuta do Convênio de Cooperação a ser firmado entre ambos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 01 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO 4/2011.

Convênio de Cooperação que entre si celebram a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. e a PREFEITURA DE BRAÇO DO TROMBUDO, visando a implantação da Unidade de Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC Distribuição S.A., utilizando-se de espaço físico nas dependências da Prefeitura.

A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., com sede na Av. Itamarati, 160, Blocos A1, B1 e B2 - Itacorubi - Florianópolis-SC, CEP 88.039-900, inscrita no CPJ sob nº. 08.336.783/0001-90, inscrição estadual nº. 255.266.626, neste ato representada pelos Diretores infra assinados, doravante denominada CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.; e a PREFEITURA DE BRAÇO DO TROMBUDO, inscrita no CNPJ nº 95.952.230/0001-67, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo Prefeito Vilberto Muller Schovinder, resolvem assinar o presente Convênio de Cooperação institucional, de

acordo com as cláusulas e condições a seguir acordadas entre as partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a Cooperação Institucional, que entre si celebram a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. e a CONVENIADA, por meio da cessão gratuita de espaço físico nas dependências da CONVENIADA, visando ao Atendimento Presencial aos Consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., nos seguintes moldes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. realizará o atendimento com empregados de seu quadro funcional nas datas e horários previamente fixados e acordados entre as partes, (no período vespertino) em cumprimento ao estabelecido no capítulo XV da Resolução nº 414/2010/ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os serviços de atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. são os previstos no anexo I da Resolução nº 414/2010/ANEEL.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. será efetuado em local de fácil acesso e que comporte a estrutura necessária exigida pela ANEEL.

CLAUSULA SEGUNDA - DA IMPLANTAÇÃO

A CONVENIADA cederá, gratuitamente, espaço físico adequado possibilitando a execução do presente objeto conforme cronograma previamente acordado, alinhado ao estabelecido no artigo n.º 224, Incisos II e III da Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. providenciará a instalação do mobiliário, equipamentos e link de comunicação de voz e dados, sem custos à CONVENIADA, com vistas ao atendimento do presente objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS DA UNIDADE

Para o funcionamento da Unidade de Atendimento Presencial da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., observar-se-ão as seguintes disposições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. ficará responsável pelos investimentos e manutenção com mobiliário, equipamentos, sistemas e pessoal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As despesas mensais de água, energia elétrica, limpeza, conservação e demais taxas e impostos incidentes sobre o imóvel ficarão por conta da CONVENIADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A..

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Providenciar a instalação do mobiliário, equipamentos e link de comunicação de voz e dados e identificação visual, com vistas ao atendimento do presente objeto.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Realizar o atendimento com empregados de seu quadro funcional nas datas e horários fixados entre as partes, em cumprimento ao estabelecido no capítulo XV da Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Gerenciar a Unidade de Atendimento Presencial dando suporte para a operacionalização dos serviços.

PARÁGRAFO QUARTO. Quaisquer obras ou modificações internas

ou externas, qualificadas como benfeitorias úteis, somente poderão ser feitas pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. mediante o consentimento prévio e escrito da conveniada, salvo quando se tratar de benfeitorias necessárias, as quais serão, inclusive, indenizadas ao final do convênio pela CONVENIADA.

PARÁGRAFO QUINTO. Prestar atendimento aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., dentro do horário preestabelecido no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO SEXTO - Utilizar o espaço cedido unicamente para o Atendimento Presencial aos consumidores da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Elaborar, em conjunto com a CONVENIADA, termo de vistoria contendo as características e condições gerais do espaço físico concedido, conforme Anexo II.

PARÁGRAFO OITAVO - Devolver, ao término do convênio, o espaço físico nas mesmas condições descritas no termo de vistoria, conforme Anexo II.

PARÁGRAFO NONO - Prestar atendimento isonômico aos consumidores e preferencial a idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ceder o espaço físico sem ônus a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. com vistas à instalação da Unidade de Atendimento Presencial, conforme os parâmetros estabelecidos na Resolução 414/2010 da ANEEL.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Disponibilizar espaço físico de fácil acesso as pessoas com necessidades especiais (consumidores ou empregados).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Permitir livre acesso aos empregados e consumidores da CELESC D, nos horários e datas preestabelecidos no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira.

PARÁGRAFO QUARTO - Elaborar, em conjunto com a CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A., termo de vistoria contendo as características e condições gerais do espaço físico concedido, conforme Anexo II.

CLÁUSULA SEXTA - DO PESSOAL PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL

A CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. designará e manterá por sua própria conta os profissionais que prestarão os serviços sob sua responsabilidade nas instalações físicas da CONVENIADA.

Parágrafo 1º Os profissionais da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. não se subordinam jurídica tampouco funcionalmente à CONVENIADA devendo, no exercício de suas atividades seguir as orientações, emanadas exclusivamente da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A..

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS TERMOS ADITIVOS

Eventuais alterações que venham ocorrer neste instrumento serão formalizadas mediante Termo Aditivo firmado entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, artigo 57, cumulado com o artigo 116.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente convênio comunicando sua intenção formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio é competente o foro da Comarca onde localizado o imóvel para utilização da unidade de atendimento presencial.

E por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes.

Braço do Trombudo, 01 setembro de 2011.

Pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

Chefe da Agência Regional

Chefe da DVCL/DVCD

Pela Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Vilberto Muller Schovinder
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Beatriz Claudio
CPF nº 543.419.309-15

Manoel Arisoli Pereira
CPF nº 444.668.209-10

Lei Complementar 100/11

LEI COMPLEMENTAR Nº 100/2011

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS e dá outras providências".

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais;

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Braço do Trombudo, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação Econômico Fiscal, com a finalidade de incentivar a regularização de débitos parcelados ou não, judiciais ou administrativos vencidos até 31 de dezembro de 2010, junto à Fazenda Municipal, constituído ou não de ofício, através da redução de multa e juros nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei Complementar.

Parágrafo Único - O Contribuinte que optar por regularizar seus débitos junto ao Município de Braço do Trombudo, na Tesouraria, formaliza ato de confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados, consignando no expediente que renuncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou judicial, bem como desiste dos recursos interpostos, relativamente aos débitos incluídos neste pedido de opção.

Art. 2º - Os débitos de que trata o "caput" do artigo 1º serão regularizados com pagamento de única parcela, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) dos juros e multa, desde que sejam quitados até 31.12.2011.

Art. 3º - A opção para benefício do programa de Recuperação Econômico Fiscal deverá ser formalizado até o dia 31 de dezembro de

2011, mediante requerimento específico, que conterà entre outros os seguintes dados:

I - O tipo de débito que deseja incluir;

II - Período a que faz referência o valor devido;

Art. 4º - Incidirão honorários advocatícios sobre o crédito ajuizado, tal como prevê o art. 20 do Código de Processo Civil, pelo valor constante do processo judicial, a serem satisfeitos juntamente com a parcela única.

Art. 5º - Será excluído do programa o contribuinte que não promova o pagamento da cota única na data prevista no acordo.

§ 1º - A exclusão do Programa produzirá seu efeito de imediato, implicando na exigibilidade total dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante os acréscimos legais previstos na legislação municipal aplicável.

§ 2º - Da decisão que excluir o optante do REFIS, caberá recurso ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º - A Tesouraria comunicará de imediato ao Assessor Jurídico do Município a adesão do contribuinte ao Programa, quando este possuir débito ajuizado.

Art. 7º - Considera-se ínfimo, para efeitos de cancelamento na forma prevista no art. 14, §3º, o inciso II da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os débitos cujo valor por exercício financeiro não ultrapasse a R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 8º - O disposto na presente Lei Complementar não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do Orçamento vigente.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 01 de setembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 4.966

DECRETO nº 4.966, de 26 de agosto de 2011.

Retifica alínea "a" do inciso I, art. 1º do Decreto nº 4.918/2011, que Aprova desmembramento de terreno urbano.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA:

Art. 1º Fica retificada a alínea "a" do inciso I, art. 1º do Decreto nº 4.918, de 12 de julho de 2011, que Aprova desmembramento de terreno urbano de propriedade de David D'Agostini e Armelinda Albina Zambiasi, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I -

a) Servidão Gleba A, com 299,47m2 (duzentos e noventa e nove metros e quarenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Gleba A de David D'Agostini e Armelinda Albina Zambiasi, medindo 50,00 metros; ao Sul, com a Gleba B de David D'Agostini e Armelinda Albina Zambiasi, medindo 50,00 metros; ao Leste, com a Rua Luiz Caetano Francio, medindo 6,00 metros; e, ao Oeste, com a Gleba A de David D'Agostini e Armelinda Albina Zambiasi, medindo 6,00 metros, sendo que nesta servidão fica proibido qualquer tipo de edificação." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 4.968

DECRETO nº 4.968, de 30 de agosto de 2011.

Revoga o Processo Licitatório nº 09/2011 na modalidade de convite 03/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 09/2011 na modalidade de convite 03/2011, da Fundação Municipal de Meio Ambiente, para execução de ligações domiciliares e estruturas metálicas no Parque de Exposições, em razão da ausência de três propostas válidas de acordo com o art. 22 §7º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de agosto de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Alteração e Prorrogação PR 21-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALTERAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL: Pregão Presencial nº 21/2011 - FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE FUNERÁRIO, altera-se o item 4.2, alínea "e" do Edital que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

e) Prova de que o veículo apresentado está autorizado pela Vigilância Sanitária a efetuar transportes funerários ou Certificado de Segurança Veicular emitido pelo DENATRAN no qual conste nas características do veículo como Funeral.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 15/09/2011.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 15/09/2011.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 31 de agosto de 2011.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Aviso Dispensa de Licitação 11-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
Secretaria Municipal de Infraestrutura
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2011

O Município de Caçador/SC através da Prefeitura Municipal de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 11/2011 para locação de dois imóveis urbanos sem benfeitorias: Sendo um com área total de 30.632,52m2 localizado na rua Alfredo Cachoeira, s/n de propriedade de Íris Fanta Zeni pelo valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e um com área de 10.937,80m2 localizado na Rua Alfredo Cachoeira, s/n de propriedade de Juliano Zeni e Marina Padilha Zeni pelo valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ambos destinados à exploração de pedreira para retirada de material e instalação de britador pela Prefeitura Municipal de Caçador, pelo prazo de 12 meses, nos termos do artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 29 de agosto de 2011.
IMAR ROCHA
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 27-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 27/2011 - FMS
TIPO: Menor Preço Global
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DE MOTOR E FILTROS DE ÓLEO PARA VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 16/09/2011.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 16/09/2011.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 31 de agosto de 2011.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Errata Aviso CRED. 04-2011 SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA CREDENCIAMENTO Nº 04/2011 - FMS
Onde está escrito: serviços médicos especializados em neurologia leia-se: serviços médicos especializados em oftalmologia e ortopedia
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 31 de agosto de 2011.
DINAMAR APARECIDA GOMES
Secretária Municipal de Saúde

Campo Alegre

PREFEITURA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 214/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZW2954	55314741B	ANA DORACI WEBERA	6912/0	232
LZW2954	55314745B	ANA DORACI WEBERA	6637/1	230 * IX
LZW2954	55314746B	ANA DORACI WEBERA	5274/1	175
LZW2954	55314747B	ANA DORACI WEBERA	7340/0	252 * IV
MBQ3776	55140061C	JUAREZ VIEIRA GUIMARAES	5002/0	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 213/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFZ1993	55140161C	NEURI NAGEL	6726/1	230 * XVIII
AFZ7884	55315142B	DIEGO MARCOS ALVES FRANCO	6769/2	230 * XXII
APA1438	55140117C	LINDOMAR JOAO DE BRITO	7366/2	252 * VI
CJX2857	55140457C	JOAO DE ASSIS NUNES CARDOSO	6912/0	232
LYI7556	55140463C	JOAO ALFREDO CASTILHO	6599/2	230 * V
LYY3029	55140156C	PEDRO ELOI MASSANEIRO	5010/0	162 * I
LYY3029	55140157C	PEDRO ELOI MASSANEIRO	6726/1	230 * XVIII
LZB7458	55140415C	IRENE ROTT	5010/0	162 * I
LZC3765	55140169C	NORBERTO MARQUARDT	6599/2	230 * V
LZC3765	55140170C	NORBERTO MARQUARDT	6912/0	232
MAQ5982	55140207C	SONIA MARIA WOYAKEWICZ GROCHOVSKI	7048/2	244 * II
MAQ5982	55140462C	SONIA MARIA WOYAKEWICZ GROCHOVSKI	6726/1	230 * XVIII
MBR8396	55140162C	RINALDO MARCOS DA SILVA	6599/2	230 * V
MBY5690	55315132B	EDVALDO COELHO DE RESENDE	6599/2	230 * V
MBY5690	55315133B	EDVALDO COELHO DE RESENDE	6408/0	221
MBY5690	55315134B	EDVALDO COELHO DE RESENDE	5010/0	162 * I
MCK0479	55140105C	TEREZA DA SILVA ANDRADE	5037/1	162 * III
MCK0479	55140106C	TEREZA DA SILVA ANDRADE	7030/1	244 * I
MDH0477	55140209C	ADRIANO PYKOCZ	7030/2	244 * I
MEF9503	55140361C	JOAO ADIR DE OLIVEIRA	6726/1	230 * XVIII
MEN1631	55314836B	MARCIO HENRIQUE SANDRO DA CRUZ	5835/0	195
MEW9115	55314837B	GILSON BORGES	5010/0	162 * I
MFW3343	55315135B	CRISTIANO DA LUZ	5010/0	162 * I
MGL3212	55315143B	DIEGO PADILHA	6726/1	230 * XVIII
MHI2775	55140456C	RICARDO ALEXANDRE PETER	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 212/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFQ9842	55140201C	BASILEU MAIA	5525/0	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 211/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYR5978	55140204C	ANTONIO RICARDO NETO	6599/2	230 * V
MCZ0946	55140603C	JOSE MAURICIO FELICIANO	6599/2	230 * V
MCZ0946	55140604C	JOSE MAURICIO FELICIANO	5010/0	162 * I
MGK7682	55140110C	MARIA TEREZINHA DE MELO ROCHA	5010/0	162 * I
MGK7682	55140602C	MARIA TEREZINHA DE MELO ROCHA	6599/2	230 * V
MHK2792	55140410C	MARLENE TEREZINHA DRANKA	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 210/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBZ2425	55140354C	FABIO PESTANA DA SILVA	6912/0	232
MBZ2425	55140355C	FABIO PESTANA DA SILVA	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 209/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AE00460	55140404C	DEEB SHAHEEN	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 208/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBX4689	55315126B	SILDEMAR ZAZISKI	5185/1	167
MGG2709	55315131B	CLARICE NEVES	7030/2	244 * I
MHR8222	55315063B	GLADIS BAHR	6599/2	230 * V
MHR8222	55315065B	GLADIS BAHR	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 207/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MEU0276	55314795B	SUELEN ELIZA VIER	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 206/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBF7396	55315123B	TARCISIO JOAO VIER	5045/0	162 * V
MDF6474	55315061B	HILARIO DOS SANTOS RIBEIRO	5010/0	162 * I
MDF6474	55315062B	HILARIO DOS SANTOS RIBEIRO	6599/2	230 * V
MFW4369	55140067C	VIVALDO SIMOES DA ROCHA	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 205/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBF8166	55140070C	ELIAS MULLER	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 204/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CEA5236	55315122B	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.	6548/2	229
LZG2698	55140059C	ORLANDO KERSCHER	5185/1	167
MAK9278	55315060B	COMERCIO DE VEIC BAPTISTA LTDA	6599/2	230 * V
MCY6041	55140101C	ALDO MARETH	5010/0	162 * I
MCY6041	55140102C	ALDO MARETH	5061/0	163 c/c 162 * I
MEF6285	55315115B	EZEQUIEL DA SILVA	6556/1	230 * I
MEF6285	55315116B	EZEQUIEL DA SILVA	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 203/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AID3022	55315114B	LAERCIO SALLES FRANCO	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 202/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZW2954	55314744B	ANA DORACI WEBERA	5835/0	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 201/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXK5407	55315113B	JOSE SILVIO MILCEVSKY	6548/2	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 200/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CSE0196	55140062C	JOAO BOSCO GONCALVES	7366/2	252 * VI
GSF6240	55315108B	ANDERSON KUIASKI	5231/1	172
MBT5328	55315106B	FRANCISCA ALBERTINA CARDOZO DE MEIRA TELMA	7030/1	244 * I
MBT5328	55315107B	FRANCISCA ALBERTINA CARDOZO DE MEIRA TELMA	5835/0	195
MCV6288	55140060C	TECNARGILAS MINERACAO E BENEFICIAMENTO LTDA	5185/1	167
MCV6288	55140060C	TECNARGILAS MINERACAO E BENEFICIAMENTO LTDA	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 199/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAX4276	54878628A	ALDO GESSNER	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 198/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZL4418	55315109B	JULIANA GOMES DA SILVA	6599/2	230 * V
MGA3072	55314794B	ENGEFLEX ENGENHARIA E COMERCIO DE MATERIAL ELETR	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 200/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CSE0196	55140062C	JOAO BOSCO GONCALVES	7366/2	252 * VI
GSF6240	55315108B	ANDERSON KUIASKI	5231/1	172
MBT5328	55315106B	FRANCISCA ALBERTINA CARDOZO DE MEIRA TELMA	7030/1	244 * I
MBT5328	55315107B	FRANCISCA ALBERTINA CARDOZO DE MEIRA TELMA	5835/0	195
MCV6288	55140060C	TECNARGILAS MINERACAO E BENEFICIAMENTO LTDA	5185/1	167
MCV6288	55140060C	TECNARGILAS MINERACAO E BENEFICIAMENTO LTDA	7366/2	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 196/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LZS2366	55314832B	VERENA HEIDEN	5010/0	162 * I
LZS2366	55314832B	VERENA HEIDEN	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 193/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGJ9114	55314737B	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	5169/1	165
IGT1796	55314766B	PATRICIA AUGUSTIN	5185/1	167
MFG1015	54878584A	ELIANE APARECIDA CARVALHO	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 194/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AMM8694	55314791B	MARCIO JOSE CORDEIRO DA CRUZ	7030/1	244 * I
MCZ7033	54878846A	CRISTIANE LEMOS	6912/0	232
MCZ7033	54878847A	CRISTIANE LEMOS	6769/3	230 * XXII
MEW8915	54878835A	ANTONIO VANDERLEI LIMA	5010/0	162 * I
MEW8915	54878836A	ANTONIO VANDERLEI LIMA	6670/0	230 * XIII
MEW8915	54878837A	ANTONIO VANDERLEI LIMA	6556/4	230 * I
MGA7344	55315055B	DAVI JUNIOR ALEXANDRE	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 192/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAU2646	55315054B	AMILTON DO NASCIMENTO	5185/1	167
LZW2954	55314741B	ANA DORACI WEBERA	6912/0	232
LZW2954	55314743B	ANA DORACI WEBERA	7030/2	244 * I
LZW2954	55314744B	ANA DORACI WEBERA	5835/0	195
LZW2954	55314745B	ANA DORACI WEBERA	6637/1	230 * IX
LZW2954	55314746B	ANA DORACI WEBERA	5274/1	175
LZW2954	55314747B	ANA DORACI WEBERA	7340/0	252 * IV
LZW2954	55314748B	ANA DORACI WEBERA	6599/2	230 * V
MAX6238	54878829A	JOSE GERALDO DA SILVA	5010/0	162 * I
MBA5884	54878839A	MARCOS PAULO VIEIRA DESCHAMPS	6408/0	221
MBK8517	55314831B	BERNADETE RAIMANN	5010/0	162 * I
MDQ8889	55315051B	DENISE MILCZEWSKY	6599/2	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 191/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AAE1998	55314765B	CLASI MONTAGNA KOSCIANSKI	6599/2	230 * V
AEO0460	54878587A	DEEB SHAHEEN	6599/2	230 * V
ALQ8000	54878832A	JOAO AMARILDO SOUZA FREITAS	5274/2	175
KUG7621	55314738B	JOSE LUIZ FONTES MONTEIRO	5525/0	181 * XV
LXF8626	55314771B	CLAUDEMIR DE SOUZA	6670/0	230 * XIII
MCV0036	55315046B	SANDRA REGINA LEPECK	6599/2	230 * V
MCV0036	55315048B	SANDRA REGINA LEPECK	6912/0	232
MEM7480	54878599A	ELIZANDRO TADEU MICKUS	5010/0	162 * I
MEM7480	54878600A	ELIZANDRO TADEU MICKUS	6599/2	230 * V
MEU0276	55314789B	SUELEN ELIZA VIER	7030/2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 190/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MBT0267	55314742B	SIDNEI DZIEDICZ	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 189/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAA6879	55315039B	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6599/2	230 * V
MAA6879	55315040B	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6610/2	230 * VII
MEH4679	55315038B	HENRIQUETA RODRIGUES	6599/2	230 * V
MEH4679	55315038B	HENRIQUETA RODRIGUES	7064/0	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 188/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AOQ9301	55314764B	HANNA HABIB	5185/1	167
LYK3360	54878595A	MARLETE VIEIRA DE LIMA CORDEIRO	5045/0	162 * V
LYK3360	54878596A	MARLETE VIEIRA DE LIMA CORDEIRO	6912/0	232
MAA6879	54878588A	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	5010/0	162 * I
MAA6879	54878589A	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	7340/0	252 * IV
MAA6879	54878591A	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6858/0	231 * VII
MAA6879	55314774B	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6670/0	230 * XIII
MAA6879	55314775B	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6700/1	230 * XVI
MAA6879	55314776B	VANDILEI FRANCO DA ROCHA	6610/2	230 * VII
MCM8135	55314736B	GERALDO FUCKNER JUNIOR	6726/1	230 * XVIII
MDV2296	54878699A	SANDRA CORREIA DE LIMA	6599/2	230 * V
MDV2296	54878700A	SANDRA CORREIA DE LIMA	6912/0	232
MEW8915	55314716B	ANTONIO VANDERLEI LIMA	5010/0	162 * I
MEW8915	55314717B	ANTONIO VANDERLEI LIMA	5169/1	165
MEW8915	55314717B	ANTONIO VANDERLEI LIMA	5207/0	169
MFP2651	55314786B	ADRIANO JOSE DZIEDZIC	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 185/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
KLT4027	55315003B	MARIA DA SILVA	6599/2	230 * V
KLT4027	55315006B	MARIA DA SILVA	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 184/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYF6226	55315035B	EOSMAR UHLIG	5185/1	167
LYF6226	55315035B	EOSMAR UHLIG	5185/2	167
MCJ9340	55314713B	MARCELO SCHADECK ME	5185/1	167
MFF0568	55315037B	RIVANIL SCHUTZLER	5010/0	162 * I
MFL4015	55315023B	IRINEU ANTONIO RIBEIRO	5010/0	162 * I
MFN7491	55314714B	IVANILDE TEREZINHA DA LUZ	5282/0	176 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 183/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXV6498	55315013B	MARIA DONIZETE BINNER DOS SANTOS	5010/0	162 * I
LXV6498	55315013B	MARIA DONIZETE BINNER DOS SANTOS	6599/2	230 * V
LZK9835	55314756B	JUSTINIANO ALVES DOS SANTOS	6599/2	230 * V
MEO3307	55314985B	MARGARETE TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA	5010/0	162 * I
MEO3307	55314985B	MARGARETE TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA	7030/1	244 * I
MEO3307	55314986B	MARGARETE TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA	5061/0	163 c/c 162 * I
MEX9200	55314708B	CARLOS TELMA DE LIMA	5460/0	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 182/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYF6088	55314826B	OTI TEREZINHA FERREIRA	6599/2	230 * V
LYF6088	55314827B	OTI TEREZINHA FERREIRA	6556/1	230 * I
LYF6088	55314828B	OTI TEREZINHA FERREIRA	5274/1	175
MEB7997	55315018B	MARCO AURELIO SOLOCHINSKI	6599/2	230 * V
MFL4015	55314711B	IRINEU ANTONIO RIBEIRO	5010/0	162 * I
MHJ1062	55315017B	MARINES FERREIRA DE CASTRO	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 181/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AFN5406	54878697A	CESAR LAURINDO	5010/0	162 * I
AFN5406	54878698A	CESAR LAURINDO	5169/1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 180/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CNK3958	55315033B	LINDOMAR JOSE FERREIRA	5010/0	162 * I
CNK3958	55315033B	LINDOMAR JOSE FERREIRA	6599/2	230 * V
CNK3958	55315034B	LINDOMAR JOSE FERREIRA	6610/2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 179/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MAE0470	55314987B	ANTONIA DA SILVA DORIA	5525/0	181 * XV
MHO6220	55315009B	COMERCIO DE RESIDUOS DE MADEIRA VIEIRA LTDA ME	5088/1	163 c/c 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 178/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LYT5603	55315019B	CLECIO ROBERTO KANZLER	5010/0	162 * I
LYT5603	55315020B	CLECIO ROBERTO KANZLER	6599/2	230 * V
LYT5603	55315020B	CLECIO ROBERTO KANZLER	6912/0	232
LYT5603	55315021B	CLECIO ROBERTO KANZLER	7030/1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 193/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
AGJ9114	55314737B	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	5169/1	165
IGT1796	55314766B	PATRICIA AUGUSTIN	5185/1	167
MFG1015	54878584A	ELIANE APARECIDA CARVALHO	5010/0	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 360 187/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ADI6536	55315011B	LUCIANO DOMINGOS SILVA	6599/2	230 * V
ADI6536	55315012B	LUCIANO DOMINGOS SILVA	6912/0	232
LYL7295	54878765A	IRINEU VIDAL DE SOUZA FREITAS	5010/0	162 * I
LYL7295	54878765A	IRINEU VIDAL DE SOUZA FREITAS	7030/1	244 * I
LZD0857	55315016B	EMILLY MARA BARBON	5185/1	167
MBY7977	55314712B	LOURENCO VILMAR DOS SANTOS	6637/2	230 * IX
MFC2174	55314825B	LUSIA APARECIDA DA SILVA	5010/0	162 * I
MGR8482	55315028B	ADRIANO CARNEIRO	5835/0	195
MGR8482	55315028B	ADRIANO CARNEIRO	7064/0	244 * IV
MGR8482	55315029B	ADRIANO CARNEIRO	5738/0	186 * II
MGR8482	55315030B	ADRIANO CARNEIRO	5274/1	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 360 186/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MCB1071	55315044B	VALDECI DE PAULA TABORDA	5010/0	162 * I
MCZ5665	55314724B	EDESIO CAVICCHIONI	6912/0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 31 DE AGOSTO DE 2011

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Campos Novos

PREFEITURA

Extrato Contrato 310/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: TRANSPORTES RAYSEL LTDA

OBJETO: BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 19/08/2011

CONTRATO: 310 /2011

Extrato Contrato 15/11 Processo 10/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 10/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO AGROPECUÁRIO

CONTRATADO: DYSTAK INDUSTRIA DE FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE 50.000 JOGOS DE NOTAS DE PRODUTOR, 10.000 CAPAS PARA BLOCO DO PRODUTOR E CONFECÇÃO DE 4.500 PASTAS PARA GUARDAR OS BLOCOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 47.925,00 (quarenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 15/2011

Extrato Contrato 23/11 Processo 13/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 13/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERICÍVEIS E NAO PERECÍVEIS PARA ALUNOS DO PROGRAMA JOVEM JARDINEIRO E MENINA-MOÇA de acordo com as quantidades e especificações descritas no formulário proposta.

VALOR: R\$ 4.322,11 (quatro mil trezentos e vinte e dois reais e onze centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 17/08/2011

CONTRATO: 23/2011

Extrato Contrato 24/11 Processo 13/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 13/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA

OBJETO: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERICÍVEIS E NAO PERECÍVEIS PARA ALUNOS DO PROGRAMA JOVEM JARDINEIRO E MENINA-MOÇA de acordo com as quantidades e especificações descritas no formulário proposta.

VALOR: R\$ 2.139,94 (dois mil cento e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 17/08/2011

CONTRATO: 24/2011

Extrato Contrato 25/11 Processo 14/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 14/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CAMPONOVENSE

OBJETO: MATERIAIS PARA DOAÇÃO À PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS DEVIDO A VEDAVAL OCORRIDO EM 20/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

VALOR: R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 25/2011

Extrato Contrato 26/11 Processo 14/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 14/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS

OBJETO: MATERIAIS PARA DOAÇÃO À PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS DEVIDO A VEDAVAL OCORRIDO EM 20/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

VALOR: R\$ 6.739,95 (seis mil setecentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 26/2011

Extrato Contrato 27/11 Processo 14/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 14/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: MATERIAIS PARA DOAÇÃO À PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS DEVIDO A VEDAVAL OCORRIDO EM 20/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

VALOR: R\$ 30.989,60 (trinta mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 27/2011

Extrato Contrato 276/11 Processo 145/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 145/2011 DL 10/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: EMPRESA JORNALÍSTICA O TEMPO LTDA

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE COMPREENDENDO ATOS, PROGRAMAS EDUCATIVOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO DE CAMPOS NOVOS COM CIRCULAÇÃO NO DISTRITO DE BARRA DO LEÃO E LOCALIDADES PRÓXIMAS.

VALOR: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensal, totalizando R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DATA: 29/07/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 276/2011

Extrato Contrato 277/2011

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 147/2011 DL 11/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
OBJETO: OS SERVIÇOS ABAIXO CITADOS DEVEM SER PRESTADOS AO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ CARLOS PIZANI - CAIO, LOCALIZADA NA RUA APOLINÁRIA THIBES, BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM CAMPOS NOVOS.

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de

TELECOMUNICAÇÕES, cuja CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE, os

Serviços listados abaixo:

a) Conexão com saída a rede mundial de Internet, Link FULL Kbps - SPEEDNET

PROFESSIONAL;

1.2 - A CONTRATANTE poderá adquirir outros serviços sob este instrumento

particular, mediante a assinatura de ANEXOS, no decorrer da vigência deste contrato.

VALOR: Taxa de Habilitação (adesão) é R\$ 800,00 (oitocentos reais) e R\$ 120,00 (cento e vinte reais), mensais

DATA: 01/08/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 277/2011

Extrato Contrato 278/11 Processo 132/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 132/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CONCRETO CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO 2,00 METROS, COM 3 MALHAS DE FERRO PARA TUBULAÇÃO NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES. Conforme proposta padronizada.

VALOR: R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais).

DATA: 01/08/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 278/2011

Extrato Contrato 279/11 Processo 138/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 138/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MAIKEL EDUARDO REDANTE - MR SOM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

DATA: 02/08/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 279/2011

Extrato Contrato 28/11 Processo 14/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 14/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: HIPER AGROPECUÁRIA E MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO

OBJETO: MATERIAIS PARA DOAÇÃO À PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS DEVIDO A VEDAVAL OCORRIDO EM 20/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

VALOR: R\$ 7.718,00 (sete mil setecentos e dezoito reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 28/2011

Extrato Contrato 280/11

EXTRATO DE CONTRATO DO Nº 280/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ADEMIR PARODI GOMES

OBJETO: PELO PRESENTE INSTRUMENTO O LOCADOR FORNECE EM LOCAÇÃO AO LOCATÁRIO, UM IMÓVEL NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PRISMA, SITUADO NA RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA, Nº 630, SALA 01, CENTRO EM CAMPOS NOVOS, ONDE FUNCIONARÁ A EXATORIA.

VALOR: R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) mensais

DATA: 03/08/2011

VIGENCIA: 31/12/2011

CONTRATO: 280/2011

Extrato Contrato 281/11

EXTRATO DE CONTRATO DO Nº 281/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: Porto Seguro Companhia Seguros Gerais

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do contrato 175/2010, referente processo 83/2010, CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E AOS CEDIDOS AO MUNICÍPIO POR OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Onde a vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2011, sendo prorrogado até 09/08/2012, em virtude das condições da apólice ser anual e nos termos da legislação vigente, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações. Desde que o contratado mantenha a execução do objeto licitado conforme as exigências do contratante, conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 131.959,05 (cento e trinta e um mil novecentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos).

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 281/2011 ADITIVO

Extrato Contrato 282/11

EXTRATO DE CONTRATO DO Nº 282/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MARÍTIMA SEGUROS S/A

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do contrato 176/2010, referente processo 83/2010, CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E AOS CEDIDOS AO MUNICÍPIO POR OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Onde a vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2011, sendo prorrogado até 09/08/2012, em virtude das condições da apólice ser anual e nos termos da legislação vigente, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações. Desde que o contratado mantenha a execução do objeto licitado conforme as exigências do contratante, conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 52.168,64 (cinquenta e dois mil cento e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 282/2011 ADITIVO

Extrato Contrato 283/11 Processo 124/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 124/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COMÉRCIO E TRANSPORTES BRESOLA LTDA ME

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento,

obriga-se a prestar HORAS MAQUINAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MOTONIVELADORA PARA AS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

VALOR: R\$ 78.970,00 (setenta e oito mil novecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 283/2011

Extrato Contrato 284/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 35.819,57 (trinta e cinco mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 284/2011

Extrato Contrato 285/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 285/2011

Extrato Contrato 286/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COOPERATIVA REG. AGROP. DE CAMPOS NOVOS LTDA /FILIAL MERCADO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 70.542,08 (setenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 286/2011

Extrato Contrato 287/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: FIGUEIREDO & KLAUS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 18.475,00 (dezoito mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 287/2011

Extrato Contrato 288/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: FIGUEIREDO & KLAUS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 18.475,00 (dezoito mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 287/2011

Extrato Contrato 289/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: PANIFICADORA THAÍS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 11.940,00 (onze mil novecentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 289/2011

Extrato Contrato 29/11 Processo 14/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 14/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS- FUNDO SOCIAL

CONTRATADO: PONTO CERTO LTDA

OBJETO: MATERIAIS PARA DOAÇÃO À PESSOAS CARENTES QUE TIVERAM SEUS IMÓVEIS ATINGIDOS DEVIDO A VEDAVAL OCORRIDO EM 20/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330/2011, DE 21/07/2011 QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.965,80 (quatro mil novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 02/08/2011

CONTRATO: 29/2011

Extrato Contrato 290/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.

VALOR: R\$ 99.617,00 (noventa e nove mil seiscentos e dezessete reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 04/08/2011

CONTRATO: 290/2011

Extrato Contrato 291/11 Processo 136/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 136/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, NÃO PERECÍVEIS E HORTIFRUTI GRANJEIROS PARA USO NA MERENDA ESCOLAR PARA AS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, conforme especificações na proposta padronizada.
VALOR: R\$ 46.040,00 (quarenta e seis mil e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 04/08/2011
CONTRATO: 291/2011

Extrato Contrato 292/11 Processo 137/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 137/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DECIO FRANA

OBJETO: Transporte Escolar de alunos, SAINDO DO ASSENTAMENTO 30 DE OUTUBRO PERCORRENDO A EXTENSÃO DO MESMO COM ALUNOS DA ITINERANTE, E.I. PADRE JOSIMO TAVARES E E.I. ROSELI NUNES, RESIDENCIA DO SR. RENATO, PIOVESAN, ANTONIO PEDROSO, PROX. RESIDENCIA DO SR. BOITA RETORNANDO A ESCOLA, PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, SENDO QUE NO PERÍODO VESPERTINO PERCORRE ESTE PERCURSO E TRANSPORTA ALUNOS ESPECIAIS PARA CAMPOS NOVOS NAS ESCOLAS APAE, ACADAV E CAIC, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 139 Km, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

VALOR: R\$ 303,02 (trezentos e três reais e dois centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 08/08/2011

CONTRATO: 292/2011

Extrato Contrato 293/11 Processo 137/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 137/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DECIO FRANA

OBJETO: Transporte Escolar, dos alunos da comunidade de CAXAMBU - PRÓXIMO RESIDENCIA DE LAURINDO LOPES, ENCRUZILHADA DO CASSANICA, PARA ESCOLA ISOLADA PINHAL PRETO, PASSANDO PELA FAZENDA TALAMINI COM CONTORNO NA ENCRUZILHADA DO GUARANI, NOS PERÍODOS VESPERTINO E MATUTINO, SENDO QUE NO PERÍODO VESPERTINO VEM ATÉ O PONTO DE ONIBUS DA FAZENDA RETORI IDA E VOLTA, cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 95 Km, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

VALOR: R\$ 218,50 (duzentos e dezoito reais e cinquenta centavos), correspondente a 95 km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,30 por Km.

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 08/08/2011

CONTRATO: 293/2011

Extrato Contrato 294/11 Processo 137/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 137/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: NILSO MORAES DOS SANTOS ME - MCTF

OBJETO: Transporte Escolar de alunos, INÍCIO DA RESIDENCIA DO SR. BETO, JULIO SERPA, FAZENDA PELISSARO, FAZENDA ARI RIBEIRO ATÉ O ASFALTO, ENCRUZILHADA DO SR. SANDRO E. DE MENTOVES, BOA ESPERANÇA, LINHA GAÚCHA, PARA A EEF RAFAEL DAL PAI, INDO ATÉ A COPERBOA COM RETORNO A ESCOLA DAL PAI NO PERÍODO MATUTINO. E ÀS 17 HORAS IR ATÉ A RESIDENCIA DO SR. BETO, VOLTA ATÉ A LINHA GAÚCHA, COM

VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES , cumprindo o itinerário diário (ida e volta), de 129 Km, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

VALOR: R\$ 281,22 (duzentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos), correspondente a 129 km rodados diariamente ao custo de R\$ 2,18 por Km.

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 08/08/2011

CONTRATO: 294/2011

Extrato Contrato 295/11 Processo 139/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 139/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEKIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a prestar os serviços: DE MÃO DE OBRA NA PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NAS RUAS SÃO JOÃO BATISTA, CEL FARRAPO, CEL LUCIDORO E NEREU RAMOS COM SUAS TRANSVERSAIS, ENTRE AS RUAS TANCREDO NEVES E SANTA CRUZ.

VALOR: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 09/08/2011

CONTRATO: 295/2011

Extrato Contrato 296/11 Processo 140/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 140/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: GRÁFICA DALLA ROSA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA .

VALOR: R\$ 7.980,02 (sete mil, novecentos e oitenta reais e dois centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 10/08/2011

CONTRATO: 296/2011

Extrato Contrato 297/11 Processo 140/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 140/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPRESSÃO DE MATERIAL GRÁFICO A SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA .

VALOR: R\$ 49.045,00 (quarenta e nove mil e quarenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 10/08/2011

CONTRATO: 297/2011

Extrato Contrato 298/11 Processo 142/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 142/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BERNADON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AQUECEDORES PARA USO NAS SALAS DE AULA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 5.911,50 (cinco mil novecentos e onze reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 11/08/2011
CONTRATO: 298/2011

Extrato Contrato 299/11 Processo 130/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 130/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: MIA ARQUITETURA S/S LTDA ME
OBJETO: As partes acordam conforme cláusula terceira do contrato original 267/2011, processo 130/2011, Convite 88/2011, que fica acrescido o aumento de 6.6% do valor Contratual, acrescentando valor de R\$ 3.107,28(três mil cento e sete reais e vinte oito centavos), devido laudo de avaliação do estado fitossanitário das 149 árvores existentes na Praça Lauro Muller de Campos Novos.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 11/08/2011
CONTRATO: 299/2011 ADITIVO

Extrato Contrato 300/11 Processo 74/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 74/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: GRIS RECAPAGENS LTDA ME
OBJETO: O município considerando o parecer jurídico de folhas nº 20 e despacho do Chefe do Poder Executivo nos autos do processo administrativo nº 32.403, resolve reajustar os serviços de recapagem e recauchutagem em 10% (dez por cento), conforme relatório dos referidos serviços e orçamento apresentado pela empresa.
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 15/08/2011
CONTRATO: 300/2011 ADITIVO

Extrato Contrato 301/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AGROFORT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.
VALOR:R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 19/08/2011
CONTRATO: 301/2011

Extrato Contrato 302/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.
VALOR:R\$ 20.890,00 (vinte mil oitocentos e noventa reais)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 19/08/2011
CONTRATO: 302/2011

Extrato Contrato 303/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CLAITON SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.

VALOR:R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 19/08/2011

CONTRATO: 303/2011

Extrato Contrato 304/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: CLAITON ELETRICIDADE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.
VALOR: R\$ 15.067,60 (quinze mil e sessenta e sete reais e sessenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 19/08/2011
CONTRATO: 304 /2011

Extrato Contrato 305/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.
VALOR: R\$ 290,40 (duzentos e noventa reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 19/08/2011
CONTRATO: 305 /2011

Extrato Contrato 306/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
CONTRATADO: GASPERIN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
OBJETO:BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.
VALOR: R\$ 3.000,35 (três mil reais e trinta e cinco centavos),
VIGÊNCIA: 31/12/2011
DATA: 19/08/2011
CONTRATO: 306 /2011

Extrato Contrato 307/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALHAS DEVILA LTDA

OBJETO: BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.

VALOR: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 19/08/2011

CONTRATO: 307 /2011

Extrato Contrato 308/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: IRE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MÓVEIS LTDA

OBJETO: BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.

VALOR: R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 19/08/2011

CONTRATO: 308 /2011

Extrato Contrato 309/11 Processo 144/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 144/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA - PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA

OBJETO: BENS E SERVIÇOS DEVIDO AO VEDAVAL OCORRIDO EM 21/07/2011, CONFORME DECRETO Nº 6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93. RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXA AO PROCESSO DE DISPENSA.

VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 19/08/2011

CONTRATO: 309 /2011

Extrato Contrato 311/11 Processo 150/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 150/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a entregar: PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DO ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR MODELO 431C. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 311 /2011

Extrato Contrato 312/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ADEMIR ONEDA

OBJETO: GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.

CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 312 /2011

Extrato Contrato 313/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CELIO JOSÉ MOREIRA

OBJETO: GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 1.140,00 (hum mil cento e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 313 /2011

Extrato Contrato 314/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO

OBJETO: GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 314 /2011

Extrato Contrato 315/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: INEZ ROSSA DE CASTRO

OBJETO: GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 315 /2011

Extrato Contrato 316/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MADALENA DE FATIMA STEFANES CRUZ DA SILVA

OBJETO: GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 4.730,00 (quatro mil setecentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 316 /2011

Extrato Contrato 317/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MARCIO JOSÉ SEBASTIÃO
OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 2.290,00 (dois mil duzentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 317 /2011

Extrato Contrato 318/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: OSMAR ESPEDITO CAMASSOLA

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 318 /2011

Extrato Contrato 319/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: OSNI ANTONIO SCARABOTTO

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 319 /2011

Extrato Contrato 320/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: PAULO ANTONIO MOCELIN

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 320 /2011

Extrato Contrato 321/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: SERGIO ANTONIO ALBERTI

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 321 /2011

Extrato Contrato 322/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VERA LUCIA CORREA

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 1.690,00 (hum mil seiscentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 322 /2011

Extrato Contrato 323/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VILMA DA SILVA

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 4.771,00 (quatro mil setecentos e setenta e um reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 323 /2011

Extrato Contrato 324/11 Processo 161/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 161/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VILSON FERRI

OBJETO: GENÊROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA RELAÇÃO DE PRODUTOS ANEXA AO PROCESSO.

VALOR: R\$ 4.560,00 (quatro mil quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 23/08/2011

CONTRATO: 324 /2011

Extrato Contrato 325/11 Processo 148/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 148/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

OBJETO: UM (01) VEICULO ZERO QUILOMETRO, CARROCERIA TIPO SUV, COM 04 (QUATRO) PORTAS, ANO DE FABRICAÇÃO 2011. CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 24/08/2011

CONTRATO: 325 /2011

Extrato Contrato 326/11 Processo 152/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 152/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CLAITON SERVIÇOS DE ELETRICIDADE LTDA

OBJETO: EMPREITADA GLOBAL PARA INSTALAÇÃO DE NOVA ILUMINAÇÃO NA AVENIDA CORAÇÃO DE MARIA NO BAIRRO APARECIDA, CONFORME PROJETO APROVADO PELA CELESC, EM ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO.

VALOR: R\$ 140.129,30 (cento e quarenta mil, cento e vinte e nove reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 24/08/2011

CONTRATO: 326 /2011

Extrato Contrato 327/11 Processo 163/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 163/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: CASA BLANCA COMÉRCIO E CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA REALIZAR REFORMA NO PRÉDIO SEDE DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS, ATINGIDO NO VENDEVAL DO DIA 21 DE JULHO DE 2011, CONFORME DECRETO Nº6330, QUE DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO IV, DA LEI 8.666/93.CONFORME PROJETO básico.

VALOR:R\$ 488.994,22 (Quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte dois centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 327/2011

Extrato Contrato 328/11 Processo 155/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 155/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: ESTRUTURAL ZORTEA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO PRÉDIO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, QUE FOI ATINGIDA PELO TEMPORAL DE 21/07/2011 CONFORME DECRETO. Nº 6330, DE ACORDO COM O ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93.

VALOR:R\$ 160.951,02 (cento e sessenta mil, novecentos e cinquenta e um reais e dois centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 328/2011

Extrato Contrato 329/11 Processo 153/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 153/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: BATAGUAÇU CURITIBA PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a entregar: DE PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA PARA CONserto DA PONTA DE EIXO E DIFERENCIAL DA PATROLA CATERPILLAR 1206E Nº 31 DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR:R\$ 58.92 (cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 329/2011

Extrato Contrato 330/11 Processo 153/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 153/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: MAPEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a entregar: DE PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA PARA CONserto DA PONTA DE EIXO E DIFERENCIAL DA PATROLA CATERPILLAR 1206E Nº 31 DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 1.137,80 (hum mil cento e trinta e sete reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 330/2011

Extrato Contrato 331/11 Processo 153/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 153/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR

OBJETO: A contratada por força do presente instrumento, obriga-se a entregar: DE PEÇAS DE PRIMEIRA LINHA PARA CONserto DA PONTA DE EIXO E DIFERENCIAL DA PATROLA CATERPILLAR 1206E Nº 31 DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

VALOR: R\$ 4.216,30 (quatro mil duzentos e dezesseis reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 331/2011

Extrato Contrato 332/11 Processo 22/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 22/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEKSIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: As partes acordam conforme cláusula terceira do contrato original 66/2011, DEVIDO A NÃO INSTALAÇÃO DE HIDRANTES QUE NÃO RECEBEU A RECOMENDAÇÃO DOS BOMBEIROS HOUE UMA SUPRESSÃO . Conforme laudo de avaliação resultou em aditivo de supressão de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 25/08/2011

CONTRATO: 332/2011

Extrato Contrato 333/11 Processo 22/11

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 22/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEKSIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: As partes acordam conforme cláusula terceira do contrato original 66/2011 e contrato de aditivo 180/2011 , devido a não instalação de caixa d'água, que não recebeu a recomendação dos bombeiros houve uma supressão e houve uma adição da instalação de rodopés cerâmicos e pintura das paredes dos sanitários que não constavam no projeto. Conforme laudo de avaliação resultou em ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 33,90 (TRINTA E TRÊS REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 26/08/2011

CONTRATO: 333/2011

Extrato Contrato 334/11 Processo 107/10

EXTRATO DE CONTRATO DO PROCESSO Nº 107/2011

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADO: VEKSIL SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO:As partes acordam conforme cláusula terceira do contrato original 192/2010, da Construção de muros da Creche Eliete Teixeira Lopes, Conforme laudo de avaliação resultou em aditivo de supressão de R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2011

DATA: 26/08/2011

CONTRATO: 334/2011

Decreto Nº 6353/11 de 25/08/11

DECRETO Nº 6353/11 DE 25/08/11

RETIFICA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 6.236 DE 09/02/2011 QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VILIBALDO ERICH SCHMID, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e

Considerando que o Edital de Concurso Público, no item 7.3 prevê a forma como ocorre o desempate entre os candidatos que obtiveram a mesma Nota no Concurso Público;

Considerando que o Anexo I do Decreto nº 6.236 de 09/02/2011, que homologou o Resultado Final Classificatório do Concurso Público Edital nº 001/2011, foi publicado sem a observância desse dispositivo, ocorrendo divulgação errônea da ordem de classificação de alguns cargos;

Considerando que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Retificado Parcialmente o Decreto nº 6.236 de 09/02/2011, que Homologou o Resultado Final Classificatório do Concurso Público Edital nº 001/2010, corrigindo a classificação conforme Anexo I, em virtude da estrita observância das regras do Edital de Concurso Público, no caso de empate na nota final.

Art. 2º - Permanecem em vigor as demais cláusulas e itens não alterados pelo presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 25 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS				
Nº inscrição	Nome	C.G.	C.E.	N.F.
202	CARLA RENATA ANTUNES	5,75	3,75	9,50
144	MARCIA RODRIGUES	5,50	3,75	9,25
445	ANDREIA DE FATIMA RIBEIRO ANTUNES	5,75	3,50	9,25
622	FERNANDA MOCELIN CAMARGO	5,25	3,75	9,00
158	CARMEM LUCIA CARDOSO	5,50	3,50	9,00
31	CARMELITA DE ALMEIDA MATTOS	5,50	3,50	9,00
733	RUBIA CRISTINA DOS SANTOS	5,50	3,50	9,00
520	ELIS REGINA ZACARON	5,50	3,50	9,00
1013	MARGARETE AUXILIADORA DA SILVA CORREA	5,00	3,75	8,75
125	KATIA KELLY RUPPENTHAL	5,00	3,75	8,75
171	JOSEMARIA GONÇALVES WALTER	5,00	3,75	8,75
739	ALEXANDRA APARECIDA PINHEIRO	5,25	3,50	8,75
909	ANA PAULA ROSA	5,25	3,50	8,75
1000	LUCILA FOSCARINI RIBEIRO	5,50	3,25	8,75
150	INARA SALETE DURIGON	4,75	3,75	8,50
962	JULIANA DOS SANTOS	4,75	3,75	8,50
774	DANIELI DE OLIVEIRA	4,75	3,75	8,50
306	IVA ISABEL TORRI PEREIRA	5,00	3,50	8,50
984	MARIA APARECIDA PEREIRA ROSA	5,00	3,50	8,50
348	MARINILZE BORTOLI	5,00	3,50	8,50

49	ADELAIDE FERREIRA LOURENCI	5,00	3,50	8,50
535	EIZANGELA BUSNELLO DALPIVA	5,00	3,50	8,50
645	LILIANA APARECIDA DELAVY DA MAIA	5,00	3,50	8,50
245	NATHALIA DEODATO CARDOSO	5,00	3,50	8,50
432	KELY CRISTINA HARZ	5,00	3,50	8,50
543	MARILEIDE APARECIDA JUNHO GONÇALVES	5,50	3,00	8,50
951	MARIA ELENA LESSE	4,50	3,75	8,25
11	SARITA DE ALMEIDA	4,50	3,75	8,25
397	SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA	4,50	3,75	8,25
279	MARIA ROSANE DE SOUZA	4,75	3,50	8,25
536	ROSELI DE FATIMA BEVILAQUA SCHIMITE	4,75	3,50	8,25
408	ELESANDRA SCUZIATTO ZINI	4,75	3,50	8,25
1003	DADIANE DE LURDES CORDEIRO	4,75	3,50	8,25
30	MARILAINÉ APARECIDA MARIANO DA CRUZ	4,75	3,50	8,25
309	GILVANE APARECIDA PAGANINI	5,00	3,25	8,25
182	CRISTIANE MARIA SERENA	5,00	3,25	8,25
546	PRISCILA APARECIDA BIALLY	5,00	3,25	8,25
364	LUANA CORDEIRO	5,00	3,25	8,25
859	PATRICIA DE OLIVEIRA	5,00	3,25	8,25
365	FERNANDA GERMANO DOS SANTOS VILLASBOAS	5,00	3,25	8,25
399	ROSIVETE GONÇALVES DIAS	5,25	3,00	8,25
367	MARIA IZABETE FABRO DE CARVALHO	5,25	3,00	8,25
537	OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI	5,25	3,00	8,25
823	CLEMIR DE FATIMA MACHADO	4,25	3,75	8,00
627	MARINEZ DA SILVA PEREIRA	4,25	3,75	8,00
965	ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON	4,25	3,75	8,00
856	MARIA DORILDE FLORES	4,50	3,50	8,00
151	CARLA DIAS RIBEIRO PEDRO	4,50	3,50	8,00
912	MARIA JUCÉLIA LEMOS DAS CHAGAS	4,50	3,50	8,00
162	MARCELO GALIO	4,50	3,50	8,00
166	NELLI TEREZINHA PAGANINI	4,75	3,25	8,00
976	ELIZANGELA APARECIDA DOARTE	4,75	3,25	8,00
60	SILMARA ELIZABETE MOLON	4,75	3,25	8,00
336	SIMONE FERREIRA	4,75	3,25	8,00
646	DIEGO FONSECA DOS PASSOS	4,75	3,25	8,00
286	ELIZANDRA DE OLIVEIRA LOURENÇO	4,75	3,25	8,00
1028	DENISE MADRUGA DA SILVA	5,00	3,00	8,00
20	LENIR ALVES PINTO	5,00	3,00	8,00
351	LUCIANA DA SILVA GOETEN	5,00	3,00	8,00
716	FRANCYELLY MAGDOLNA LIMA CORDEIRO	4,25	3,50	7,75
61	JANETE DE LOURDES DE LIMA	4,50	3,25	7,75
37	DENIZE DE FATIMA CHIODI	4,50	3,25	7,75
493	REJANE INES WILPERT FELIPE	4,00	3,75	7,75
295	MERCEDES APARECIDA TESKE DUARTE	4,00	3,75	7,75
121	VALDILENA NICHELE DE SOUZA	4,25	3,50	7,75
878	MARIA ESMENDIA PADILHA	4,50	3,25	7,75
173	MARILIA FAGUNDES	4,50	3,25	7,75
111	MARY DA LUZ OLIVEIRA	4,50	3,25	7,75
70	NILVA APARECIDA DE OLIVEIRA	4,50	3,25	7,75
1018	MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA	4,75	3,00	7,75
87	LORI CORONA	4,75	3,00	7,75
458	FATIMA LORENA DOS SANTOS MATTOS	5,00	2,75	7,75
109	JANES APARECIDA VENTURIN	3,50	4,00	7,50
200	SONIA APARECIDA MORESCO	4,00	3,50	7,50
27	JOSSANIA APARECIDA LOPES SANTOS FERREIRA	4,00	3,50	7,50
128	ANA LUCIA PINTO	4,00	3,50	7,50
62	ANA MARIA DE ARAUJO	4,25	3,25	7,50

725	MARCIA TOLOMEOTTI	4,25	3,25	7,50
498	LINDAMIR SCHREIBER	4,25	3,25	7,50
817	CECILIA DE VARGAS WREGE	4,25	3,25	7,50
385	ROSEMERI DAS GRAÇAS CORDEIRO	4,25	3,25	7,50
335	LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA	4,25	3,25	7,50
1012	ANDREIA DIAS CASSANIGA	4,25	3,25	7,50
713	FABIANA APARECIDA BATISTA	4,25	3,25	7,50
726	ILCE APARECIDA GRAEFF BORTOLINI	4,50	3,00	7,50
567	ROSIMERI LEITE BASTOS	4,50	3,00	7,50
863	SIRLENE APARECIDA VARELA	4,50	3,00	7,50
865	ALESSANDRA CASTRO DE SOUZA	4,50	3,00	7,50
1019	CRISTIANE SALETE CORREIA GRACIETI	4,50	3,00	7,50
22	ROSANGELA PEREIRA	4,50	3,00	7,50
957	MARIA DOS SANTOS	4,50	3,00	7,50
338	ADRIANA DE LURDES VEDDOY PINHEIRO	4,50	3,00	7,50
169	TATIANA LIMA DA CRUZ	4,50	3,00	7,50
129	VILCIANE APARECIDA DOS SANTOS	4,50	3,00	7,50
1023	LUANA APARECIDA RIBEIRO	4,50	3,00	7,50
152	CLAUDETE DAS GRAÇAS C. DE ALMEIDA	4,75	2,75	7,50
149	LUCIANE MASCARELLO	4,75	2,75	7,50
566	IRACI FERREIRA BATISTA	4,75	2,75	7,50
193	JIANE CRISTINA PEREIRA	4,75	2,75	7,50
50	VILMAIR PINHEIRO	3,50	3,75	7,25
	MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA ALMEIDA	3,75	3,50	7,25
417	MARIA SOELI FOGAÇA	3,75	3,50	7,25
946	MARCIA SOTEL	3,75	3,50	7,25
59	CRISTIANE COSTA GABRIELLI	3,75	3,50	7,25
165	ELEM FERNANDA SANTOS	3,75	3,50	7,25
363	BERNADETE JARDIN RIBEIRO	4,00	3,25	7,25
455	MARGARET APARECIDA MEIRA	4,00	3,25	7,25
85	LORENA ALVES	4,00	3,25	7,25
690	JANETE FIGUEIREDO	4,00	3,25	7,25
39	DAYANE APARECIDA SAURIN	4,00	3,25	7,25
491	MARIA ELIZABETH POLEZA	4,25	3,00	7,25
373	ELIZETE DA SILVA LESSI	4,25	3,00	7,25
19	SABRINA DANIELE ANTUNES	4,25	3,00	7,25
848	MARIANE APARECIDA SERENA	4,25	3,00	7,25
549	JUCIMARA DOS SANTOS	4,25	3,00	7,25
518	ROSANA DE ALMEIDA	4,25	3,00	7,25
	EDUTANIA FERREIRA DOS SANTOS LEMOS	4,50	2,75	7,25
370	ANA MERY TEIXEIRA	4,50	2,75	7,25
927	SABRINA ANTUNES CAVRALHO RENOS-TO	4,50	2,75	7,25
54	CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO	4,50	2,75	7,25
1005	LIDIA GONÇALVES RAYZEL	4,50	2,75	7,25
715	LINDA FLEMING BECKER	4,75	2,50	7,25
954	LUCIANA DA FATIMA PINTO	3,50	3,50	7,00
809	ELOI TEREZINHA PINTO	3,75	3,25	7,00
963	ROZELI DA SILVA LESSI	3,75	3,25	7,00
276	MARLENE SANTIN GONÇALVES	3,75	3,25	7,00
896	ROZE APARECIDA TEIXEIRA	3,75	3,25	7,00
988	ELISANGELA RIBEIRO	3,75	3,25	7,00
583	LUCIANA DIAS	3,75	3,25	7,00
147	JULIANA APARECIDA MACIEL NEVES	3,75	3,25	7,00
800	DEJACIRA ROSTIROLLA	4,00	3,00	7,00
371	MARIA GORETE PINTO	4,00	3,00	7,00
691	ANA DULCE ALVES	4,00	3,00	7,00
41	NOELI DE FATIMA FERREIRA	4,00	3,00	7,00
499	MARILENE DE FATIMA DE O. CEREGATTI	4,00	3,00	7,00
	EDINAIDE BETANIA FERREIRA DOS SANTOS	4,00	3,00	7,00
853	LUCY ELENA FABIENSKI	4,25	2,75	7,00

777	JANETE APARECIDA DE MENEZ NUNES	4,25	2,75	7,00
405	CLEONICE NOELI MACHADO	4,25	2,75	7,00
134	MARLI TEREZINHA DOS SANTOS	4,75	2,25	7,00
	IZABEL CAETANO DA SILVA PIRES BATISTA	3,25	3,50	6,75
931	SILOE SALETE DA CRUZ	3,50	3,25	6,75
101	VERA LUCIA SILVA DE OLIVEIRA PES-SOLE	3,50	3,25	6,75
915	SAIACA DE OLIVEIRA LEMOS	3,50	3,25	6,75
390	EVA SALETE TESSER	3,75	3,00	6,75
414	JURANDIR ANTONIO GRIZ	3,75	3,00	6,75
249	INES ROSSA DE CASTRO	3,75	3,00	6,75
620	SONIA APARECIDA DIAS SERAFIN	3,75	3,00	6,75
495	MAURICIO BATISTA	3,75	3,00	6,75
32	DAIANA APARECIDA PELENTIR	3,75	3,00	6,75
466	TATIANE RIBEIRO	3,75	3,00	6,75
190	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA	4,00	2,75	6,75
209	MARIZETE F. CHISTE BRAGHIROLI	4,00	2,75	6,75
275	TANIA MARA DE FREITAS	4,00	2,75	6,75
13	RENATA DOS SANTOS KEMER	4,00	2,75	6,75
487	GENILCE KRIEGER	4,00	2,75	6,75
542	JOVANA FARIAS	4,00	2,75	6,75
913	CATARINA DE FATIMA MACHADO DE OLIVEIRA	4,25	2,50	6,75
985	LUZIA LOPES DE SOUZA	4,25	2,50	6,75
107	JUSSARA RAYZEL VALTER DUTRA	4,25	2,50	6,75
36	JOSEANE SAURIN	4,25	2,50	6,75
1026	VIVIANE APARECIDA MOCELIN	3,00	3,50	6,50
643	SANDRA VALÉRIA ZAIA	3,25	3,25	6,50
460	PATRICIA APARECIDA VELASQUEZ SCHIZZI	3,25	3,25	6,50
883	DANIELA RIBEIRO DOS SANTOS	3,25	3,25	6,50
131	ROSANE BORGES	3,50	3,00	6,50
973	JOSEANE FRANÇA DOS SANTOS	3,50	3,00	6,50
123	LORENI ALVES PINTO	3,75	2,75	6,50
55	SILVANA TEREZINHA PRIGOL DE SOUZA	3,75	2,75	6,50
102	AURORA DA SILVA	3,75	2,75	6,50
74	NERCI MARIA WOLKART DA SILVA	3,75	2,75	6,50
592	SOLANGE FERREIRA	3,75	2,75	6,50
736	SANDRA BATISTA RIBEIRO DA FONSECA	4,00	2,50	6,50
910	LUCIANA APARECIDA FAGUNDES	4,00	2,50	6,50
1029	ANA LUCIA DA SILVA PIZATTO	4,25	2,25	6,50
346	JUCEMAR PEDROSO DOS SANTOS	4,50	2,00	6,50
844	ADRIANE DE FATIMA ANTUNES MIGUEL	3,00	3,25	6,25
116	ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS	3,25	3,00	6,25
68	MIRIAN APARECIDA MACHRY	3,50	2,75	6,25
94	FABIANA PINHEIRO	3,50	2,75	6,25
673	PATRICIA DE OLIVEIRA	3,50	2,75	6,25
480	RAQUEL PEREIRA	3,50	2,75	6,25
947	ADELIO ANTUNES VALTER	3,75	2,50	6,25
288	LUZIA BORTOLI	3,75	2,50	6,25
368	DAIANA FRANCIELY DE BARROS THIBES	3,75	2,50	6,25
992	TANIA BATISTA DE OLIVEIRA	3,75	2,50	6,25
430	TEONILA BERNARDETE DA SILVA	4,25	2,00	6,25
453	SANTINA DE FATIMA PENSO	3,00	3,00	6,00
615	CHIRLEY APARECIDA PINHEIRO	3,00	3,00	6,00
422	IVANI DA APARECIDA LENS MARTINS	3,00	3,00	6,00
403	ELENIR DE FATIMA DE OLIVEIRA	3,00	3,00	6,00
250	REJANE DE FATIMA ARAUJO	3,00	3,00	6,00
692	JEAN CARLOS PEROTONI	3,00	3,00	6,00
412	LUCINEIA DA SILVA	3,00	3,00	6,00
185	ELAINE CORDEIRO	3,00	3,00	6,00
958	ROSELI APARECIDA POGERRE	3,25	2,75	6,00
925	SARA JANE FERNANDES FONSECA	3,50	2,50	6,00
170				

383	SONHA APARECIDA RAYSEL TONIAL	4,00	2,00	6,00
272	SOLANGE C. RIBEIRO DOS SANTOS	2,75	3,00	5,75
127	JOÃO FRANCISCO FELICIDADE DA COSTA	3,00	2,75	5,75
206	ARIANE FERREIRA JORGE	3,00	2,75	5,75
274	IDACIR MIGUEL FIORESE	3,25	2,50	5,75
88	NILVA APARECIDA DIAS PETRI	3,25	2,50	5,75
802	NILZA MARIA KEMER DE SOUZA	3,25	2,50	5,75
650	PATRICIA ALVES	3,25	2,50	5,75
92	MARISETE AP. RODRIGUES DA SILVA CORDEIRO	3,50	2,25	5,75
360	JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	3,50	2,25	5,75
75	SOLIDE LUCIA CAVICHON MARCON	3,75	2,00	5,75
461	DILMA ROSELI DA VEIGA	2,75	2,75	5,50
6	CLEUSA ALVES DE MATOS	2,75	2,75	5,50
103	ELIZETE RODRIGUES DOS SANTOS	3,00	2,50	5,50
104	BERNADETE MOREIRA PADILHA	3,00	2,50	5,50
213	NEIDE RIBAS SANTIN	3,00	2,50	5,50
705	LUCIMAR RODRIGUES DOS REIS	3,00	2,50	5,50
241	MARGARETE VARGAS	3,25	2,25	5,50
1021	SOLANGE APARECIDA DA SILVA FERREIRA	3,25	2,25	5,50
968	ANDREA REGINA DE MORAIS	3,25	2,25	5,50
208	ANDREIA DE FATIMA CANDIDA DE OLIVEIRA	3,25	2,25	5,50
89	SANDRA MARLI CAMARGO DE C. DA SILVA	2,50	2,75	5,25
943	TANIA APARECIDA DE SOUZA	2,50	2,75	5,25
24	CLAUDETE APARECIDA MIGUEL	2,75	2,50	5,25
73	NILVA DE FATIMA DE OLIVEIRA CARVALHO	3,00	2,25	5,25
948	ANA MARIA VIEIRA GARIPUNA DOS SANTOS	3,00	2,25	5,25
115	CARLA FERNANDA VELASQUES	3,00	2,25	5,25
203	JANAINA DE FATIMA ANTUNES	3,00	2,25	5,25
596	ROSELI FATIMA CAVICHON MURER	3,25	2,00	5,25
258	CLEONIR VARELA	3,25	2,00	5,25
584	MARIA ROSA DE FATIMA SANTOS	3,50	1,75	5,25
428	ALAERCIA LUIZA TELLES	3,50	1,75	5,25
911	MARIA GORETI BORNACHI MOREIRA	2,00	3,00	5,00
117	ENI TEREZINHA DA COSTA	2,50	2,50	5,00
112	JÚLIA APARECIDA DA SILVA	2,50	2,50	5,00
488	IVONETE APAREIDA CORDEIRO	2,50	2,50	5,00
641	MARIA NILZA DE OLIVEIRA	2,75	2,25	5,00
869	GILVANE APARECIDA RIBEIRO PEREIRA	2,75	2,25	5,00
119	TEREZINHA DE JESUS SURDI PINTO	3,00	2,00	5,00

MOTORISTA

Nº inscrição	Nome	C.G	C.E.	P.P.	N.F.
801	MARCOS PINHEIRO	5,25	3,50	9,00	8,88
285	ROBSON SCOLARO	5,50	3,25	9,00	8,88
7	PAULO ROBERTO BARBOSA	5,50	3,00	9,00	8,75
248	ADELIR JOSÉ VALDUGA	5,00	3,25	9,00	8,63
664	NORBERTO LUIZ MINUSCOLI	5,25	3,00	9,00	8,63
217	GIOVANI GARCIA ALVES	5,50	2,75	9,00	8,63
265	ATILIO PINTO	4,50	3,50	9,00	8,50
676	MANOEL ANTONIO CORREA	5,00	3,00	9,00	8,50
392	LUIZ FERNANDO FERREIRA	5,00	3,00	9,00	8,50
743	CRISTIANO THADEU GONÇALVES ZANOTTO	5,00	3,00	9,00	8,50
611	EDSON NUNES DE AGUIAR	5,00	3,00	9,00	8,50
457	OMAR JUNIOR ANTUNES	5,00	3,00	9,00	8,50
207	ADAIR JOSÉ SPIASSI	5,25	2,75	9,00	8,50
475	VALDEMIR JOÃO SEMIN	4,75	3,00	9,00	8,38

159	CLAUDEMIR DA FONSECA	4,75	3,00	9,00	8,38
831	MARCOS EMIR MOREIRA	4,75	3,00	9,00	8,38
146	MARCO AURELIO PADILHA	4,75	3,00	9,00	8,38
294	JOÃO CRLOS DE LIMA	4,75	3,00	9,00	8,38
25	MARCOS ANTONIO HERMES	6,00	3,50	7,00	8,25
606	ADÃO DE JESUS CARVALHO DE ALMEIDA	4,50	3,00	9,00	8,25
65	FABIO CEZAR ANTUNES	4,50	3,00	9,00	8,25
740	TIAGO DA SILVA FERREIRA	4,75	2,75	9,00	8,25
106	MAICON DANIEL BELOTTO	5,00	2,50	9,00	8,25
273	FABIO LUIZ GOTZ	4,50	2,75	9,00	8,13
960	JEAN CARLO PETRY	4,50	2,75	9,00	8,13
40	ROBERTO CARLOS LOPES CAMARGO	5,00	2,25	9,00	8,13
254	CELIO DE JESUS PADILHA	4,25	2,75	9,00	8,00
433	ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA	4,25	2,75	9,00	8,00
961	FERNANDO JUNIOR CORREA	4,25	2,75	9,00	8,00
841	SIDNEY LUIZ VARGAS	4,25	2,75	9,00	8,00
651	ALEXANDRE BLEICHWEL	4,50	2,50	9,00	8,00
689	JAIR RIBEIRO LOPES	4,50	2,50	9,00	8,00
470	GILMAR ALVES DE SOUZA	4,50	2,50	9,00	8,00
120	SEBASTIÃO JOARES AMARAL	4,00	2,75	9,00	7,88
955	JOÃO VILMAR DE OLIVEIRA	4,25	2,50	9,00	7,88
63	JUAREZ MECABO PIRES	4,25	2,50	9,00	7,88
214	RONALDO PETRONILIO DE SOUZA	4,50	2,25	9,00	7,88
355	JOSÉ AMILTO PEREIRA	4,75	2,00	9,00	7,88
679	GILMAR DA SILVA	4,75	2,00	9,00	7,88
14	SONIA LEIA TIDRE	4,50	3,00	8,00	7,75
826	WILIAM ADEMIR BERNARDI	4,50	3,00	8,00	7,75
186	JUVENIL ANGELO DE ALMEIDA	3,75	2,75	9,00	7,75
157	JOÃO FELIPE QUIBEM	4,00	2,50	9,00	7,75
98	WILSO REINALDO	4,25	2,25	9,00	7,75
891	ALNEI LUIZ BIANCHETTI	4,50	2,00	9,00	7,75
440	FERNANDO WALTRICK DE ALMEIDA	4,50	2,00	9,00	7,75
83	ADIR AIRES PACHECO	3,50	2,75	9,00	7,63
861	GLAUCIO JOSÉ FAGUNDES	3,50	2,75	9,00	7,63
253	JOVANE MACIEL	3,75	2,50	9,00	7,63
224	MARCOS ANTONIO MEDEIROS SILVA	4,00	2,25	9,00	7,63
229	ALDOCIR MICHELOTTO	4,00	2,25	9,00	7,63
512	ALEXSANDRO PUCCI CEREGATTI	4,00	2,25	9,00	7,63
122	MARCOS ROBERTO DE MELO	4,00	2,25	9,00	7,63
164	FRANS WIRTH	4,75	2,25	8,00	7,50
952	VILMAR DA SILVA LESSE	3,75	2,25	9,00	7,50
271	JOSÉ MARIA VARELA	3,75	2,25	9,00	7,50
172	ADEMIR EVERLING	4,00	2,00	9,00	7,50
93	JAISON MOURA DOS SANTOS	4,00	2,75	8,00	7,38
918	ADILSON RIBEIRO ROMERO	4,25	2,50	8,00	7,38
56	CLAUDEMIR PESSOLE	3,25	2,50	9,00	7,38
220	JULIANO RIBEIRO	3,50	2,25	9,00	7,38
113	ADEMIR LUIZ PACHECO	3,75	2,00	9,00	7,38
378	LEANDRO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO	3,75	2,75	8,00	7,25
473	VALDIR NAUTILLOS DE SOUZA	2,75	2,75	9,00	7,25
796	TEOFILO SANTOS NETO	4,00	2,50	8,00	7,25
846	MARCELO CORADIN	4,00	2,50	8,00	7,25
449	NEOLI ANTONIO SPIELMANN	3,25	2,25	9,00	7,25
69	RENI RODRIGUES MOREIRA	3,25	2,25	9,00	7,25
240	JACINTO MARTINELLI	3,25	2,25	9,00	7,25

629	ALISOM LUIZ MOREIRA DOS SANTOS	3,50	2,00	9,00	7,25
313	GERSON BET	4,00	1,50	9,00	7,25
724	CRISTIANO PIERI BRESSAN	4,25	3,00	7,00	7,13
785	RAFAEL LOPES TONHOLI	3,25	3,00	8,00	7,13
561	AMILSON PASQUALI	2,75	2,50	9,00	7,13
866	ITAMAR MENEGAZZO	3,00	2,25	9,00	7,13
788	WAGNER BOM	3,25	2,00	9,00	7,13
703	ADAIR JOSÉ CORDEIRO ROSSA	3,50	1,75	9,00	7,13
97	CELSE ALVES DA SILVA	4,00	1,25	9,00	7,13
	JAISON DE AGOSTINHO				
212	FAGUNDES	3,25	2,75	8,00	7,00
376	ADIR RAYSEL VALTER	2,75	2,25	9,00	7,00
698	JOSÉ CHIODI	3,00	2,00	9,00	7,00
	MARCELO DA SILVA RODRIGUES				
1016	GUES	3,25	1,75	9,00	7,00
642	JULIANO ARAUJO	3,25	1,75	9,00	7,00
219	JUAREZ ANTONIO RENOSTO	2,25	2,50	9,00	6,88
	ALEXSANDRO GONÇALVES				
852	SANTIAGO	3,75	2,00	8,00	6,88
942	ADEMIR TORIN	3,00	1,75	9,00	6,88
	ANTONIO VALDECIR SILVA				
702	DOS SANTOS	2,50	3,00	8,00	6,75
991	PEDRO ASSIS GARCIA	2,50	3,00	8,00	6,75
529	ADÃO CARLOS PINTO	3,25	2,25	8,00	6,75
	SALVADOR AMELIO TODESCHINI				
626	CHINI	2,25	2,25	9,00	6,75
921	VALMIR TORRES DOS REIS	2,75	1,75	9,00	6,75
100	ORLI RIBEIRO	2,50	2,50	8,00	6,50
29	JOSÉ BATISTA RIBEIRO	4,00	2,00	7,00	6,50
388	MOACIR DORNELLES CORREIA	2,25	1,75	9,00	6,50
	JUCEMAR ROBSON DE OLIVEIRA				
730	VEIRA	2,75	1,25	9,00	6,50
649	EDER ROBERTO DOS SANTOS	4,75	2,00	6,00	6,38
825	ALCEBIANES BONALUME	2,00	1,75	9,00	6,38
64	BRAULIO DE LIMA	2,25	1,50	9,00	6,38
	ALDUIR DA SILVA NEPOMUCENO				
247	CENO	3,00	1,50	8,00	6,25
	SEBASTIÃO BENTO DOS				
328	SANTOS	3,25	2,00	7,00	6,13
970	JOSÉ OSMAR CARVALHO	3,00	1,00	8,00	6,00
983	VALDIR ROQUE RODRIGUES	3,00	1,75	7,00	5,88
114	VILMAR ANTONIO ZOTTI	3,50	2,50	5,00	5,50
545	JAIR SCHIMITE SOARES	4,00	0,75	6,00	5,38

TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO

Nº inscrição	Nome	C.G.	C.E.	N.R.	N.F.
619	LEONARDO PEREIRA	3,75	2,25	9,00	7,50
436	VANESSA APARECIDA TORRES	3,00	1,75	10,00	7,38
	MELISSA THAIS GEHRKE				
862	GOMES	2,75	2,50	9,00	7,13
	HAYETT SARKIS KANAAN				
297	MILANEZ	3,00	2,00	9,00	7,00
	LUCIA FRANCISCA DE OLIVEIRA				
899	VEIRA	3,25	1,75	9,00	7,00
283	LETICIA PICCOLI CAIPER	3,50	1,50	9,00	7,00
805	BRUNA ZANDONÁ MARCON	4,00	2,75	7,00	6,88
	ADRIANA HELENA ROSSA				
855	MELO	3,00	2,75	8,00	6,88
	SOLANGE APARECIDA NO-				
379	HATTO	2,50	2,5	9,00	6,88
	EDENILSON PATRICK MORES-				
384	CO	2,50	2,25	9,00	6,88
353	SANDRA PELENTIR DISSEGNA	2,75	2,00	9,00	6,88

850	LUANA DEBASTIANI	3,00	1,75	9,00	6,88
358	CAMILA SCHALY	3,25	1,50	9,00	6,88
924	GLAUCIANE PINTO	3,25	2,25	8,00	6,75
	JOÃO MARIA MORAES RIBEIRO JUNIOR				
570		3,75	2,50	7,00	6,63
	ROBSON JOUBERT DOS				
439	SANTOS	3,75	2,50	7,00	6,63
427	LIZIANE DOS SANTOS	2,00	2,25	9,00	6,63
593	ANA PAULA DA SILVA ROVEDA	3,25	2,00	8,00	6,63
	DAYANA TAIZE DOS SANTOS				
505	RIBEIRO	2,50	1,75	9,00	6,63
269	DAIANE RAYZER DA CRUZ	2,00	2,00	9,00	6,50
418	PAULA BETINA PIRES	3,25	1,75	8,00	6,50
	DAIANE CRISTINA CESTONARO				
444		3,50	2,25	7,00	6,38
	MARCIA GONÇALVES DE MATOS MACEDO				
1017		2,75	2,00	8,00	6,38
682	VIVIANE KEMER PANDOLPHO	2,75	2,00	8,00	6,38
628	KERLY JUCIANE WALTER	2,75	1,00	9,00	6,38
887	MARIA CRISTINA AVILA	3,00	2,50	7,00	6,25
648	ANDRÉ LUIZ GUIDINI	3,25	2,25	7,00	6,25
	ELENITA APARECIDA GRANTOTTO				
875		3,50	2,00	7,00	6,25
235	GRAZIELI ^a C. CORREIA MAI	2,50	2,00	8,00	6,25
902	MURILO MIGUEL DURLI	2,50	2,00	8,00	6,25
674	LETÍCIA ALVES RIBEIRO	2,50	2,00	8,00	6,25
666	LUANA MORAES DE CAMPOS	2,50	2,00	8,00	6,25
870	LUCIANE GOMES DE ALMEIDA	2,75	1,75	8,00	6,25
	LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA				
839	VEIRA	2,75	1,75	8,00	6,25
	DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO				
935		3,00	1,50	8,00	6,25
	LIRIA SILVANA PINTO SIQUEIRA				
438		2,00	1,50	9,00	6,25
657	PATRYCIA MORO RODRIGUES	3,25	1,25	8,00	6,25
793	ANA CARLA FAVARETTO	3,25	2,00	7,00	6,13
516	IURI DAL MORO	2,25	2,00	8,00	6,13
77	JORGE FUTIGAMI	2,50	1,75	8,00	6,16
814	ANA PAULA DOS SANTOS	2,50	1,75	8,00	6,13
591	MARINA BORTOLINI	2,50	1,75	8,00	6,13
484	CLAUDIA ELIANE DE LIMA	2,25	2,25	7,50	6,00
387	VANICE DORNELLES CORREIA	3,00	2,00	7,00	6,00
	ELESANDRA APARECIDA R. VIECELI				
260		2,00	2,00	8,00	6,00
441	MARINES CECHIN ROTINI	1,25	1,75	9,00	6,00
732	THAIS ANGELICA MOREIRA	3,25	1,75	7,00	6,00
964	DAIANE SANTOS DE OLIVEIRA	2,25	1,75	8,00	6,00
507	JEFFERSON GARCIA AROMI	3,00	1,50	7,50	6,00
	VENICIUS FERREIRA DE				
787	MORAES	2,50	1,50	8,00	6,00
	CRISTIANI ALESSANDRA SAMPAIO MAFFIOLETTI				
524		1,75	1,25	9,00	6,00
	MALGARETE DE FATIMA FEZOLI ZOTTO				
767		2,75	2,00	7,00	5,88
398	DIANDRA MARIA MAZO	2,75	2,00	7,00	5,88
	JASSENAN DE CASTRO COMUNELLO				
658		2,75	2,00	7,00	5,88
490	MILENA MAXIMINIANO	2,00	1,75	8,00	5,88
929	NEI DANIEL DE SOUZA PERES	2,25	1,50	8,00	5,88
514	LILIAN KARLA ONEDA	2,50	1,25	8,00	5,88
980	TIAGO CARVALHO MENEGAS	3,00	0,75	8,00	5,88
	JACIARA TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA				
656		2,50	2,00	7,00	5,75
	TAILINE RENATI DA SILVA				
895	MOTA	2,50	2,00	7,00	5,75

760	KATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	2,75	1,75	7,00	5,75
928	PAULO EDUARDO KUNZ	2,75	1,75	7,00	5,75
717	LEONARDO FAGUNDES	2,75	1,75	7,00	5,75
588	MATILDE BEVILAQUA	1,75	1,75	8,00	5,75
617	LEONARDO LOPES	2,00	1,50	8,00	5,75
917	FRANCIELI PINHEIRO	3,25	1,25	7,00	5,75
940	FRANCIELLI LILIAN CORDEIRO	3,25	1,25	7,00	5,75
1006	ELONIR CARVALHO DE MATOS DEMARCHI	2,50	1,00	8,00	5,75
337	SINTHIA MARIA MECABO	2,75	0,75	8,00	5,75
916	FELIPE MOREIRA DOS SANTOS	2,50	2,75	6,00	5,63
786	JULLY CHRISTINI ALVES	3,25	2,00	6,00	5,63
720	ROBERTA ELIZABET UNCINSKI	3,25	2,00	6,00	5,63
603	ADAM CAYRO RODRIGUES	3,25	2,00	6,00	5,63
569	CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE	1,25	2,00	8,00	5,63
565	LUIS CLAUDIO VIDAL	2,50	1,75	7,00	5,63
790	DAGMAR FRANA	2,00	1,75	7,50	5,63
308	MATILDE BESEN	2,75	1,50	7,00	5,63
612	FABIANA KEMER PANDOLPHO	2,75	1,50	7,00	5,63
1027	ALEXANDRE FAGUNDES ALMEIDA	3,00	1,25	7,00	5,63
401	SIMONE FAVARO	2,00	1,25	8,00	5,63
251	TAUANA FERNANDES DA SILVA	2,25	3,75	5,00	5,50
688	FELIPE TIAGO RIBEIRO PONTES DOS SANTOS	3,75	2,25	5,00	5,50
884	ANA PAULA BITTENCOURT WALTER	2,75	2,25	6,00	5,50
950	MARILISA GANZALA	3,25	1,75	6,00	5,50
356	RONALDO ADRIANO FERREIRA	2,50	1,50	7,00	5,50
226	LUANA BERTELLI	2,00	1,00	8,00	5,50
515	MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO	2,25	2,50	6,00	5,38
613	VANESSA CRTISTINA DE OLIVEIRA M. BARRETO	2,75	2,00	6,00	5,38
334	LOURDES SANTINA WILPERT	2,75	2,00	6,00	5,38
548	JUSSARA SANTIN	3,00	1,75	6,00	5,38
463	GIOVANNI FELIPPI DE ALVARENGA	3,00	1,75	6,00	5,38
268	LILIAN MARIA CORREA	3,25	1,50	6,00	5,38
183	LUCIANA DE OLIVEIRA MENEZGHETTI	2,25	1,50	7,00	5,38
686	ROSELI CANONICA	2,75	1,00	7,00	5,38
317	CLAUDIA MARIA VIECELI	2,25	1,00	7,50	5,38
406	ELISIANE APARECIDA DA SILVA	2,75	1,75	6,00	5,25
763	ROSELI CONCEIÇÃO TRUCOLO ZATA	3,00	1,50	6,00	5,25
748	NOEMI GORETTI CORREA	2,00	1,50	7,00	5,25
331	MARLENE APARECIDA DE MOURA	2,25	1,25	7,00	5,25
995	SANDRA MARILETE FISCHER FLESCHE	3,50	1,00	6,00	5,25
706	JULIANA BUENO	2,50	1,00	7,00	5,25
607	IVONETE MACHADO VICENTE	2,75	0,75	7,00	5,25
161	CARYANE FERREIRA RIBEIRO	3,25	2,50	4,50	5,13
753	DANIELA THIBES	3,00	2,25	5,00	5,13
675	DANIELA DA SILVA LESSE	2,00	2,25	6,00	5,13
534	SOLANGE APARECIDA SOUZA ANDRADE	2,50	1,75	6,00	5,13
953	DOUGLAS JOSE DE QUADROS	2,50	1,75	6,00	5,13
429	MIRIAN CARBONERA DO CARMO	2,50	1,75	6,00	5,13
138	MARCIA GEOVANA ANDRES	2,75	1,50	6,00	5,13

7198	MARLINE PIOVESAN	3,00	1,25	6,00	5,13
803	JOSÉ DHEIZON MORAES DA ROSA	2,00	1,25	7,00	5,13
610	LUCIANA SARTORI GUERREIRO	3,25	1,00	6,00	5,13
501	VERONICA APARECIDA DE ASSIS	2,25	1,00	7,00	5,13
469	SANDRA APARECIDA VEDDOY	2,00	2,00	6,00	5,00
251	ELIZANGELA GREEF	2,25	1,75	6,00	5,00
517	PATRICIA APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS	2,50	1,50	6,00	5,00
784	FABIANE APARECIDA VENTURIN	2,75	1,25	6,00	5,00
971	THIAGO FAGUNDES DE OLIVEIRA	2,75	1,25	6,00	5,00
307	BRUNO RENAN DE OLIVEIRA	2,75	1,25	6,00	5,00
562	FERNANDO ALVES GUIMARÃES	1,75	1,25	7,00	5,00
993	VALDINEI LUIZ DA SILVEIRA	2,25	0,75	7,00	5,00

Decreto Nº 6.356 de 30/08/2011

DECRETO Nº 6.356 DE 30/08/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ/ATIV. 2.032- Realização de Eventos em Geral

13-3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas

sem Fins Lucrativos R\$ 700,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 30 de agosto de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Editais de Tomada de Preços n.º FUNREBOM 04/2011
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FUNREBOM 04/2011
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º FUNREBOM 01/2011

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20 de Setembro de 2011, às 14h15min, a abertura de propostas para contratação de empresa especializada para execução das obras relativas a ampliação e reforma do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Canoinhas (ampliação 39,71 m2 - reforma 209 m2). Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia N° 0114/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia N° 0114/2011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução global, com fornecimento de material e mão-de-obra, para implantação de Sistema de Esgoto Sanitário Domiciliar nas localidades de Alto Alegre, Lindenberg e Vidal Ramos, com coleta de efluentes domésticos e condução ao Sistema de Tratamento de Efluentes de Pequeno Porte, com recursos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) - Programa Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - Termo de Compromisso TC/PAC 1 nº 486/2007.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 20/09/2011.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0__49)3555-8719, **FAX** No 3555-8744

Capinzal, 01 de setembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

Catanduvas

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 0122/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 0122/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvas, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Valor global contratado: R\$ 242.030,00 (duzentos e quarenta e dois mil e trinta reais).

Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0123/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 0123/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvas, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA .

Valor global contratado: R\$ 11.418,00 (onze mil, quatrocentos e dezoito reais).

Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato N° 0124/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 0124/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvas, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.

Valor global contratado: R\$ 22.550,00 (vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta reais).

Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.

Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0125/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0125/2011
Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): LEONARDO BERTONCELLO PAGLILIOSA ME.
Valor global contratado: R\$ 354.400,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quatrocentos reais).
Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.
Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0126/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0126/2011
Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): IRANI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Valor global contratado: R\$ 57.200,00 (cinquenta e sete mil e duzentos reais).
Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.
Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0127/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0127/2011
Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011).

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): ELETRICA R. N. LTDA ME.
Valor global contratado: R\$ 80.930,00 (oitenta mil, novecentos e trinta reais).
Vigência: de 10 de agosto de 2011 até o dia 10 de agosto de 2012.
Data e assinatura do contrato: 10 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato Nº 0129/2011 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0129/2011
Dispensa de Processo Licitatório.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar e acadêmico para o ano letivo de 2011, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.
Contratado (a): MECÂNICA E CHAPEAÇÃO ATZ LTDA ME.
Valor diário contratado: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
Vigência: de 18 de agosto de 2011 a 02 de setembro de 2011.
Data e assinatura do contrato: 18 de agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Decreto Nº 1.774/2011 de 25 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº 1.774/2011 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.
"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.321/11 de 25 de Agosto de 2011 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 776.338,10 (Setecentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e dez centavos), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 03 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E FINANÇAS

UNID. ORÇ. 0301 ADMINISTRAÇÃO

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

1012 Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura

235 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 94.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB

105 119 DESPESAS CORRENTES - Recursos FUNDEB R\$ 618.000,00

1021 Aquisição de Veículos

117 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.125,00

1025 Construção e Reforma de Abrigos para Alunos

126 101 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 4.000,00

1027 Construção e Ampliação de Espaços Educativos

130 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 14.006,60

1028 Centro de Inclusão Digital

132 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

UNID. ORÇ. 0402 DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO

366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2023 Manutenção das Atividades do Ensino Médio

121 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 8.000,00



UNID. ORÇ. 0404 DIVISÃO DE ESPORTES
812 DESPORTO COMUNITÁRIO
1105 Construção de Quadras Cobertas para a Prática de Diferentes Esportes
241 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 6.000,00

1106 Reforma de Ginásio e Quadras de Esportes
243 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 15 URBANISMO
451 INFRAESTRUTURA URBANA
1046 Construção de Sanitários Públicos
169 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00
1041 Construção da Garagem de Maquinas e Sede da Administração
159 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

UNID. ORÇ. 0603 DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
334 FOMENTO AO TRABALHO
1056 Galpão Destinado a Incubadora de Empresas
188 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1057 Terreno para Distrito Industrial
190 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1060 Urbanização da Chácara Fritz
194 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 12.706,50

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
606 EXTENSÃO RURAL
2101 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
248 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 10.000,00

1060 Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos
201 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 2.500,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 776.338,10 (Setecentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e dez centavos), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO
361 ENSINO FUNDAMENTAL
2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB
105 118 DESPESAS CORRENTES - Recursos FUNDEB R\$ 618.000,00

UNID. ORÇ. 0404 DIVISÃO DE ESPORTES
812 DESPORTO COMUNITÁRIO
2035 Apoio ao Esporte Amador
147 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 21.125,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS
482 HABITAÇÃO URBANA
1040 Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares
157 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 137.213,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de Agosto de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Séc. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 25/08/2011.

Decreto Nº 1.773/2011 de 25 de Agosto de 2011.
DECRETO Nº 1.773/2011 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.
"AUTORIZA REMANEJAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.320/11 de 25 de Agosto de 2011 e Lei Federal nº 4.350/64.

DECRETA:
Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder REMANEJAMENTO, na importância de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS
452 SERVIÇOS URBANOS
2048 Conservação da Capela Mortuária
237 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 27.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos do remanejamento mencionado no artigo primeiro, fica o Setor Contábil autorizado REMANEJAR, a importância de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
2051 Manutenção dos Serviços Urbanos
178 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 27.000,00

Art. 3º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder REMANEJAMENTO, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2091 Manutenção da Secretaria da Saúde
19 123/67 DESPESAS CORRENTES - Rec. Conv. NASF/Cofinanc. R\$ 20.000,00

Art. 4º - Com os recursos oriundos do remanejamento mencionado no artigo terceiro, fica o Setor Contábil autorizado REMANEJAR, a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

20 123/67 OUT. DESPESAS CORRENTES - Conv. NASF/Cofinanc. R\$ 20.000,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de Agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Séc. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 25/08/2011.

Lei Nº 2.320/2011 de 25 de Agosto de 2011.

LEI Nº 2.320/2011 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.

"AUTORIZA REMANEJAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder REMANEJAMENTO, na importância de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS
452 SERVIÇOS URBANOS
2048 Conservação da Capela Mortuária
237 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 27.000,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos do remanejamento mencionado no artigo primeiro, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado REMANEJAR, a importância de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura, na seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
2051 Manutenção dos Serviços Urbanos
178 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 27.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder REMANEJAMENTO, na importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, da seguinte dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2091 Manutenção da Secretaria da Saúde
19 123/67 DESPESAS CORRENTES - Rec. Conv. NASF/Cofinanc. R\$ 20.000,00

Art. 4º - Com os recursos oriundos do remanejamento mencionado no artigo terceiro, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado REMANEJAR, a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte

dotação orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA
2091 Manutenção da Secretaria de Saúde
20 123/67 OUT. DESPESAS CORRENTES - Conv. NASF/Cofinanc. R\$ 20.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de Agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Séc. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 25/08/2011.

Lei Nº 2.321/2011 de 25 de Agosto de 2011.

LEI Nº 2.321/2011 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 776.338,10 (Setecentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e dez centavos), das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 03 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E FINANÇAS
UNID. ORÇ. 0301 ADMINISTRAÇÃO
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
1012 Reforma e Ampliação do Prédio da Prefeitura
235 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 94.000,00

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO
361 ENSINO FUNDAMENTAL
2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB
105 119 DESPESAS CORRENTES - Recursos FUNDEB R\$ 618.000,00

1021 Aquisição de Veículos
117 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.125,00

1025 Construção e Reforma de Abrigos para Alunos
126 101 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 4.000,00

1027 Construção e Ampliação de Espaços Educativos
130 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 14.006,60

1028 Centro de Inclusão Digital
132 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

UNID. ORÇ. 0402 DIVISÃO DO ENSINO MÉDIO
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
2023 Manutenção das Atividades do Ensino Médio

121 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 8.000,00

UNID. ORÇ. 0404 DIVISÃO DE ESPORTES

812 DESPORTO COMUNITÁRIO

1105 Construção de Quadras Cobertas para a Prática de Diferentes Esportes

241 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 6.000,00

1106 Reforma de Ginásio e Quadras de Esportes

243 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 15 URBANISMO

451 INFRAESTRUTURA URBANA

1046 Construção de Sanitários Públicos

169 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1041 Construção da Garagem de Maquinas e Sede da Administração

159 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

UNID. ORÇ. 0603 DIVISÃO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO

334 FOMENTO AO TRABALHO

1056 Galpão Destinado a Incubadora de Empresas

188 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1057 Terreno para Distrito Industrial

190 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 1.000,00

1060 Urbanização da Chácara Fritz

194 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 12.706,50

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

2101 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

248 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 10.000,00

1060 Aquisição de Veículos, Maquinas e Equipamentos

201 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 2.500,00

Art. 2º - Com os recursos oriundos da anulação mencionados no artigo primeiro fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 776.338,10 (Setecentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e oito reais e dez centavos), no orçamento vigente da Prefeitura, nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

2017 Manutenção do Ensino Fundamental FUNDEB

105 118 DESPESAS CORRENTES - Recursos FUNDEB R\$ 618.000,00

UNID. ORÇ. 0404 DIVISÃO DE ESPORTES

812 DESPORTO COMUNITÁRIO

2035 Apoio ao Esporte Amador

147 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 21.125,00

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

482 HABITAÇÃO URBANA

1040 Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares

157 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 137.213,10

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 25 de Agosto de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Séc. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria em 25/08/2011.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 361/2011 de 01.09.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 361/2011

- CONSIDERANDO, que a candidata aprovada no Concurso Público nº. 001/2011, para o cargo efetivo de Assistente Social - 40 horas, nomeada pela Portaria nº. 334, de 01.08.2011, não tomou Posse no prazo fixado, conforme determina o art. 14, § 2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 70, inciso II, alínea b, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado -SC, e art. 14 § 2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a nomeação de ZITA MAY, candidata aprovada no Concurso Público nº. 001/2011, para o cargo efetivo de Assistente Social - 40 horas.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº. 359, de 30.08.2011, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, na Edição nº. 815 de 31.08.11.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.08.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de setembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º TA Contrato Nº 30/2011 - FMS

Contrato Nº: 30/2011 1ºTA 30/2011

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME

Licitação: Convite para Obras e Serviços de Engenharia 2/2011

Dotação: 13.001.000.0010.0304.0051.2104.344905107000000.03660000

Objeto: OBRA DE ENGENHARIA EM REGIME DE EMPREITADA

GLOBAL (MATERIAL MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).
Vigência: Início: 26/08/2011 Término: 15/09/2011
Valor R\$ 364,05(TREZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E CINCO CENTAVOS)

Extrato 2º TA Contrato Nº 22/2011 - FMS

Contrato Nº: 22/2011 2TA 22/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: DIENIFER LETICIA RAMOS ANERES
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 7/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.0 1020000
Dotação: 13.001.000.0010.0122.0048.2101.333903999000000.0 1020000
Objeto: Serviços de internação
Vigência: Início: 01/08/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 525,00(QUINHENTOS E VINTE E CINCO REAIS)

Extrato 3º TA Contrato Nº 22/2011 - FMS

Contrato Nº: 22/2011 3TA22/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: DIENIFER LETICIA RAMOS ANERES
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 7/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.0 1020000
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.0 1650000
Objeto: Serviços de internação
Vigência: Início: 30/08/2011 Término: 30/12/2011
Valor R\$ 420,00(QUATROCENTOS E VINTE REAIS)

Extrato Contrato Nº 16/2011 - FMEC

Contrato Nº: 16/2011
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Contratada: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ÁRBITROS DO OESTE CATARINENSE
Licitação: Pregão 4/2011
Dotação: 20.001.000.0027.0812.0076.2453.333903979000000.0 1000000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos da Olimpíadas Interbairros.
Vigência: Início: 25/08/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 10.632,00(DEZ MIL E SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

Extrato Contrato Nº 44/2011 - FMS

Contrato Nº: 44/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: UNIQ SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 10/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903950000000.0 1650000
Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTACAO DE SERVICOS DE SAUDE PARA CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE ALTA COMPLEXIDADE, DE EXAMES DE ALTO CUSTO E CIRURGIAS ELETIVAS PARA ATENDIMENTO A POPULACAO.
Vigência: Início: 10/08/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 23.370,00(VINTE E TRES MIL E TREZENTOS E SETENTA REAIS)

Extrato Contrato Nº 45/2011 - FMS

Contrato Nº: 45/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: COMUNIDADE TERAPÊUTICA SANTA LUZIA LTDA ME
Licitação: Inexigibilidade de Licitação 11/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.0 1650000
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO DE PACIENTE DO SUS.
Vigência: Início: 22/08/2011 Término: 22/12/2011
Valor R\$ 4.800,00(QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS)

Extrato Contrato Nº 46/2011 - FMS

Contrato Nº: 46/2011
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA
Contratada: AUTO POSTO MEDITERRÂNEO LTDA
Licitação: Pregão 10/2011
Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903001000000.0 1650000
Objeto: AQUISICAO DE GASOLINA COMUM E OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, QUANDO EM VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO MUNICIPIO DE CONCORDIA.
Vigência: Início: 25/08/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 23.957,00(VINTE E TRES MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS)

Extrato Contrato Nº 15/2011 - FMEC

Contrato Nº: 15/2011
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA
Contratada: LIGA DESPORTIVA DO ALTO URUG CATARINENSE
Licitação: Pregão 4/2011
Dotação: 20.001.000.0027.0812.0076.2453.333903979000000.0 1000000
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos da Olimpíadas Interbairros.
Vigência: Início: 25/08/2011 Término: 31/12/2011
Valor R\$ 11.095,00(ONZE MIL E NOVENTA E CINCO REAIS)

Aviso Adendo 2 ao Pregão Presencial Nº 58/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ADENDO 2 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2011 - PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de licitação em referência, cujo objeto é aquisição de plataformas elevatórias novas, e prestação de serviço de instalação das mesmas, para o Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora da Salete e Escola Básica Municipal Nações, deste Município, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "C" e "E", deste Edital, teve suas especificações alteradas. O prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços, e a documentação de habilitação fica alterado para 23 de setembro de 2011, até às 16h00min, e a abertura da licitação, no dia 26 de setembro de 2011 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital alterado, em inteiro teor, está à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone

(0 ** 49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 01 de setembro de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso Pregão Eletrônico Nº 20/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2011- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de material de expediente para as unidades administrativas deste Município, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 20/09/2011.

Abertura: dia 20/09/2011 às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de agosto de 2011
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS/IGDBFG/BOLSAFAMÍLIA, repasse no valor de R\$ 1.826,88 (mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 31 de agosto de 2011.
MAURO KICHEL
Gestor do FMAS

Extrato do Termo de Compromisso Nº 086/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 086/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante DÉBORA CRISTINA ALVES, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.299.249-16, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinqüenta e dois centavos).

PRAZO: 17.08.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 087/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 087/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante IANDRA BORSATTI DA SILVA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 081.287.469-28, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinqüenta e dois centavos).

PRAZO: 01.09.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 088/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 088/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante FABIULA MARTELLO, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 088.821.829-08, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinqüenta e dois centavos).

PRAZO: 01.09.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 089/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 089/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante PATRÍCIA KAUPÉ-ZINSKI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 096.791.499-00, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinqüenta e dois centavos).

PRAZO: 01.09.2011 a 31.12.2011.

Extrato do Termo de Compromisso Nº 092/2011

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 092/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estudante RONALDO LUIZ FAUTH, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 096.947.829-10, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 534,52 (quinhentos e trinta e quatro reais com cinqüenta e dois centavos).

PRAZO: 01.09.2011 a 31.12.2011.

Ficha Para Inscrição Festival Concórdia em Dança

Anexo 01

FICHA PARA INSCRIÇÃO

Nome do Grupo:.....
 Professor responsável:.....
 Fone para contato:.....
 Endereço eletrônico:.....
 Cidade:.....
 Título da coreografia:.....
 Nome da Música:.....
 Tempo da coreografia:.....
 Histórico da coreografia:.....

Categoria:..... (classificação pela idade)

Gênero:..... (jazz, ballet...)

Modalidade:..... (solo, duo, trio)

Relação de participantes Idade

Documento de identidade

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Assinatura do responsável _____

Anexo 02

Autorização para os Menores de 18 anos

Eu _____
 , CPF _____, autorizo minha (eu) filha (o) _____
 _____, CPF ou RG _____
 _____, a participar do Festival de Dança "Concórdia em Dança", que será realizado nos dias 14 e 15 de outubro de 2011, em Concórdia – SC.

_____, ____/____/2011

Assinatura do Responsável

Anexo 03

TERMO DE LIBERAÇÃO DA COREOGRAFIA

Eu _____ autor da coreografia "_____", no gênero _____ de _____, interpretada pela (o) _____ da cidade de _____, declaro para os devidos fins que permito a apresentação da coreografia supracitada, no Festival "Concórdia em Dança", que acontecerá nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011.

_____, ____/____/2011

Assinatura do Responsável (Coreógrafo)

CPF: _____

Atestado de Matrícula

Eu _____,
 CPF _____, declaro para os devidos fins, que
 o (a) aluno (a) _____,
 RG _____, está devidamente Matriculado(a)
 na Escola _____.

_____, ____/____/2011

Assinatura do Responsável

Anexo 04

Regulamento Festival Concórdia Em Dança - 2011

FESTIVAL CONCÓRDIA EM DANÇA – 2011

REGULAMENTO

CAPITULO I

DO FESTIVAL

Art. 1º A Fundação Municipal de Cultura realiza a 3ª edição do Festival "Concórdia em Dança". O evento acontecerá nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2011, em Concórdia – Santa Catarina. Todas as apresentações ocorrerão no Centro de Eventos Concórdia, localizado na Rua Vitor Sopelsa, Bairro Parque de Exposições.

Art. 2º O festival tem os seguintes propósitos: fomentar a produção cultural, por meio da dança, utilizando-a como suporte de autoestima, aperfeiçoamento e intercâmbio dos grupos de Dança; incentivar a pesquisa do trabalho coreográfico e de projetos artísticos nos vários gêneros da dança. E também estimular o desenvolvimento de grupos nas escolas da rede pública do Município de Concórdia.

Art. 3º O Festival "Concórdia em Dança" tem como presidente a Diretora Superintendente da Fundação Municipal de Cultura Sandra Mara Roman e será coordenado por Cati Ferri, Tiago Roberto D'Ávila dos Santos e Claurice Maura Zolet.

CAPÍTULO II

PARTICIPANTES E CATEGORIAS

Art.4º Poderão participar do Festival "Concórdia em Dança", integrantes de grupos de dança nas categorias, modalidades e gêneros relacionados na tabela abaixo.

CATEGORIA	SOLO	DUO	TRIO	CONJUNTO 4 a 9 bailarinos	GRUPO A partir de 10 bailarinos
PRÉ-INFANTIL 04 a 09 anos	3'	3'	4'	4'	4'
INFANTIL 10 a 12 anos	3'	3'	4'	4'	5'
JÚNIOR 13 a 14 anos	4'	4'	4'	5'	6'
SÊNIOR 15 a 16 anos	4'	4'	4'	5'	6'
AVANÇADO 17 a 20 anos	4'	4'	4'	5'	6'
ADULTO AVANÇADO Acima de 21 anos	4'	5'	5'	6'	7'

Art. 5º Serão disponibilizadas 140 (cento e quarenta) inscrições distribuídas em 04 (quatro) períodos.

Art. 6º A categoria Pré Infantil participará somente como mostra avaliativa de todos os gêneros, sendo que serão abertas inscrições somente para 35 (trinta e cinco) coreografias.

Art. 7º Para os tempos máximos estabelecidos haverá uma tolerância de trinta segundos, para montagem e desmontagem de cenários. Ultrapassando a tolerância, a coreografia estará, automaticamente, desclassificada.

CAPITULO III CRONOGRAMA DIA 13 (QUINTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
20h	Espetáculo de Abertura. Local: Centro de Eventos Concórdia.

DIA 14 (SEXTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
8h às 11h30min	Workshops* Local: Auditório do Centro de Eventos Concórdia.
8h às 12h	Ensaaios dos grupos competitivos no palco oficial.
14h	Mostra na Categoria Pré Infantil em todos os gêneros e modalidades (Não competitiva).
20h	COMPETIÇÃO Jazz, Balé Clássico, Balé de Repertório, Dança Contemporânea Em todas as categorias e modalidades.

DIA 15 (SÁBADO)

HORÁRIO	ATIVIDADE
8h às 11h30min	Workshops* Local: Auditório do Centro de Eventos Concórdia.
8h às 12h	Ensaaios dos grupos competitivos no palco oficial.
14h	COMPETIÇÃO Danças Folclóricas de Projeção e Imigração, Estilo Livre e Sapateado em todas as categorias e modalidades
20h	Danças de Salão, Danças Populares Brasileiras e Dança de Rua em todas as categorias e modalidades.

*IMPORTANTE: Os horários e gêneros dos Workshops serão definidos pela Comissão Organizadora, conforme a possibilidade e após a definição dos ministrantes destas atividades, bem como a quantidade de participantes, sendo soberana em qualquer um dos itens mencionados, neste regulamento.

CAPITULO IV DOS GÊNEROS

BALLET CLÁSSICO – Obras criadas pelos professores e/ou coreógrafos, estruturadas sobre a técnica de balé e que não pertençam ao repertório de grandes companhias. Pas de Deux sem variações e Coda.

BALLET CLÁSSICO DE REPERTÓRIO – Obras ou fragmentos de obras do repertório tradicional do balé clássico que pertençam ao repertório de grandes companhias. Só poderão ser inscritos Grand Pas de Deux (com variação e Coda) na categoria Adulta e Pas De Deux (sem variação e Coda) nas categorias, juvenil, juvenil-avançado e adulto. Serão avaliados pela banca de jurados

independentemente.

DANÇA MODERNA E CONTEMPORÂNEA – Obras estruturadas sob os princípios das escolas modernas e das obras criadas sob os preceitos da pós-modernidade.

DANÇA DE SALÃO – Danças populares (samba, salsa, tango, bolero, entre outros).

JAZZ – Coreografia estruturada sobre qualquer tendência do Jazz Dance e Musicais.

DANÇA DE RUA – Coreografias estruturadas sob qualquer tendência da Dança de rua.

SAPATEADO – Coreografias estruturadas sob a técnica do sapateado americano, exceto aquelas com conexão de dança étnica (espanhola, irlandesa, entre outras).

FOLCLORE DE IMIGRAÇÃO – Danças regionais de outras nações (alemães, italianas, polonesas, portuguesas, dança do ventre, entre outras)

FOLCLORE DE PROJEÇÃO – Danças com temáticas regionais elaboradas cenicamente e coreograficamente.

DANÇAS POPULARES BRASILEIRAS – danças essencialmente brasileiras (forró samba, frevo, danças gaúchas, entre outras).

ESTILO LIVRE – Dança sem uma estrutura pré-estabelecida, podendo conter vários gêneros de danças.

CAPÍTULO V

DAS INSCRIÇÕES

Art.8º O prazo para inscrições será, impreterivelmente, entre 1º (primeiro) de setembro até 29 (vinte e nove) de setembro de 2011, valendo a data da postagem. Para inscrições enviadas via SEDEX Art.9º A ficha para inscrição estará disponível no endereço eletrônico do FESTIVAL CONCÓRDIA EM DANÇA 2011 no site www.concordia.sc.gov.br. Os candidatos deverão preencher todos os campos da inscrição devendo o (a) diretor (a) do grupo ou escola assiná-las, e enviar via SEDEX ou entregar na FMC no endereço abaixo.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA

RUA: ABRAMO EBERLE, 322.

BAIRRO: CENTRO

89700-000 CONCÓRDIA – SC

Art.10º O valor de cada inscrição será de: R\$ 15,00 reais por bailarino, com direito ao certificado. A taxa de inscrição dá direito ao bailarino dançar até 2 (duas) coreografias por modalidade.

Art.11º O pagamento das inscrições deverá ser efetuado através de depósito bancário, identificado com o CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição, em favor da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia no Banco do Brasil/BESC ag. Nº 5236-1 e conta corrente nº 6321-5. O comprovante de pagamento deverá ser enviado juntamente com a documentação de inscrição.

Art.12º Os grupos participantes desta edição do Festival "Concórdia em Dança" terão mais uma opção para o envio das músicas de apresentação: além do tradicional envio das músicas pelo correio, poderão recorrer também ao e-mail concordiaemdanca@concordia.sc.gov.br, que receberá os arquivos de áudio.

§ 1º No entanto, os arquivos deverão estar em formato MP3 ou WMA, com no máximo 4 MB. A Comissão Organizadora do Festival não se responsabiliza por falhas técnicas no envio das músicas ou pelo não recebimento das mesmas.

§ 2º A inscrição somente será efetivada com o recebimento de todos os documentos solicitados sendo que o enquadramento em cada categoria será feito pela média de idade dos bailarinos.

§ 3º Não serão aceitas inscrições posteriores a 29 de setembro de 2011.

Art.13º A taxa inscrição será isentada somente para grupos em que os alunos estiverem devidamente matriculados no ensino regular das unidades escolares da rede pública da circunscrição do Município de Concórdia, em que as escolas disponham de Oficinas de Dança. Conforme prevêem os objetivos do festival e o artigo 149 da Lei Orgânica do Município de Concórdia de 05 de abril de 1990. (Anexo 04).

Art.14º A organização do evento reserva-se o direito de encerrar as inscrições antes do prazo, caso atinja o número limite de 140(cento e vinte) coreografias inscritas, divididas em 4 (quatro) períodos: sexta-feira à tarde (35), sexta-feira à noite (35), sábado à tarde (35) e sábado à noite (35), observando o cronograma das modalidades e gêneros.

Art.15º Após o envio da documentação de inscrição é de responsabilidade de o grupo entrar em contato pelo telefone (49) 3442-3930 para confirmar o recebimento do mesmo.

Art.16º Serão necessários os seguintes documentos para a inscrição:

– Comprovante original de pagamento da inscrição, com CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição.

– Cópia do RG ou certidão de nascimento de todos os bailarinos e responsáveis pelos grupos, incluindo coreógrafo, cenógrafo, iluminador (se houver).

– Documento comprobatório da liberação da coreografia emitida pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) ou pelo próprio coreógrafo. (Anexo 03)

– Registro de autorização de todos os bailarinos e assinado por todos os responsáveis, quando menores de 18 anos. (Anexo 2)

– Disco compacto (CD) contendo SOMENTE A MÚSICA DE CADA COREOGRAFIA. No disco, deverá constar: - NOME DO GRUPO

- NOME DA COREOGRAFIA

- TEMPO DA MÚSICA

- CIDADE

- Ficha de inscrição preenchida para cada coreografia. (Anexo 01)

Art.17º Será DESCLASSIFICADA toda coreografia do grupo que enviar mais de uma música por disco ou o mesmo possuir identificação incompleta. Não serão permitidas gravações em DVD.

CAPITULO VI

DA CLASSIFICAÇÃO

Art.18º Em cada categoria e modalidade haverá três classificações que receberão troféus seguindo o seguinte critério de classificação:

1º Lugar- maior média acima de 9,0.

2º Lugar- média imediatamente inferior ao 1º lugar, acima de 8,0.

3º Lugar- média imediatamente inferior ao 2º lugar, acima de 7,0
Parágrafo único: Em caso de empate, em qualquer uma das premiações, os grupos serão igualmente agraciados.

Art. 19º Os trabalhos inscritos serão analisados, por uma banca de jurados, composta por integrantes de expressão no meio artístico da dança com renome nacional especializados em dança nos gêneros: ballet clássico, dança de rua, folclore, Jazz, sapateado e danças populares. A banca de jurados é soberana quanto à decisão e classificação para a premiação. O resultado decorrente tem caráter irrecorrível.

Art.20º A divulgação dos premiados e entrega dos troféus acontecerá, diariamente, após a finalização do período.

Art.21º As premiações especiais serão conferidas e entregues ao final do Festival (sábado à noite).

Art.22º As avaliações dos jurados serão entregues aos responsáveis/coreógrafos logo após o término do festival, no sábado, sendo que os mesmos estarão à disposição para um breve debate.

CAPITULO VII

DAS PREMIAÇÕES

Art.23º Os grupos premiados com 3º, 2º e 1º lugar receberão troféu e cada integrante inscrito receberá certificado de participação.

Art.24º Premiações Especiais:

§1º Todos os participantes da competição poderão ser indicados e receber as premiações especiais conforme definição da banca de jurados.

-Melhor Bailarino: O melhor bailarino entre todas as categorias e gêneros da mostra competitiva do Festival receberá um troféu destaque e prêmio de R\$ 500,00.

Melhor Bailarina: A melhor bailarina entre todas as categorias e

gêneros da mostra competitiva do Festival receberá um troféu destaque e prêmio de R\$ 500,00.

Melhor Grupo: O melhor grupo de todas as categorias e receberá troféu e prêmio de R\$ 1.500,00. (exceto a categoria Pré Infantil)

Melhor Trabalho coreográfico: A melhor coreografia receberá troféu e prêmio de R\$ 1.000,00.

CAPITULO VIII

DOS ENSAIOS

Art.25º Para ensaios cada grupo terá duas vezes o tempo de duração de sua coreografia.

Art.26º O grupo que desejar ensaiar (conforme horários da tabela capítulo III) deverá agendar horário pelo telefone (49) 3442-3930, ramal 28. Só será reservado o horário, conforme solicitação de reserva via contato telefônico, até as 17h do dia 07 de outubro.

Art.27º Os dias permitidos para ensaios serão na sexta-feira e sábado, sempre pela manhã. Com agendamento, sem alteração, e impreterivelmente sem atrasos.

CAPITULO IX

ALOJAMENTOS

Art. 28º Os grupos deverão solicitar a reserva de vagas para o alojamento com a Comissão Organizadora até atingir o número limite de vagas. (100 vagas)

Art.29º Os alojamentos estarão à disposição dos grupos a partir das 12h00, do dia 13 de outubro de 2011 até as 8h do dia 16 de outubro 2011 e serão somente para participantes do Festival.

Art.30º Os grupos deverão trazer colchonetes, travesseiros, roupas de cama e banho. Caso ocorram danos materiais nos alojamentos, eles deverão ser ressarcidos pelo grupo participante.

Art.31º A Comissão Organizadora do Festival não se responsabiliza por furto e ou extravio de objetos pessoais, ou de valores nos alojamentos, locais de ensaios e apresentações. Os alojamentos são coletivos, sendo que os objetos pessoais devem ser todos cadeados.

CAPITULO X

OBSERVAÇÕES GERAIS

Art.32º A iluminação terá afinação única.

Art.33º Cada grupo deverá ter um representante credenciado na cabine de som e luz durante o ensaio e apresentação de cada coreografia.

Art.34º Cada bailarino poderá participar, com o valor de uma inscrição, em até duas coreografias. Qualquer outra apresentação está sujeita a nova inscrição. O máximo de coreografias permitidas, por bailarino, são quatro.

Art.35º Não será permitido cenário fixo nem efeitos de maquinarias. A tolerância para colocação e remoção de cenários ou objetos cênicos será de 30 (trinta) segundos.

Art.36º Fica expressamente proibido o uso de breu, efeitos com fogo, ou qualquer produto que possa danificar sujar ou molhar o palco. Sob pena de desclassificação.

Art.37º A utilização do som ao vivo está restrita as apresentações que não utilizem ou interfiram na estrutura do som do festival, nem atrapalhe o bom andamento do evento.

Art.38º Depois de definidas as inscrições para mostra competitiva, não haverá possibilidade de mudanças na ordem das apresentações. Em caso de desistência ou qualquer tipo de impedimento de participação, não serão devolvidas as taxas de inscrição.

Art.39º As credenciais, ordem de apresentação, cronogramas e mapa dos camarins deverão ser retirados no local do evento, com o responsável da comissão Organizadora.

Art.40º Cada escola ou grupo participante deverá chegar, impreterivelmente, uma hora antes do horário de sua apresentação.

Art.41º Apenas terão acesso aos camarins e área de preparação dos grupos as pessoas credenciadas e identificadas com crachás fornecidos pela organização do evento e será controlada seguindo a ordem de apresentação, definida pela comissão organizadora.

Art.42º Os camarins deverão ser desocupados logo após as apresentações liberando-os para o grupo seguinte.

§ 1º Será de responsabilidade dos coordenadores dos grupos a responsabilidade pela ordem e bons costumes de seu grupo dentro dos camarins.

Art.43º O coordenador do grupo deverá se dirigir a secretaria do Festival, localizada no Centro de Eventos Concórdia, no Parque de Exposições, onde serão recepcionados pela Comissão Organizadora para recebimento de material e instruções referentes ao alojamento e ao Festival.

Art.44º Será disponibilizado no local de evento a venda de lanches.

§ 1º O grupo que tiver necessidade de almoço deverá contatar com a Comissão Organizadora para informações.

Art.45º A Comissão Organizadora do festival é soberana para realizar quaisquer mudanças necessárias ou diminuir dúvidas decorrentes deste regulamento.

Art.46º Todos os participantes do evento comprometem-se a ceder as imagens para a utilização na promoção e divulgação do evento nesta e em outras edições.

Art.47º A banca de jurados é soberana quanto às decisões da premiação. Ao inscreverem-se, as Escolas ou Grupos declaram ter conhecimento e aceitam todas as condições deste regulamento.

Art.48º Fica vedada a participação de membros da comissão organizadora nas competições do festival.

Art.49º Os casos omissos do Festival Concórdia em Dança serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Concórdia, 31 de agosto de 2011.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 050/2011

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 050/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 19 de agosto de 2011, do termo de compromisso nº 50/211, de 23 de maio de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) ALEXANDRA SCHUMANN, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 088.005.529-43.

DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 12/2011

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 12/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 16 de agosto de 2011, do termo de compromisso nº 12/2011, de 01 de fevereiro de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) THAILIN DE OLIVEIRA, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 085.427.959-89.

DATA DA ASSINATURA: 16 de agosto de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 132/2010

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 132/2010

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 31 de agosto de 2011, do termo de compromisso nº 132/2010, de 31 de dezembro de 2010, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) GISELE FERNANDA BONELLI, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 087.514.679-17.

DATA DA ASSINATURA: 31 de agosto de 2011.

Termo de Rescisão do Termo de Compromisso Nº 67/2011

TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 67/2011

ESPÉCIE: Rescisão, a partir de 01 de agosto de 2011, do termo de compromisso nº 67/2011, de 01 de junho de 2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o(a) estagiário(a) NAIARA CARINA DA FONSECA BURNIER, inscrito(a) no CPF-MF sob nº 092.573.369-56.

DATA DA ASSINATURA: 01 de agosto de 2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato ADM 074/2011

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Onde LÊ-SE Extrato Aditivo: 068/2011 - ADM, LEIA-SE Extrato Aditivo: 074/2011 - ADM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor: R\$ 23.249,00 (vinte e três mil e duzentos e quarenta e nove reais)

Forma de Pagamento: O pagamento relativo à implantação e treinamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, em 30 (trinta) dias após a execução dos mesmos, mediante apresentação da nota fiscal que será liquidada em até 10 dias contados da entrega da mesma e a o pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente até o 5º dia útil de cada mês subsequente, mediante apresentação da nota fiscal de serviços.

Vigência: Início: 28/07/2011

Término: 30/06/2013

Objeto: Tendo por objetivo, o presente Termo Aditivo, modificaras especificações do serviço prestado, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ampliando e otimizando o Sistema Tributário informatizado.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalia e Ilse Cristina de Souza.

Cordilheira Alta, 28 de julho de 2011.

Extrato ADM 075/2011

Extrato Aditivo ADM: 075/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: ANTONIO DA ROSA DE CORDILHEIRA ALTA - ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 10/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Reajustar o preço unitário global do valor do Quilometro Rodado, conforme previsão constante na Cláusula Terceira, letra 'e', do Contrato Administrativo n.º 32/2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC - (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com variação em 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento)

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Antonio Da Rosa.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2011.

Extrato ADM 076/2011

Extrato Aditivo ADM: 076/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: EDIS ANTONIO BEE - ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 10/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Reajustar o preço unitário global do valor do Quilometro Rodado, conforme previsão constante na Cláusula Terceira, letra 'e', do Contrato Administrativo n.º 33/2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC - (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com variação em 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento).

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Edis Antonio Bee.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2011.

Extrato ADM 077/2011

Extrato Aditivo ADM: 077/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: TARSOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 10/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Reajustar o preço unitário global do valor do Quilometro Rodado, conforme previsão constante na Cláusula Terceira, letra 'e', do Contrato Administrativo n.º 34/2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC - (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com variação em 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento).

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2011.

Extrato ADM 078/2011

Extrato Aditivo ADM: 078/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 10/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Reajustar o preço unitário global do valor do Quilometro Rodado, conforme previsão constante na Cláusula Terceira, letra 'e', do Contrato Administrativo n.º 35/2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC - (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com variação em 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento).

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e João Carlos Ribeiro

Paz.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2011.

Extrato ADM 079/2011

Extrato Aditivo ADM: 079/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: TARSOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2010

Vigência: Início: 10/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Reajustar o preço unitário global do valor do Quilometro Rodado, conforme previsão constante na Cláusula Sétima, do Contrato Administrativo n.º 55/2010, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor -INPC - (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com variação em 6,87% (seis vírgula oitenta e sete por cento).

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 10 de agosto de 2011.

Extrato ADM 080/2011

Extrato Aditivo ADM: 080/2011

1º Aditivo ao Contrato Nº 029/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: FRM INDUSTRIA HIDRAULICA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 005/2011.

Vigência: Início: 11/08/2011

Término: 14/10/2011

Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (75)

Objeto: O Objeto do presente Termo é prorrogar o Contrato Administrativo n. 029/2011 de Serviços de Serviços de Horas Máquina de Motoniveladora e Rolo Compactador, pelo prazo de 60 (sessenta)

dias em iguais condições.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Angelita P. Milkiewicz.

Cordilheira Alta, 11 de agosto de 2011.

Extrato ADM 081/2011

Extrato ADM: 081/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: MOTIVA TREINAMENTO LTDA ME

Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Forma de pagamento: Até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da apresentação de Nota Fiscal ou Fatura, que deverá ser emitida após a execução total do objeto contratado.

Vigência: Início: 15/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Contratação de execução de Shows Acústicos Motivacionais, intitulados de "Faça da Vida um Show" e "Idosos: A Alegria de Saber Viver", direcionados aos Grupos de Idosos e aos cidadãos de Cordilheira Alta, com o conteúdo programático: felicidade, família, motivação, persistência, fé, paixão pela vida e profissão, sonhos, otimismo, relacionamento humano, coragem, atitudes e autoestima. Os eventos ocorrerão em data de 23 de setembro de 2011.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio.

Cordilheira Alta, 15 de agosto de 2011.

Extrato ADM 082/2011

Extrato Aditivo ADM: 082/2011

2º Aditivo ao Contrato Nº 043/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: MILÃO CONSTRUÇÕES LTDA ME
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:001/2011

Vigência: Início: 19/08/2011

Término: 17/10/2011

Dotação: 1.008.4.4.90.00.00.00.00 (35)

Objeto: Trata-se de solicitação da Contratada para que seja prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para execução - término - das obras de construção do Play Ground, em razão das condições climáticas inadequadas para realização dos serviços - em especial, as fortes chuvas havidas nos últimos dias, que acarretaram no Decreto n. 062/2011, que declarou em situação anormal, caracterizada como situação de emergência na área urbana e interior do município afetada pela enxurrada e vendaval.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e André Tissiani.

Cordilheira Alta, 19 de agosto de 2011.

Extrato ADM 083/2011

Extrato Aditivo ADM: 083/2011

3º Termo Aditivo do Contrato Nº034/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: TARSOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 22/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Tendo por objeto, o presente Termo Aditivo, rescindir parcialmente o Contrato Administrativo n. 034/2010, no que tange ao Item 5, do Edital, excluindo-se o Trajeto n. 05 da obrigação contratual.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Valmor Tarso.

Cordilheira Alta, 22 de agosto de 2011.

Extrato ADM 084/2011

Extrato Aditivo ADM: 084/2011

3º Termo Aditivo do Contrato Nº035/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA
Contratada: NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2009

Vigência: Início: 23/08/2011

Término: 31/12/2011

Objeto: Tendo em vista a desistência do vencedor do certame, em relação ao trajeto n. 05 - Item 5 do Edital (Processo Licitatório n.068/2009), bem como em atenção a ordem de classificação da licitação, tem por objeto, o presente Termo Aditivo, modificar as especificações do serviço prestado, para o fim de acrescentar as obrigações do Contratado o transporte escolar referente ao Trajeto n. 05, nas mesmas condições e especificações do vencedor desistente.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e João Carlos Ribeiro Paz.

Cordilheira Alta, 23 de agosto de 2011.

Extrato ADM 085/2011

Extrato ADM: 085/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: NILO TOZZO & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS n.º 027/2010

Valor: R\$ 5.801,50 (cinco mil oitocentos e um reais e cinquenta centavos)

Forma de pagamento: Até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, condicionando o pagamento a entrega do objeto licitado, devidamente certificado pela comissão de recebimento.

Vigência: Início: 25/08/2011

Término: 31/12/2011

Dotação: 03.01.2.020.3.3.90.30.01.00.00.00 (45/2010);

05.01.2.021.3.3.90.30.01.00.00.00 (53/2010).

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, GASOLINA PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2011 - Saldo remanescente do Processo de Licitação n. 52/2010-, a ser utilizado na Secretaria Municipal de Administração,

Fazenda e Planejamento (1.100 (hum mil e cem) litros de combustível gasolina) e Secretaria Municipal de Cultura e Esportes (950 (novecentos e cinquenta) litros de combustível gasolina).

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Jair Pedro Tozzo.

Cordilheira Alta, 25 de agosto de 2011.

Extrato ADM 086/2011

Extrato Aditivo ADM: 086/2011

2º Aditivo ao Contrato Nº 029/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Contratada: FRM INDÚSTRIA HIDRAULICA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 005/2011.

Vigência: Início: 29/08/2011

Término: 14/10/2011

Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (75)

Objeto: O Objeto do presente Aditivo é o acréscimo quantitativo do OBJETO CONTRATADO, Serviços de Rolo Compactador (com operador), com peso operacional não inferior a 10.000kg, tambor de no mínimo 2 metros de largura, com tração, para abertura de estradas Municipais e demais serviços afins, solicitados pela Secretaria de obras deste Município.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Angelita P. Milkiewicz.

Cordilheira Alta, 29 de agosto de 2011.

Extrato Convênio Nº005/2011

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2011

Concedente: Município de Cordilheira Alta.

Conveniente: Associação dos Moradores São Roque da Linha Di-nista do Município de Cordilheira Alta

Objeto: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a construção de duas torres, com finalidade de receber e transmitir sinal de internet via rádio, vedada a utilização para outro fim.

Vigência: 25/08/2011 a 31/12/2011.

Valor: R\$ 5.460,00

Foro: da Comarca de Chapecó - SC.

Signatários: Ribamar Alexandre Assonalio e Almir Pederseti.

Cordilheira Alta - SC, 25 de agosto de 2011.

Lei Complementar Nº084/2011

LEI COMPLEMENTAR N.º 84/2011

"AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O

ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR 72/2009, DE 31 DE AGOSTO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Os habitantes do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovaram e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seus nomes sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica alterado o anexo V da Lei Complementar nº 72/2009, passando o mesmo a vigorar conforme Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT) do Município de Cordilheira Alta, que segue em anexo.

Art. 2.º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes da alteração.

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

ANEXO I

ANEXO V– TABELA DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

INSALUBRIDADE	
CARGO/ATIVIDADE	%
Veterinário	40
Assessor Secretaria de Saúde/Auxiliar o setor administrativo da enfermagem	20
Técnico de Enfermagem	20
Auxiliar Administrativo – Unidade de Saúde	20
Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar Administrativo/Auxiliar de Odontólogo/ Consultório do Odontólogo	20
Enfermeira	20
Médico Especialista em Ginecologia	20
Médico Especialista em Geriatria	20
Médico Especialista em Pediatria	20
Médico Clínico Geral	20
Auxiliar de Serviços Gerais/Limpeza no Posto de Saúde	20
Auxiliar de Serviços Gerais/Atividades em Posto de Saúde	20
Odontólogo	20
Auxiliar de Serviços Gerais/Limpeza de Tubulação – Lançamento de Veneno	20
Técnico Agropecuário	20
Agente Administrativo/Dengue	20
Auxiliar de Serviços Gerais -Garagem	20
Motorista da Saúde	20
PERICULOSIDADE	
Operador de Máquina – Secretária da Infraestrutura	30
Operador de Máquina – Secretaria da Agricultura	30
Motorista de Caminhão Basculante	30
Motorista de Caminhão Tanque	30
Motorista de Veículo	30

A insalubridade incidirá sobre o valor do nível 100 do Anexo I (da Lei Complementar n. 72/2009), que não poderá ser inferir ao salário mínimo nacional, e a periculosidade incidirá sob o vencimento

do cargo de provimento efetivo, e os adicionais serão devidos mediante Laudo emitido por profissional competente atestando que o servidor ocupante do cargo tenha direito a perceber o adicional correspondente.

Lei Complementar Nº085/2011

LEI COMPLEMENTAR N. 85/2011

“ALTERA A CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DO CARGO EFETIVO DE NUTRICIONISTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA- SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Cordilheira Alta, por seus representantes aprovou e eu, RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado a carga horária da Servidora ocupante do cargo efetivo de nutricionista da Prefeitura de Cordilheira Alta-SC, passando de 12 (doze) hora semanais para 20 (vinte) hora semanais.

Art.2º Para tanto fica alterado o Anexo II e IV da Lei Complementar n.72/2009 - Grupo Ocupacional - NUTRICIONISTA - NÍVEL - NAS-105 - CÓDIGO - 4711-1 - 20 HORAS - REMUNERAÇÃO DE R\$1.173,34 - para R\$1.955,56.

Art. 3º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar os atos necessários às adaptações relativas aos fatos e atos provenientes desta alteração.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de setembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Extrato de Contrato 132/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO 132/11

Processo de licitação nº 094/11

Modalidade Carta Convite nº 006/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: VISÃO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.871.547/0001-79, estabelecida na Rua Pedro Simões de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Oliveira, 462, CENTRO - CEP 89.295-000, Município de Rio Negro, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS: ARQUITETONICO, HIDROSANITÁRIO, CLIMATIZAÇÃO, ELÉTRICO, VOZ/DADOS, CFTV, CONTROLE DE ACESSO, PREVENTIVO CONTRA INCENDIOS, QUANTITATIVO GLOBAL, ORÇAMENTO GLOBAL E MEMORIAL DESCRITIVO, para uso da reforma e ampliação da nova sede Administrativa do Município de Corupá-SC, com área de aproximadamente 2.500,00m2.

Valor do Contrato: R\$ 55.100,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Cem Reais).

Data da Assinatura: 12/08/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

371/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 371/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 19.138,11 (dezenove mil cento e trinta e oito reais e onze centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
04.000 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
04.001 Divisão de Meio Ambiente
018.541.0073.2006 Manutenção da Divisão de Meio Ambiente
4.4.90.00.00.00.00 0.0.00.24 Aplicações Diretas 19.138,111
TOTAL 19.138,111

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Convênio Nº. 02/2011/FRBL Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Fundo para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL), construção de um viveiro de mudas nativas, da fonte 01.00.24 - Transferências de Convênios - Outros, no valor de R\$ 19.138,11 (dezenove mil cento e trinta e oito reais e onze centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 05 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

372/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 372/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
3.3.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 100.000,00
TOTAL 100.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 05 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

373/11 - Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares e dá Outras Providências.

DECRETO Nº. 373/11

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.011/2010 de 14 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
07.000 Secretaria Municipal de Infraestrutura
07.001 Divisão de Serviços Públicos
015.452.0039.2014 Manutenção da Secretaria de Obras
4.4.90.00.00.00.00 0.1.00.00 Aplicações Diretas 110.000,00

TOTAL 110.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.00 - Recursos Ordinários, no valor de

R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

374/11 - Regulamenta o Recebimento de Mercadorias no Almoxarifado Central e Nos Almoxarifados das Secretarias, e dá Outras Providências.

DECRETO Nº 374/11

REGULAMENTA O RECEBIMENTO DE MERCADORIAS NO ALMOXARIFADO CENTRAL E NOS ALMOXARIFADOS DAS SECRETARIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, no desempenho das competências institucionais de fiscalização atribuídas a Controladoria Geral do Município e que o setor de Almoxarifado é parte integrante e auxiliador para fiscalização e controle;

CONSIDERANDO que, ser atribuição da Controladoria Geral do Município o exame de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade das fases de execução de despesas realizadas pelo Município de Corupá.

D E C R E T A:

Art. 1º - Todos os produtos adquiridos pelo Município deverão ser recebidos, conferidos e atestados na nota fiscal ou documento equivalente pelo responsável do Almoxarifado Central.

§ 1º - O responsável do Almoxarifado Central, no ato de conferência, poderá receber auxílio de funcionários de seu setor ou do setor que adquiriu os bens;

§ 2º - O recebimento, conferência e atesto de mercadorias ocorridos em lugar diverso ao almoxarifado central, ficará a cargo do servidor lotado para o local;

§ 3º - Para realizar o atesto, o servidor deverá utilizar carimbo padronizado, onde marcará o dia da entrega/recebimento e aporá sua assinatura legível;

§ 4º - Não será permitido, nem aceito, a conferência, o atesto e a assinatura da nota fiscal por terceiros que não um servidor, fato que será declarado irregular.

Art. 2º - Os bens de fácil deterioração poderão ser conferidos por servidor capacitado da própria Secretaria, devendo conferir, assinar e atestar a nota fiscal, no caso de serem entregues diretamente na sede da Secretaria.

Art. 3º - Os servidores responsáveis pela conferência, atesto e assinatura da nota, serão responsáveis pela veracidade das informações prestadas.

Art. 4º - A conferência, o atesto e a assinatura da nota fiscal de produtos e serviços realizados nos Postos de Saúde serão realizados por servidor(es) designado(s) em Portaria ou por aqueles que receberem delegação expressa da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º - A conferência, o atesto e a assinatura da nota fiscal de produtos e serviços realizados nas Creches e Escolas Municipais serão realizados por servidor(es) designado(s) em Portaria ou por aqueles que receberem delegação expressa da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - Excetuando os materiais de expediente, os bens adquiridos só terão saída do Almoxarifado Central ou do próprio Almoxarifado da Secretaria por meio de Requisição em formulário padronizado, preenchido e assinado.

Art. 7º - Como forma de controle de movimentação do estoque, fica aprovado o Anexo I, a Ficha de Controle de Estoque Almoxarifado

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de Agosto de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

Ficha de Controle de Estoque Almoxarifado

Órgão				Código					
Espécie	Unid. Controle	Código de Material	Código Contábil	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima				
Entradas	Saídas	SalDOS							
	Procedência ou Destino e documentos	Quant.	Preço unit. R\$	Preço total R\$	Quant.	Preço unit. R\$	Preço total R\$	Quant.	Valor R\$
Data									

375/11 - Autoriza o Executivo Municipal a Realizar Despesas com a Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

DECRETO N.º 375/11

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, de acordo com o Art. 66, item VII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1903/09 de 15 de abril de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas com a manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde, no valor de até R\$ 0,71 (setenta e um centavos), por habitante do Município, para atender as necessidades do serviço de saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir do dia 01 de setembro

de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 107 de 08 de outubro de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

376/11 - Nomeia Membros Para a Comissão Especial de Avaliação de Peças e Equipamentos de Veículos de Propriedade do Município Para Fins de Alienação e

DECRETO Nº 376/11

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA FINS DE ALIENAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que, o Município através do decreto nº 362/11 de 15 de julho de 2011, declarou 23 (vinte três) lotes inservíveis de bens e veículos da municipalidade;

CONSIDERANDO que, com objetivo desobstruir a Administração Municipal de bens obsoletos, cuja manutenção tornou-se absolutamente inviável, considerando-se a relação custo-benefício;

CONSIDERANDO a existência de bens imóveis inservíveis, pelo que o interesse público reclama a venda de tais bens;

CONSIDERANDO que, a entre os bens a serem leiloados, objetos totalmente inservíveis, constituindo-se em sucata, cujo valor de avaliação equivale-se perfeitamente ao preço praticado no mercado local.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionados, para comporem a Comissão Especial de Reavaliação de Veículos, que irão avaliar e expedir o competente Laudo de bem de propriedade do Município, relacionado no Anexo Único deste Decreto, a fim de leiloá-lo:

I - Dairton José Giraldi, servidor público municipal ocupante do cargo de Gerente de Planejamento, matrícula nº 2.699-04;
II - Rudolfo Pinheiro Duarte, servidor público municipal ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Posturas, matrícula nº 15.113-01;
III - Valquiria Michalak servidora público municipal ocupante do cargo de auxiliar de controle interno, matrícula nº 7.631-03.

Art. 2º - A Comissão, ao analisar o bem de propriedade do Município, deverá emitir Laudo constando o estado de conservação e o valor de cada um.

Parágrafo Único. O Laudo de avaliação deverá conter parecer conclusivo quanto ao estado de conservação do bem e se o mesmo é inservível ao serviço público a que se destina.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de publicação deste Decreto, para proceder com as avaliações.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 25 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUN. ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 376 de 25 de Agosto de 2011)

PEÇAS E EQUIPAMENTOS:

Nº Ordem	EQUIPAMENTOS
24	02 caixas de F-11000 - Marca CLARK Modelo 280 V e outra Marca CLARK Modelo 282 VH
25	01 motor MWM 229,6 cilindros
26	01 diferencial completo TINKEN médio
27	01 motor estacionário a gasolina, 3,5 cv, marca: BRANCO
28	02 carcaça traseira F-11000 (1 com os cubos de roda e a outra sem)
29	02 hidrovacu, 11 polegadas (Um Marca BOSH, Outro Remanufaturado Marca REKAR SCR)
30	02 bomba d'água (uma marca schneider mod: bc 21r / outra não possível descrever)
31	01 bomba hidráulica
32	01 cabeçote A-20 completo (RETIFICADO)
33	01 macaco de madeira (chicão)
34	07 rolete D-50
35	01 garrafa hidráulica de caçamba de 5 metros ³ ,
36	01 radiador A-20
37	02 garrafas do giro da RETRO LB-110
38	01 radiador de F-11000 usado, em bom estado de conservação
39	01 carburetor, gerador de acetileno, em bom estado de conservação, marca: GERADORES MATÃO
40	03 m ³ aproximadamente madeira serrada, diversos tamanhos, no estado em que se encontra

377/11 - Doação Definitiva de Bem Imóvel a Empresa "Steffens Ind. de Confeções Ltda".

DECRETO Nº 377/11

DOAÇÃO DEFINITIVA DE BEM IMÓVEL A EMPRESA "STEFFENS IND. DE CONFECÇÕES LTDA".

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal 775/91 e Decreto 016/95,

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Estímulos e Incentivos Fiscais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica doado em definitivo à empresa "STEFFENS IND. DE CONFECÇÕES LTDA ME", o imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Jaraguá do Sul sob o nº 14.409.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 25 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

2032- REGUL_LOTEAMENTO_CLANDESTINO

LEI No 2032/11

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORUPÁ A REGULARIZAR E APROVAR O LOTEAMENTO "MARCOS ADLER" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos de que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município de Corupá, através da Administração Municipal, fica autorizado a promover as medidas necessárias à regularização do loteamento clandestino de iniciativa de "MARCOS ADLER", portador da Cédula de Identidade nº 2/R 541.115, inscrito no CPF nº 311.724.079-91, sem prejuízo das medidas legais e judiciais cabíveis com base na legislação em vigor contra os responsáveis pelo não cumprimento das obrigações respectivas.

Art. 2º - O Município fica desde já autorizado a lançar as referidas despesas decorrentes da regularização na área remanescente ao loteamento ou qualquer outro imóvel pertencente ao responsável ao cumprimento desta obrigação.

§1º - Faculta ao responsável/proprietário do loteamento no prazo de 30 dias após a conclusão do desmembramento a efetuar o ressarcimento das despesas decorrentes da regularização, findo este período os valores serão inscritos em Dívida Ativa do Município.

§2º - Inexistindo área remanescente no imóvel para o respectivo lançamento de Crédito Tributário, ficará o Município autorizado a absorver as despesas.

Art. 3º - A regularização, tendo em vista os aspectos sociais e a situação de fato consumado existentes, deverá ser feita com observância da realidade física encontrada no campo, sendo, a partir desta definição, adotado, no que couber, o zoneamento ZPR2, definido na Lei Complementar 019/07.

Art. 4º - Fica o Município de Corupá autorizada a criar dotação orçamentária própria para fazer frente às despesas decorrentes do processo de regularização do loteamento, que não deverão ser cobradas dos moradores, tendo em vista seu baixo poder aquisitivo.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 18 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de Agosto de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

2033- PROVIAS

LEI Nº 2033/11

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO

JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS E ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta mil reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º - Para garantia do principal e encargos da operação de crédito fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

§ 1º - Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o BANCO DO BRASIL autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º - Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º - Para a garantia acessória da operação de crédito, o Município de Corupá, dá, a título de alienação fiduciária, o(s) bem (ns) adquiridos com os recursos do financiamento concedido.

Art. 4º - Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 5º - O orçamento do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 6º - Para fins de consecução da presente Lei, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do Município de Corupá, para exercício de 2011, um Crédito Suplementar, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais), para o seguinte programa:

0700 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

0701 - DIVISÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0039.2014 - Manutenção da Secretaria de Obras

4.4.90.00.00.00.00 - DR - 0.1.90 Aplicações Diretas

R\$ 1.250.000,00

Art. 7º - Como recursos para abertura de crédito suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizadas as receitas provenientes

da operação de crédito autorizada pela presente Lei.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 18 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de Agosto de 2011.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria 1481 - Adriani Borges de Souza Santos

PORTARIA Nº 1481/11

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ACT, A SRA. ADRIANI BORGES DE SOUZA SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ADRIANI BORGES DE SOUZA SANTOS, a partir de 01 de setembro de 2011, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 16 de dezembro de 2011, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo a função de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em razão da licença maternidade da servidora Rosemeri Hafemann Fischer, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de setembro de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1483/11 - Designa Servidor para Acompanhar e Fiscalizar Execução do Contrato Nº 132/2011.

PORTARIA Nº 1483/11

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 132/2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 132/2011, o Senhor Valdir Klemann, matrícula funcional nº 3046-03, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria de Administração e Fazenda, cujo

objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS: ARQUITETONICO, HIDROSANITÁRIO, CLIMATIZAÇÃO, ELÉTRICO, VOZ/DADOS, CFTV, CONTROLE DE ACESSO, PREVENTIVO CONTRA INCENDIOS, QUANTITATIVO GLOBAL, ORÇAMENTO GLOBAL E MEMORIAL DESCRITIVO, para uso da reforma e ampliação da nova sede Administrativa do Município de Corupá-SC, com área de aproximadamente 2.500,00m2.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais;

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 31 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 122/2011.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2011.

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de peças para manutenção da motoniveladora GD-555, lâmina da motoniveladora GD-555, rolo Vap-55 e carregadeira Michigan 55-A da Secretaria de Transporte e Obras, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/09/2011, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 14:00 horas do dia 15/09/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a rua Lages, 400.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Lages, 400 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 22 de Agosto de 2011.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 007/2011FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 011/2011

Edital de Pregão nº 007/2011

Objeto: Aquisição de medicamentos genéricos e éticos para o Fundo Municipal de Saúde. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 16/09/2011. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

IVONEZ MARGARIDA SUTIL DEMORI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato PMF Nº. 141/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - IND. E COM. DE LACTICÍNIOS VENEZA LTDA ME
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/Sc.
VALOR - R\$ 17.075,00 (dezesete mil e setenta e cinco reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 142/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 142/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SUPERMERCADO MANENTI LTDA
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/Sc.
VALOR - R\$ 5.315,00 (cinco mil trezentos e quinze reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 143/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 143/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COOP. DE PROD. AGRO. IND. FAMILIAR DE NOVA VENEZA
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 17.850,00 (dezesete mil oitocentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 144/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 144/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - TAF DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 9.709,00 (nove mil setecentos e nove reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 145/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 145/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FRIGORÍFICO GENEBRA LTDA
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 146/2011
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 146/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - VALDIR RONSONI - EPP
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 33.059,00 (trinta e três mil e cinquenta e nove reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 147/2011
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 147/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - MERCADO NIANDRE LTDA ME
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 9.924,50 (nove mil novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 148/2011
EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 148/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - JC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA
OBJETO - aquisição de gêneros alimentícios conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 28.287,00 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e sete reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2011
DOTAÇÃO - 0501.2012.3390(51), (52)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 93/FMF/2011
DATA DA ASSINATURA - 16 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Decreto Nº 072, de 22 de Agosto de 2011.
DECRETO Nº 072, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.
REGULAMENTA A DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS (DES) DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e

XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o documento fiscal denominado "Declaração Eletrônica de Serviços - DES", que deverá ser gerado e apresentado ao Fisco Municipal através de recursos e dispositivos eletrônicos.

§ 1º Deverão ser declaradas as operações contábeis sujeitas ou não à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, através da Internet.

§ 2º Os recursos e dispositivos eletrônicos serão determinados e indicados pelo Fisco Municipal.

Art. 2º A DES é uma obrigação acessória que se destina ao registro mensal de todos os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários previstos na legislação municipal, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, devido ou não ao Município de Forquilha, bem como à identificação e apuração, se for o caso, dos valores oferecidos pelo declarante à tributação do imposto e ao cálculo do respectivo valor a recolher.

§ 1º Os documentos fiscais emitidos por pessoas jurídicas amparadas por imunidade ou isenção do ISSQN, bem como os documentos fiscais autorizados em conjunto com a Fazenda Estadual relativos às operações sujeitas exclusivamente ao ICMS, deverão ser informados na DES, mensalmente, com a indicação do número referente a cada tipo de documento fiscal emitido, juntamente com o somatório dos valores de cada espécie de documento.

§ 2º Os contribuintes do ISSQN sob o regime de estimativa ficam dispensados de declarar, na DES, os serviços estimados para os quais não houve emissão de documento fiscal, ressalvada a obrigação de declarar os serviços tomados e os serviços prestados não incluídos na estimativa.

Art. 3º Deverão ser registradas mensalmente na DES:

I - As informações cadastrais do declarante e todos os dados de identificação do prestador, do tomador dos serviços ou do responsável tributário;

II - os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos à incidência do ISSQN, ainda que não devido ao Município de Forquilha;

III - a identificação dos documentos fiscais cancelados ou extraviados;

IV - a natureza, valor e mês de competência dos serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários;

V - a inexistência de serviço prestado, tomado ou vinculado ao responsável tributário no período de referência da DES, se for o caso;

§ 1º Os registros de que trata este artigo referem-se ao mês:

I - de emissão da nota fiscal de serviços, nota fiscal fatura de serviços, ou qualquer documento fiscal, no caso de serviços prestados;

II - do pagamento ou crédito, considerando-se o evento que primeiro se efetivar, no caso de serviços tomados;

III - do pagamento, no caso dos serviços tomados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município, Estado e União.

§ 2º A requerimento fundamentado do interessado ou de ofício, o Fisco Municipal, desde que atendidos o interesse da arrecadação ou da fiscalização tributária, poderá instituir tratamento diferenciado para a declaração de dados e informações de forma diversa da exigida na DES.

Art. 4º São obrigadas à apresentação da DES todas as pessoas jurídicas estabelecidas no Município, contribuintes ou não do ISSQN, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade, inclusive os órgãos, empresas e entidades da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estado e Município, as empresas individuais, os condomínios, as associações, sindicatos,

instituições de ensino, cooperativas e cartórios notariais e de registro ainda que não haja ISSQN próprio devido ou retido na fonte a recolher.

Parágrafo único. A obrigação de que trata este Decreto alcança todas as pessoas referidas no caput deste artigo, mesmo aquelas que, na data da publicação deste Decreto, estiverem sob regime especial de escrituração ou dispensa do Livro de Registro de Serviços Prestados.

Art. 5º As instituições Financeiras ou equiparadas, na qualidade de prestadoras de serviço, deverão declarar as operações contábeis sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

§ 1º As Instituições Financeiras ou equiparadas deverão registrar o Plano de Conta Contábil mensalmente de todos os serviços prestados, relativos ao item 15 e seguintes da Lista de Serviço, prevista na Legislação Municipal

§ 2º O lançamento, através da Internet, dar-se-á pelo Plano de Contas Contábil, onde será informado o resultado financeiro de cada conta sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 6º As pessoas jurídicas com permissão para impressão de cupom fiscal de serviços ficam sujeitas a obrigação deste decreto. Parágrafo único. O lançamento, através da Internet, dar-se-á pelas informações extraídas do cupom fiscal das operações sujeitas à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 7º O endereço de acesso do Contribuinte para Declaração na Internet, suas instruções de operação e senhas de acesso serão disponibilizados pelo Departamento de Fiscalização de Tributos e no endereço www.prefeituramoderna.com.br.

Parágrafo Único. O Sistema de declaração via internet conterá, entre outras, as seguintes funcionalidades:

I - escrituração de todos os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários previstos na legislação municipal, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos à incidência do ISSQN, incluindo dispositivo que permita ao declarante indicar os valores que ele oferece à tributação do ISSQN;

II - emissão da Certidão de retenção do ISSQN na fonte;

III - geração da DES para impressão;

IV - emissão da Guia de Recolhimento do ISSQN próprio e/ou do ISSQN retido na fonte com código de barras.

V - sistema de transmissão da declaração via Internet.

Art. 8º Os movimentos não declarados deverão ser justificados, caso contrário tributar-se-á pelos valores arbitrados pelo Fisco.

Art. 9º O prazo da entrega da declaração de serviço será até o dia 15 de cada mês, contendo as informações referentes ao mês imediatamente anterior.

Art. 10. Independentemente da transmissão ou entrega da DES, o ISSQN correspondente aos serviços prestados, tomados ou vinculados ao responsável tributário, deverá ser recolhido dentro dos respectivos prazos previstos na legislação municipal.

Parágrafo único. Por força da Lei Municipal nº 494/1998, as pessoas jurídicas deverão reter o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN dos serviços contratados e efetuarem o pagamento até o dia 15 do mês subsequente ao da retenção, sob as penas da lei.

Art. 11. O preenchimento da DES de forma inexata ou incompleta, ou de forma inverídica, bem como a falta da transmissão ou da apresentação desta nos prazos estabelecidos neste decreto, ensejará a aplicação das penalidades previstas no Código Tributário Municipal.

Art. 12. A obrigação de que trata esta lei alcança os serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários a partir da publicação deste decreto.

Art. 13. As guias de recolhimento do ISSQN, a exceção daquelas relativas ao imposto devido pelos profissionais autônomos, deverão ser geradas e obtidas pelos contribuintes e responsáveis tributários por meio do sistema informatizado da DES.

Art. 14. Os arquivos eletrônicos relativos às bases de dados das DES, transmitidos ou apresentados na forma deste decreto, deverão ser conservados em meio magnético ou impresso, para imediata exibição ao Fisco sempre que solicitados, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da data da sua transmissão ou apresentação à repartição fazendária do Município.

Parágrafo único. A obrigação de que trata este artigo é extensiva aos comprovantes de retenção na fonte do imposto e de entrega ou transmissão da DES, às guias de recolhimento do imposto e aos documentos fiscais ou não, emitidos ou recebidos em razão de serviços prestados, tomados ou vinculados aos responsáveis tributários ou de dedução da base de cálculo e demais comprovantes dos dados e informações declarados.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 066, de 12 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº. 066, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE AS NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO E ORDEM DE PRECEDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei estabelece as Normas do Cerimonial Público e a Ordem de Precedência que serão observadas nas solenidades oficiais realizadas no Município de Forquilha/SC.

CAPÍTULO ÚNICO

Seção I

Da Precedência

Art. 2º O Prefeito Municipal presidirá todas as cerimônias a que comparecer, salvo as dos Poderes Legislativo e Judiciário, e as de caráter exclusivamente militar, nas quais será observado o respectivo Cerimonial.

§ 1º Nas cerimônias militares e demais cerimônias em que houver cerimonial próprio, quando o Prefeito for convidado, ser-lhe-á dado o lugar de honra.

§ 2º Os prefeitos de gestões passadas passarão após o representante do Poder Judiciário, desde que não exerçam função pública. Neste caso, a sua precedência será determinada pela função que estiverem exercendo.

Art. 3º O Prefeito, o Vice-Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal e o Juiz de Direito Diretor do Foro terão, nessa ordem, precedência sobre outras autoridades.

Art. 4º Nos casos em que o Prefeito não comparecer, o Vice-Prefeito presidirá, ex-offício, a Cerimônia a que estiver presente.

§ 1º Caso o prefeito determine, por ofício, o seu representante, caberá a ele o lugar de honra e a presidência da cerimônia.

§ 2º Os ex-vice-prefeitos passarão logo após os ex-prefeitos, desde que não exerçam função pública.

Art. 5º Os Secretários Municipais presidirão as solenidades promovidas pelas respectivas Secretarias, desde que o Prefeito não esteja presente.

Art. 6º A precedência entre os Secretários Municipais e exercentes de cargos da mesma natureza, mesmo que interinos, é determinada na seguinte ordem:

I - Secretário de Governo;

II - Procurador Geral do Município;

III - Secretários Municipais, obedecida à ordem alfabética da respectiva Secretaria.

Parágrafo único. Tem honras, prerrogativas e direitos de secretário o Procurador Geral do Município.

Art. 7º A precedência entre os vereadores da Câmara Municipal é determinada, nesta ordem:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário;

IV - 2º Secretário;

V - pelo número de mandatos;

VI - pela idade;

VII - pela data da posse.

Parágrafo único. Nos casos em que o critério for à data da posse, as Vereadoras terão preferência na ordem de precedência.

Art. 8º Os Deputados Federais, serão chamados à frente dos Deputados Estaduais e para ambos os casos, aplica-se os mesmos critérios estabelecidos no art. 7º, desta Lei.

Art. 9º Nos casos omissos, o chefe do cerimonial, quando solicitado, prestará esclarecimentos de natureza protocolar, bem como determinará a colocação da autoridade ou personalidade que não conste na ordem geral de precedência.

Art. 10. Aos Militares da ativa observar-se-á a precedência que respeite sua graduação específica, pela ordem: General, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante a Oficial, Sub-Tenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

Parágrafo único. Na ordem de precedência terá preferência o Chefe da mais graduada Unidade Militar existente no Município, desde que a sua patente seja a maior na solenidade a que comparecer.

Art. 11. Os Bispos da Igreja Católica, ou os seus superiores, como representantes do Papa, terão lugar especial na ordem de precedência, podendo, conforme o caso, ser chamados logo após os representantes dos três poderes.

Art. 12. Para a citação e colocação de outras autoridades com função oficial, como diretores, chefes ou gerentes de departamentos, divisão ou seção, presidentes de Conselhos Municipais e Comunitários, deverá ser obedecido seu grau de representação junto ao Governo Municipal.

Parágrafo único. Para as demais autoridades, levar-se-á em conta o seu cargo ou função que ocupem ou tenham desempenhado, sua função social, idade e ligação com o evento.

Art. 13. Nos casos omissos, o Chefe do Cerimonial, quando solicitado, prestará esclarecimentos de natureza protocolar, bem como determinará a colocação da autoridade ou personalidade que não conste na ordem geral de precedência.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no "caput" deste artigo, fica estabelecido que o de maior idade sempre terá precedência sobre o mais jovem e as senhoras terão precedência sobre os cavalheiros.

Seção II

Ordem Geral de Precedência no Município

Art. 14. A ordem geral de precedência nas cerimônias oficiais de caráter municipal, sem a presença de autoridades federais ou estaduais, será a seguinte:

1 - Prefeito Municipal;

2 - Vice-Prefeito Municipal;

3 - Presidente da Câmara de Vereadores;

4 - Juiz de Direito - Diretor do Fórum;

5 - Secretários Municipais (respeitada a precedência estabelecida no art. 6º, desta lei);

6 - Vereadores;

7 - Bispos ou Superiores da Igreja Católica ou equivalente de outras religiões;

8 - ex-Prefeitos Municipais que não exerçam função pública;

9 - ex-Vice-Prefeitos Municipais que não exerçam função pública;

10 - maior autoridade Militar;

11 - autoridades religiosas;

12 - representantes de órgãos federais (em nível de direção);

13 - representantes de órgãos estaduais (em nível de direção);

14 - demais Juizes de Direito;

15 - Promotores de Justiça;

16 - Delegados de Polícia;

17 - demais representantes de órgãos federais;

18 - demais representantes de órgãos estaduais;

19 - demais autoridades municipais.

Parágrafo único. Para a definição de precedência em mesmo nível hierárquico, observar-se-á o estabelecido no parágrafo único do art. 11, desta Lei.

Art. 15. Quando a solenidade no Município for de alçada estadual ou federal, observar-se-á, rigorosamente, o estabelecido no Decreto Federal nº 70.274, de 09 de março de 1972, que dispõe sobre as Normas do Cerimonial Público e Ordem Geral de Precedência no Brasil.

Seção III

Das Cerimônias

Art. 16. Nas cerimônias oficiais ou sociais, o Prefeito Municipal terá ao seu lado os secretários que estiverem ligados diretamente ao ato ou evento. Os demais secretários presentes serão anunciados conforme a ordem de precedência definida nesta Lei.

Art. 17. Quem estiver atuando como Mestre de Cerimônia deverá envidar esforços para que o evento inicie e termine no horário programado, fazendo o chamamento das autoridades e registro de presenças citando em primeiro plano o nome correto da pessoa e depois o seu cargo e função.

Art. 18. Nenhuma solenidade a que for comparecer o Prefeito Municipal poderá ter início, sem sua presença ou de seu representante legal.

Seção IV

Da Execução de Hinos

Art. 19. A execução do Hino Nacional Brasileiro só terá início depois que o Prefeito Municipal houver ocupado o lugar que lhe estiver reservado, salvo nas cerimônias sujeitas a regulamentos próprios. § 1º Nas cerimônias oficiais em que se tenha de executar qualquer Hino Nacional Estrangeiro, o Hino Nacional Brasileiro o precederá, em virtude do princípio da soberania.

§ 2º Nas cerimônias que não sejam oficiais, festivas ou culturais, em que se tenha de executar o Hino Nacional Estrangeiro, este precederá, em virtude do princípio da cortesia.

§ 3º O Hino Nacional Brasileiro poderá ser executado por orquestra, banda, coral, músico ou mecanicamente, desde que não sejam deformadas suas características.

Art. 20. Nas cerimônias em que for executado o Hino Municipal, este poderá ter lugar ao final do evento, ou durante sua realização, porém nunca antes do Hino Nacional Brasileiro.

Parágrafo único. Devem ser providenciadas cópias da letra do Hino Municipal, para distribuição às autoridades e ao público, nas cerimônias em que ele for executado.

Seção V

Do Hasteamento das Bandeiras

Art. 21. Na sede da Prefeitura, da Câmara Municipal, do Fórum e demais repartições públicas municipais, deverão estar hasteadas sempre as Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal.

§ 1º A Bandeira Nacional em todas as apresentações no Município, ocupa lugar de honra, da seguinte maneira:

I - central ou o mais próximo do centro e à direita deste, quando com outras bandeiras, pavilhões ou estandartes, em linha de mastros, panóplias, escudos ou peças semelhantes;

II - destacada, à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles;

III - à direita de tribunas, púlpitos, mesas de reunião ou de trabalho.

§ 2º A Bandeira Estadual ocupará lugar à direita da bandeira Nacional.

§ 3º A Bandeira Municipal ocupará o lugar à esquerda da Bandeira Nacional.

§ 4º Considera-se à direita de um dispositivo de bandeiras, à direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a platéia ou para o público que observa o dispositivo.

§ 5º Todo hasteamento da Bandeira Nacional deve ser acompanhado da execução do Hino Nacional Brasileiro.

Art. 22. As Bandeiras Nacional, Estadual e Municipal, quando não estiverem em uso, devem ser guardadas em local digno.

Parágrafo único. Não se utilizam bandeiras para cobertura de placas de inauguração. Para tal finalidade, deve ser confeccionada uma peça em cetim, nas cores do município, podendo ostentar seu brasão.

Seção VI

Da Comemoração do Dia da Emancipação Política do Município

Art. 23. No dia do aniversário do município, o cerimonial da prefeitura deverá promover, junto aos estabelecimentos de ensino, organizações religiosas, militares e demais segmentos da municipalidade, comemoração específica à data.

Parágrafo único. Deverá ser dada ampla publicidade das atividades programadas para que delas todos tomem conhecimento e possam participar.

Art. 24. Em caso de ocorrer desfile, este será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, com apoio do cerimonial da prefeitura, observando-se que o desfile somente terá início após a execução do Hino Nacional e hasteamento dos pavilhões, o que será feito pelo prefeito municipal e outras autoridades convidadas.

Seção VII

Da Posse de Autoridades

Art. 25. Nas solenidades de posse do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal e demais Vereadores, serão cumpridas as disposições da Lei Orgânica do

Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º Nas solenidades de posse do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, cuja sessão solene seja realizada fora do Plenário da Câmara Municipal, o conjunto de providências relativo à organização do local ficará a cargo da Prefeitura Municipal.

§ 2º Nas solenidades de posse de outras autoridades municipais, o Cerimonial do Município se encarregará de elaborar a programação, obedecidas às disposições desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 073, de 22 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº. 073, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.

CRIA O COMITÊ LOCAL DO COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR - 2011/2014.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Cria o Comitê Local do Compromisso do Plano de Metas Todos pela Educação.

Art. 2º O Comitê Local será constituído pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, a quem caberá a coordenação, e todos os conselheiros do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º O Comitê Local do Compromisso Todos pela Educação tem por atribuição:

I - Acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;

II - Analisar as estratégias de implementação das propostas do PAR;

III - Analisar os relatórios de progresso de execução do Plano de Ações Articuladas;

IV - Avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo Plano de Ações Articuladas;

V - Identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do Plano de Ações Articuladas;

VI - Contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da Adesão e execução do Plano de Ações Articuladas e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 074, de 22 de Agosto de 2011.
DECRETO Nº. 074, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.
COMPÕE A EQUIPE LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO
TODOS PELA EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de composição da Equipe Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto Federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Designa os servidores abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro, para comporem a Equipe Local Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

I - Rosemeri de Lucca Minatto - Secretária de Educação;

II - Sônia Regina Silveira Gonçalves - Técnica da Secretaria de Educação;

III - Daiana Cândido da Silveira Minatto - Representante dos Diretores;

IV - Rita de Cássia Simão Ricken - Representante dos Professores da área urbana;

V - Nilva Junkes - Representante dos Professores da área rural;

VI - Sônia Regina Alamine - Representante do corpo técnico das escolas municipais;

VII - Rosinéia Manoel Borges Costa - Representante do Conselho Tutelar do Município;

VIII - Alice Vieira Duminelli - Representante do Conselho Municipal de Educação;

IX - Jadna Colombo Pereira - Representante do Departamento de Contabilidade;

X - Ademar João Back - Representante do Setor Técnico de Obras.

Art. 2º A equipe local tem como responsabilidade a elaboração e o monitoramento da execução do PAR Municipal - Plano de Ações Articuladas - 2011/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de agosto de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de agosto de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0263/2011

DECRETO Nº 0263, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO
PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0023
DE 10 DE AGOSTO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0023, de 10 de agosto de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 01 de Setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto Nº 0263/2011 - Código 1



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº 0023 DE 10 DE AGOSTO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	2	TIAGO PELLIZZETTI		10
2	3	ALEXANDER ROSA RUDOLPH		2
3	1	ALEXANDRE COELHO DE FIGUEIREDO		0

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	10	0	0	NÃO	19/1/1982
0	0	2	0	NÃO	14/7/1981
0	0	0	0	NÃO	10/3/1963

Lei Nº 2109/2011

LEI Nº. 2109, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2011, APROVADO PELA LEI Nº. 2084, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e considerando o disposto na Lei Municipal 2084 de 09 de dezembro de 2010;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2011, no valor de R\$ 591.467,00 (quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001.1.001 - Construção/Conclusão da Sede do Legislativo Municipal
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (01) R\$ 380.000,00

14.00 - Autarquia Municipal
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI
17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (10) R\$ 211.467,00

Total R\$ 591.467,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei, correrá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
01.031.0001.1.002 - Aquisição de Mobiliário para Sede do Legislativo Municipal
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (02) R\$ 380.000,00

14.00 - Autarquia Municipal
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI
17.511.0031.1.046 - Sistema de Abastecimento de Água no Meio Rural
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (01) R\$ 10.000,00

17.511.0031.2.067 - Manutenção do saneamento Básico Rural
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (02) R\$ 19.967,00

17.512.0032.1.047 - Obras de Saneamento Básico
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (03) R\$ 83.500,00

17.512.0032.1.048 - Sist. Tratam. e Destino Final de Resíduos Sólidos e Líquidos
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (04) R\$ 42.000,00

17.512.0032.1.049 - Aquisição de Máq, Veículos e Equipamentos de Saneamento

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0900 (05) R\$ 56.000,00

Total R\$ 591.467,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, 01 de Setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0108/2011-PMF-RP0051

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/2011 - PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0051/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de manta de espuma e fibra em manta, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), na confecção de enfeites para decoração natalina 2011, dentro das Festividades do Cinquentenário do Município, durante o período de setembro a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 19/09/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 31 de agosto de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1711/2011

PORTARIA Nº 1.711, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora MARTA DA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 961.102.799-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, por 40 horas semanais, em 01 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1712/2011

PORTARIA N.º 1.712 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de VANUSA OLIVEIRA DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 024.826.939-93, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, por 37 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1713/2011

PORTARIA N.º 1.713 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0017 de 03 de junho de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 26 horas semanais, a servidora CINTIA REGIANE BOTH, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 679.148.969-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 26 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1714/2011

PORTARIA N.º 1.714 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE DE FÁTIMA JOMBRA CORRÊA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.054.159-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1715/2011

PORTARIA N.º 1.715 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 06 horas semanais, a professora LUCÉLIA RODRIGUES DA VEIGA que está na função de diretora da Escola de Ensino Fundamental Bairro das Nações;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELENICE DE MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.368.829-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, com carga horária de 19 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1716/2011

PORTARIA N.º 1.716 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora MARLENE FORTES, encontra-se afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.350.529-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1717/2011

PORTARIA N.º 1.717 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0017 de 03 de junho de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora MARCIA ROSELI BARBOSA, se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato DAYANA PULCENO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 032.434.219-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 24 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1718/2011

PORTARIA N.º 1.718 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 004 de 09 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - MATEMÁTICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora JULIANA CARLA SCHENA TRIBECK, que assumiu a função de Assessor de Direção do Centro Educacional Municipal São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA DA CRUZ SURDI, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 004.788.409-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1719/2011

PORTARIA N.º 1.719 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LÚCIA MAINARD DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 636.334.429-87, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1720/2011

PORTARIA N.º 1.720 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIA FABER DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.564.679-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1721/2011

PORTARIA N.º 1.721 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora IRENE LEVANDOSKI DE LARA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 999.217.669-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ANOS

INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1722/2011

PORTARIA N.º 1.722 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 03 de junho de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - MATEMÁTICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora CLEUSA RUTH GONÇALVES DOS SANTOS, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HERICA DOS SANTOS BARCELOS MOREIRA SANTANA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.950.489-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 17 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1723/2011

PORTARIA N.º 1.723 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - HISTÓRIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIZETE LAMP, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 799.793.009-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - HISTÓRIA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1724/2011

PORTARIA N.º 1.724 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARILDA DO PILLAR LENCHOFF DE JESUS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISETE CIRINO DE FREITAS PASSOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.031.529-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 08 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1725/2011

PORTARIA N.º 1.725 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional

interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora ALESSANDRA ZONTA, que assumiu a direção do Centro Educacional Infantil São Sebastião;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NANDINE DE FÁTIMA GUEDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.719-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1726/2011

PORTARIA N.º 1.726 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 17 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, a servidora HELEDEANE DE MEDEIROS RIBEIRO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

Considerando que está substituindo o professor VOLNEY SESTREN, que se encontra cedido para o Fórum da Comarca de Fraiburgo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAURICIO FRANCESCATO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.188.549-69, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 39 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 12 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1727/2011

PORTARIA N.º 1.727 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora NOELI TEREZINHA DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GESSI FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 019.468.489-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1728/2011

PORTARIA N.º 1.728 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo servidora SIRLEI DE FÁTIMA PEIXOTO, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCELE APARECIDA PALHANO FURTADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 614.118.689-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1729/2011

PORTARIA N.º 1.729 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 40 horas semanais, a servidora SIRLEI ANTUNES DE OLIVEIRA, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STÄGE DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 08 de setembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1730/2011

PORTARIA N.º 1.730 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - GEOGRAFIA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo por 15 horas semanais, a servidora SIRLEI DE FÁTIMA CRUZ DOS PASSOS, que assumiu a Sala Informatizada da Escola Municipal Ensino Fundamental Professor Eurico Pinz;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA APARECIDA CRUZ ANTUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.749.239-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - GEOGRAFIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 29 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1731/2011

PORTARIA N.º 1.731 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que foi realizada a readaptação da professora ANTONIA SILVANA DOS SANTOS, que está trabalhando como Auxiliar de Professora de Jardim conforme Portaria n.º.0733, de 02 de maio de 2006 - Processo Administrativo n.º. 3395/2006;

Considerando que está substituindo a servidora MARLI GORETI DEDOMÊNICO DE CORDOVA, se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1732/2011

PORTARIA N.º 1.732 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora NELCI GRACIANO VALENTE MARCONDES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRACI PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.555.719-35, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1733/2011

PORTARIA N.º 1.733 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 40 horas semanais, a servidora CLEUSA APARECIDA MARCONDES, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI PRATES SILVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.561.279-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1734/2011

PORTARIA N.º 1.734 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse

público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo por 09 horas semanais o servidor LINDOMAR PALMERA, que está cedido para o Departamento de Cultura;
Considerando que está substituindo por 15 horas semanais o servidor JEAN SILVA, que está cedido para Fundação Municipal de Esportes;
Considerando que está substituindo por 08 horas semanais o servidor VOLNEY SESTREN, que se encontra cedido para o Fórum da Comarca de Fraiburgo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CARLA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.844.989-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 39 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1735/2011

PORTARIA N.º 1.735 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ANOS INICIAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 20 horas semanais, a servidora ADRIANE BELOTTO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GLORETE FATIMA WROBLEWSKI SCHÄBERLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 480.050.109-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ANOS INICIAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1736/2011

PORTARIA N.º 1.736 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.446.609-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 28 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1737/2011

PORTARIA N.º 1.737 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0005 de 17 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo, por 09 horas semanais, o servidor DAVI RODRIGUES SEVERO FILHO que assumiu as escolinhas de futsal nas escolas municipais;

Considerando que está substituindo, por 08 horas semanais, o servidor ROBERTO RODRIGUES BELLO que está cedido para o PETI Central;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIELE PADILHA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 39 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1738/2011

PORTARIA N.º 1.738 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora ANA MARIA AGUIAR, que está na função de coordenadora das séries finais do Ensino Fundamental;

Considerando que está substituindo, por 04 horas semanais, a servidora JULIANA PADILHA RIBEIRO, que está cedida para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DONIZETE APARECIDA MEIRELES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 799.794.679-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1739/2011

PORTARIA N.º 1.739 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMA DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que a servidora MARCIA ROSELI BARBOSA, se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CAREGNATO, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 019.919.989-42, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - CIÊNCIAS E PROGRAMA DE SAÚDE, com carga horária de 39 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 24 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1740/2011

PORTARIA N.º 1.740 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora IRENE LEVANDOSKI DE LARA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FABIANA DE FREITAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.081.149-11, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1741/2011

PORTARIA N.º 1.741 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 09 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - MATEMÁTICA, para atender excepcional interesse

público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo por 12 horas semanais, a servidora JULIANA CARLA SCHENA TRIBECK que assumiu a função de Assessor de Direção do Centro Educacional Municipal São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JULIANA RODRIGUES DA VEIGA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 033.748.209-80, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - MATEMÁTICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1742/2011

PORTARIA N.º 1.742 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora JUDITE DIAS DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI DE ANGÉLICA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.774.999-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1743/2011

PORTARIA N.º 1.743 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º

1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora NILVA APARECIDA PIMENTEL, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEUZA RODRIGUES RICARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 674.452.769-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1744/2011

PORTARIA N.º 1.744 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 022 de 05 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora INI APARECIDA LONGHI PIETROCHINSKI, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TERESINHA FORTES MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 422.379.399-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1745/2011

PORTARIA N.º 1.745 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DEISI MARA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.057.259-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1746/2011

PORTARIA N.º 1.746 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 08 de abril de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora MARIA ROSENILDA SIOLVA DIAS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IOLANDA HELENA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 494.671.409-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 01 de outubro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1747/2011

PORTARIA N.º 1.747, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0868/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 18 (dezoito) para 12 (doze) horas semanais a carga horária da servidora NILFA DE FATIMA XAVIER DONATI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 443.540.100-20, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR com área de atuação HISTÓRIA, no período de 01 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1748/2011

PORTARIA N.º 1.748, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0869/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 37 (trinta e sete) para 33 (trinta e três) horas semanais a carga horária da servidora IVETE CORREA MAXIMILIANO KOENE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 633.118.529-15, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - GEOGRAFIA, no período de 01 de setembro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1749/2011

PORTARIA N.º 1.749, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Reduz Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0867/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 39 (trinta e nove) horas semanais a carga horária da servidora FERNANDA APARECIDA MATIAS DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.610.899-56, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR com área de atuação ARTES, no período de 01 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1750/2011

PORTARIA Nº 1.750, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0870/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que está substituindo, a servidora MARLENE FORTES, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA SALETE ALMEIDA LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.419-20, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR-EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de setembro de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1751/2011

PORTARIA Nº 1.751 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora SILVIA MARIA MOREIRA GATTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.694.739-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1752/2011

PORTARIA Nº 1.752 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 18 (dezoito) para 27 (vinte e sete) horas semanais, da servidora DANIELA BALDO POLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.128.319-83, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1753/2011

PORTARIA Nº 1.753 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0002 de 27 de janeiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ARTES, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo, por 14 horas semanais, a servidora CINTIA REGIANE BOTH, que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 34 (trinta e quatro) horas semanais, de ROSANE RODRIGUES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 899.849.199-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1754/2011

PORTARIA N.º 1.754 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de ampliação de carga horária

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 109/2010, de 03 de março de 2010; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 111/2010, de 03 de março de 2010;
Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora KARLA LINDA JUNG RIBEIRO, que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSANE APARECIDA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 938.489.199-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1755/2011

PORTARIA N.º 1.755 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 0028 de 20 de Dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADEMIR SOUZA PONTE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 444.030.209-25, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de setembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1756/2011

PORTARIA N.º 1.756 DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GECIANE XAVIER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.561.029-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de setembro de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1757/2011

PORTARIA N.º 1.757, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Invalidez por Acidente de Trabalho

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.752, de 25 de agosto de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 02 de setembro de 2011, o servidor HILARIO DORNELLES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 401.001.119-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Invalidez por Acidente de Trabalho, com data de início fixada em 15 de julho de 2011 e data da concessão em 07 de agosto de 2011, Benefício nº 5472954874.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 1758/2011

PORTARIA N.º 1.758, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

E considerando, a decisão exarada pelo Prefeito Municipal no Processo Administrativo n.º 3.416, de 21 de julho de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 02 de setembro de 2011, o servidor JOÃO GOMES DOMINGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 296.696.509-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de ZELADOR DO PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 11 de setembro de 2009 e data da concessão em 02 de julho de 2011, Benefício nº 1446924987.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento.

Portaria Nº 1759/2011

PORTARIA Nº 1.759, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0874/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ANA CLÁUDIA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.868.059-40, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR-EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de setembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de setembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Resolução Nº 0020/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FRAIBURGO
Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social que identifica os serviços de Alta-Complexidade a serem co-financiados pelo

Convênio do Estado de Santa Catarina

Resolução Nº. 0020 de 24/08/11

Dispõe sobre a identificação dos serviços de Alta-Complexidade a serem co-financiados pelo Convênio do Estado de Santa Catarina

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na lei nº 8.742/93 publicada em 07 de Dezembro de 1993, resolve:

Aprovar a partilha dos recursos de alta complexidade conveniados para atender o programa de abrigo, sendo que o valor repassado é de R\$ 13.800,00 para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Ficando definido que o valor de R\$ 10.000,00 é para a Casa Lar Célio Thibes dos Santos e R\$ 3.800,00 para o Lar dos Adolescentes João Alves dos Santos. A aplicação será de 60% em custeio e 40% de manutenção.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2011.

DULCINEI RUDECK BILIBIO

Presidente Municipal do Conselho de Assistência Social

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR89/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de móveis e equipamentos para a Unidade Básica de Saúde da Palhocinha e Secretaria Municipal de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 15/09/2011.

A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 15/09/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 31 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Portaria N.º 539/2011

PORTARIA N.º 539, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, GUILHERME DA SILVA CRISPIM, CPF n.º 068.967.399-08, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTOS, da Secretaria Municipal de Fazenda, em 31/07/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 31/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 540/2011

PORTARIA N.º 540, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, GUILHERME DA SILVA CRISPIM, CPF n.º 068.967.399-08, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, da Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 01 de agosto de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 541/2011

PORTARIA N.º 541, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. FAZ CESSAR, em 31/07/2011, a gratificação de 50% sobre seus vencimentos fixos, para exercer atividade ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, concedida ao servidor ROBERTO CARLOS DE ABREU DA SILVA, matrícula n.º 0013.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 542/2011

PORTARIA N.º 542, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, matrícula n.º 0013, CPF n.º 579.330.229-87, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTOS da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 73% do salário do cargo ocupado, a partir de 01 de agosto de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 543/2011

PORTARIA N.º 543, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
FAZ CESSAR GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. FAZ CESSAR, em 31/07/2011, a gratificação de 50% sobre seus vencimentos fixos, para exercer atividade ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, concedida a servidora PATRICIA SCHOTT, matrícula n.º 3705.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 31/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 544/2011

PORTARIA N.º 544, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, PATRICIA SCHOTT, matrícula n.º 3705, CPF n.º 959.403.670-20, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE TRIBUTOS da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 24% do salário do cargo ocupado, a partir de 01 de agosto de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 544/2011

PORTARIA N.º 544, DE 01 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, PATRICIA SCHOTT, matrícula n.º 3705, CPF n.º 959.403.670-20, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE TRIBUTOS da Secretaria Municipal de Fazenda, com gratificação de 24% do salário do cargo ocupado, a partir de 01 de agosto de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 545/2011

PORTARIA N.º 545, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professora, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 22/07/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 546/2011

PORTARIA N.º 546, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ENEDINA VIEIRA CORREIA, Servente, matrícula funcional n.º 0059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 25/07/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 547/2011

PORTARIA N.º 547, DE 02 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, Professora, matrícula funcional n.º 0750, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 28/07/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 28/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 548/2011

PORTARIA N.º 548, DE 03 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA FRANCISCA DA LUZ RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0175, no período de 01/08/2011 à 30/08/2011.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 549/2011.

PORTARIA N.º 549, DE 03 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA TEREZINHA DOS SANTOS ABREU, Matrícula Funcional n.º 0754, referente a 2006-2011, no período de 01/08/2011 à 29/09/2011.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 550/2011

PORTARIA N.º 550, DE 03 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ENEDINA DA SILVA PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 3617, no período de 01/08/2011 à 30/08/2011.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 551/2011

PORTARIA N.º 551, DE 03 DE AGOSTO 2011.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/08/2011, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora GISELLE DE SOUZA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3620, concedidas através da Portaria n.º 498/2011, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 554/2011

PORTARIA N.º 554, DE 04 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CLAUDIA BREDÁ, Matrícula Funcional n.º 3671, no período de 08/08/2011 à 06/09/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 555/2011

PORTARIA N.º 555, DE 05 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) RODRIGO FARIA PEREIRA, Assistente Social, matrícula
funcional n.º 3674, contribuinte do Regime Próprio de Previdência,
pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 16/05/2011, conforme
Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/05/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 556/2011

PORTARIA N.º 556, DE 05 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) MIRIAM ANDREIA DE SOUZA NASCIMENTO, Professor,
matrícula funcional n.º 3985, contribuinte do Regime Próprio de
Previdência, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir
de 13/06/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/06/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 557/2011

PORTARIA N.º 557, DE 05 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) JUCILDA DE SOUZA MACHADO, Merendeira, matrícula
funcional n.º 0761, contribuinte do Regime Próprio de Previdência,
pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 22/06/2011,
conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/06/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 558/2011

PORTARIA N.º 558, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) MAURILIO MACHADO, Motorista, matrícula funcional
n.º 089, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo pe-
ríodo de 30 (trinta) dias, a partir de 06/07/2011, conforme Laudo
Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 559/2011

PORTARIA N.º 559, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LÓPES, Servente, ma-
trícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Pre-
vidência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 13/07/2011,

conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 560/2011

PORTARIA N.º 560, DE 08 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Datilógrafo, matrícula funcional n.º 0017, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 21/07/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 561/2011

PORTARIA N.º 561, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ELIANE PACHECO DA SILVA, Professor, matrícula funcional n.º 3872, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 562/2011

PORTARIA N.º 562, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora KATIA DE SOUZA GONÇALVES, Professor, matrícula funcional n.º 3889, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 01/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 563/2011

PORTARIA N.º 563, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) RODRIGO JOSÉ CARVALHO COUTO, Professor, matrícula funcional n.º 4104, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 02/08/2011, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 564/2011

PORTARIA N.º 564, DE 09 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) GIZELE CRISPIM DE OLIVEIRA, Contrato n.º 336/2010, em 05/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 05/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 565/2011

PORTARIA N.º 565, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 005/2011.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA, CENIR GRUNTHAL RAMOS e JOSÉ NILTON SANSEVERINO, com apoio do Senhor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, para efetuarem o processo de avaliação, do Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 005/2011,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 566/2011

PORTARIA N.º 566, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, JANETE DA ROZA, CPF n.º 806.482.079-00, do cargo de Atendente de Saúde, do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 08/08/2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 08/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2011
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 567/2011

PORTARIA N.º 567, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o (a) servidor (a) MARIA ALICE SILVA, Almojarife, matrícula funcional n.º 3745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 02/08/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 02/08/2011

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 568/2011

PORTARIA N.º 568, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o (a) contratado (a) DANIEL JOSÉ DA SILVA, Contrato n.º 342/2011, em 08/08/2011.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 08/08/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 569/2011.

PORTARIA N.º 569, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor DANIEL RECH RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3424, no período de 15/08/2011 à 27/08/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 570/2011

PORTARIA N.º 570, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
ENQUADRA CONSELHEIROS TUTELARES EM EXERCÍCIO DA FUNÇÃO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.533, DE 02 DE JUNHO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n.º 1.533, de 02 de junho de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º. Ficam enquadrados, na regulamentação prescrita na Lei Municipal n.º 1.533, de 02 de junho de 2011, os Conselheiros Tutelares em exercício da função, abaixo relacionados:

I - DIOMAR DE AMORIM - CPF n.º 790.921.529-00
II - ITAMAR JOSÉ DUARTE JUNIOR - CPF n.º 494.277.689-91
III - JEAN NASCIMENTO PACHECO - CPF n.º 061.559.089-66
IV - CLAUDEMIRA DA SILVA - CPF n.º 846.062.079-49
V - NADIR DA SILVA - CPF n.º 657.243.059-68

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 06/06/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de Agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 571/2011

PORTARIA N.º 571, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o (a) contratado (a) ANAMALIA THORSTENBERG RIBAS, Contrato n.º 271/2011, em 24/08/2011.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 572/2011

PORTARIA N.º 572, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A RENÚNCIA DO(A) SENHOR(A) JEAN NASCIMENTO PACHECO DAS FUNÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 1.533, de 02 de junho de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º. Acolher a RENÚNCIA, do(a) Senhor(a) JEAN NASCIMENTO PACHECO, CPF n.º 061.559.089-66, das funções de Conselheiro Tutelar, em 16/08/ 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância da função acima especificada, na forma prevista no Inciso I, art. 36, da Lei Municipal n.º 1.533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 573/2011

PORTARIA N.º 573, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUIZ ANTONIO VIEIRA, Operador de Trator Agrícola, matrícula funcional n.º 0729, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 28/07/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 28/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 574/2011

PORTARIA N.º 574 DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/08/2011, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora CELIANE GONÇALVES CARLSEM, Matrícula Funcional n.º 3648, concedidas através da Portaria n.º 499/2011, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 575/2011

PORTARIA N.º 575, DE 11 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3571, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 28/07/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 28/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 576/2011

PORTARIA N.º 576 DE 12 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/08/2011, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor SÉLIO DEFREYN, Matrícula Funcional n.º 0027, concedidas através da Portaria n.º 514/2011, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/08/2011

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Portaria N.º 577/2011

PORTARIA N.º 577, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARILETE VIEIRA LÓPES, Agente Comunitário de Saúde, matrícula funcional n.º 3933, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 11/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 11/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 578/2011

PORTARIA N.º 578, DE 12 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o (a) servidor(a) SIRLEI PEREIRA DE ABREU, Professor, matrícula funcional n.º 3877, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 15/08/2011, sendo encaminhado(o)

após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 579/2011

PORTARIA N.º 579, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) BARBARA VIEIRA GONÇALVES, Servente, matrícula funcional n.º 0041, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 17/08/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 580/2011

PORTARIA N.º 580, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora GIZAH DE GONÇALVES COSTA SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3472, no período de 18/08/2011 à 16/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 581/2011

PORTARIA N.º 581, DE 15 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, GEORGE JANUÁRIO DA SILVA, CPF n.º 004.229.079-10, das funções comissionadas do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Administração, em 19/08/ 2011.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 582/2011

PORTARIA N.º 582, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ZENAIDE PEREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0093, referente a 2002-2007, no período de 15/08/2011 à 13/09/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 583/2011

PORTARIA N.º 583, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA HELENA KUHLE, Matrícula Funcional n.º 3334, no período de 22/08/2011 à 31/08/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 584/2011

PORTARIA N.º 584, DE 17 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 602/2010 e suspensas através da Portaria n.º 623/2010, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor MARIO CESAR SILVA, matrícula funcional n.º 2751, no período de 22/08/2011 à 31/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 585/2011

PORTARIA N.º 585, DE 17 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora VANESSA GONÇALVES RAIMUNDO FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 3607, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 586/2011

PORTARIA N.º 586, DE 18 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora VIVIAN SCHRÖTER, Matrícula Funcional n.º 0428, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 587/2011

PORTARIA N.º 587, DE 18 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SOLANGE VIEIRA MARQUES, Matrícula Funcional n.º 3605, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 588/2011

PORTARIA N.º 588, DE 18 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, nos termos do art. 123, da Lei n.º 1000/2005, a servidora CLECI MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0795, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 01/09/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de agosto de 2011.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 589/2011

PORTARIA N.º 589, DE 19 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SILMARA DE OLIVEIRA BATISTA, Matrícula Funcional n.º 3613, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 590/2011

PORTARIA N.º 590, DE 19 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NERI JOELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 591/2011

PORTARIA N.º 591, DE 19 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, no período de 01/09/2011 à 15/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 592/2011

PORTARIA N.º 592, DE 22 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GIOVANA MATIAS DANIEL, Professor, matrícula funcional n.º 737, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 19/08/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 19/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 593/2011

PORTARIA N.º 593, DE 23 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 3590, no período de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Portaria N.º 594/2011

PORTARIA N.º 594, DE 23 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, FERNANDO DA SILVA FERREIRA, matrícula n.º 3556, CPF n.º CPF

n.º 083.477.409-76, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DA DIVISÃO DE COMPRAS da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 50% do salário do cargo ocupado, a partir de 19 de agosto de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 19/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 595/2011

PORTARIA N.º 595, DE 24 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES RIBEIRO, Professor, matrícula funcional n.º 033, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 21/08/2011.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 596/2011

PORTARIA N.º 596, DE 24 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA DE AGUIAR, Professor, matrícula funcional n.º 0752, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 19/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 597/2011

PORTARIA N.º 597, DE 25 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FERNANDA VARLENE PAMPLONA, Contrato n.º 312/2011, em 25/08/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 598/2011

PORTARIA N.º 598, DE 25 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora ZÉLIA LIMA CHAVES, Matrícula Funcional n.º 3596, referente ao período de 2010/2010 de 01/09/2011 à 30/09/2011.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 599/2011

PORTARIA N.º 599, DE 25 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de

remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora SIMONE CRISTIANE DE SOUZA, Professor, matrícula funcional n.º 3678, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 12/08/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 600/2011

PORTARIA N.º 600, DE 26 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, Professor, matrícula funcional n.º 0753, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 22/07/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. FICA DETERMINADO, ao Setor de Recursos Humanos, encaminhar a Secretaria Municipal de Educação, solicitação de re-enquadramento da Servidora, para execução de readaptação de função, conforme Laudo Médico Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 22/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 601/2011

PORTARIA N.º 601, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SONIA REGINA PONCIANO, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0427, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 28/07/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. FICA DETERMINADO, ao Setor de Recursos Humanos,

encaminhar a Secretaria Municipal de Saúde, solicitação de re-enquadramento da Servidora, para execução de readaptação de função, conforme Laudo Médico Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 28/07/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 602/2011

PORTARIA N.º 602, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE REVISÃO DE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVISAR, a readaptação, nos termos dos art. 38, 39 e 40, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) VALDELI MARQUES, Auxiliar de Conservação/Manutenção, matrícula funcional n.º 0118, contribuinte do Regime Próprio de Previdência.

Art. 2º. Fica mantida a readaptação do servidor VALDELI MARQUES, em 08/08/2011, conforme laudo médico pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 08/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 602/2011

PORTARIA N.º 602, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE REVISÃO DE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVISAR, a readaptação, nos termos dos art. 38, 39 e 40, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) VALDELI MARQUES, Auxiliar de Conservação/Manutenção, matrícula funcional n.º 0118, contribuinte do Regime Próprio de Previdência.

Art. 2º. Fica mantida a readaptação do servidor VALDELI MARQUES, em 08/08/2011, conforme laudo médico pericial.

Art. 3º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 08/08/2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 604/2011

PORTARIA N.º 604, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) ENEDINA VIEIRA PEREIRA, Servente, matrícula fun-
cional n.º 0059, contribuinte do Regime Próprio de Previdência,
pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 25/07/2011, confor-
me Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 605/2011

PORTARIA N.º 605, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,
nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005,
ao(a) servidor(a) TELMA DA ROSA MARAES MARTINS, Professo-
ra, matrícula funcional n.º 0750, contribuinte do Regime Próprio
de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de
29/07/2011, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 29/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 606/2011

PORTARIA N.º 606, DE 29 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos
termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a)
servidor(a) MARIA ALICE SILVA, Almojarife, matrícula funcional
n.º 3745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo
período de 90 (noventa) dias, a partir de 25/07/2011, conforme
Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 25/07/2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 607/2011

PORTARIA N.º 607, DE 30 DE AGOSTO DE 2011.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de
suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Munici-
pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e
demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20
(vinte) dias, concedidos através da Portaria n.º 308/2009 e sus-
pensas através da Portaria n.º 309/2009, sem prejuízo de remune-
ração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a
servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, matrícula funcional n.º
0763, no período de 05/09/2011 à 23/09/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de agosto de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Gaspar

SAMAE

Portaria n.º 91/2011 - SAMAE

PORTARIA Nº 91 DE 31 DE AGOSTO DE 2011
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Au-
tônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa
Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a
legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público

regido pelo Edital nº. 001/2008, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
Serlau Antunes	ASE V	22	40	Motorista	SAMAE
Renato Hames	ASE V	22	40	Motorista	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 31 de agosto de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo 03/11

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 03/2011.

Autoriza a tramitação legislativa do projeto de lei que especifica.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea "e",

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto e ele DECRETA:

Art. 1º Para os fins do disposto no artigo 56 da Lei Orgânica do Município, fica autorizada a tramitação legislativa do projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de área pública", protocolizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 28 de julho de 2011.

Parágrafo único. A autorização constante do caput deste artigo se dá em face da rejeição da mesma matéria na sessão ordinária do dia 19 de maio de 2011, cujo Projeto de Lei tinha recebido o nº. 114/2010.

Art. 2º O presente decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de setembro de 2011.
CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente

Resolução 48/2011

RESOLUÇÃO Nº 48/2011.

AUTORIZA RESCISÃO DO CONTRATO CM-006/2011 FIRMADO COM LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições previstas no art. 39, I, da Lei Orgânica e art. 45, V, do Regimento Interno, como também a Comissão Executiva, de acordo com o art. 43, V da Lei Orgânica,

Considerando a desnecessidade de licitar a locação e os serviços contratados via Contrato CM 006-2011, devido ao valor orçado ficar abaixo de oito mil reais;

Considerando a necessidade contínua de se fazer o controle dos procedimentos legislativos quanto à tramitação das matérias/propostas nesta Edilidade e manutenção dos dados no site da Câmara de Vereadores;

Considerando que o Contrato CM 006-2011 foi firmado por prazo efêmero de quatro meses e, portanto, deve ser firmado outro por prazo superior para não gerar prejuízos na continuação dos

serviços nesta Casa Legislativa; e

Considerando que a Lei 8.666/93, no art. 79, inciso II, permite rescisão amigável, por acordo entre as partes, de contrato e que, neste caso, a rescisão deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente,

RESOLVEM

Art. 1º Fica rescindido, a partir desta data e de comum acordo, o Contrato CM 006-2011, cujo termo será elaborado e firmado entre as partes então contratantes.

Art. 2º A rescisão não gera nenhum ônus entre as partes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 30 de agosto de 2011.

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA
Presidente

LUIS CARLOS SPENGLER FILHO
Vice-Presidente

JOSÉ AMARILDO RAMPELOTTI
1º Secretário

RAUL SCHILLER
2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de licitação - Edital de Pregão Presencial Nº. 116/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2011

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviços de forma continuada na manutenção preventiva e corretiva em ônibus, caminhões e máquinas e equipamentos rodoviários, com fornecimento de peças, conforme determina o edital e seus anexos. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: 15 de setembro de 2011, às 16 horas. Local para retirada do Edital: setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 31 de Agosto de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Processo Seletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO SELETIVO para vagas na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Cargos	Vagas
Médico ESF	05
Médico - Pediatra	01
Médico - Neurologista	01
Médico - Cardiologista	01
Médico - Dermatologista	01
Médico - Ortopedista	01
Médico - Ginecologista	01
Médico-Plantonista	01
Fisioterapeuta	02
Odontólogo ESF	05
Agente Comunitário de Saúde	02
Assistente Administrativo II	01
Aux. Serviços Gerais - Plantonista	02
Técnico de Enfermagem	01
Técnico de Enfermagem - Plantonista	02

Inscrições de 05 a 16 de setembro de 2011 das 13:30 as 18:00 hs na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento localizada na Av. Bela Vista S/N - Calheiros - Governador Celso Ramos, 02 de setembro de 2011. O edital está disponível no site: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br.

ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato processo seletivo 022011 saude

EDITAL Nº. 02/2011/SMS
PROCESSO SELETIVO 02/2011

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), através da Secretaria Municipal de Saúde, fixa normas para realização do Processo Seletivo para admissão de pessoal por prazo determinado, para atender à Estratégia Saúde da Família, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 002/2006, de 01 de junho de 2006 e Lei Complementar nº 011\2009, Lei Complementar 007/2009, bem como demais disposições legais aplicáveis.

DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA E REGIME DO TRABALHO:

ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração
Agente Co-munitário de Saúde - Área de Abrangência 005 - Micro Área 06	Conclusão do curso de Técnico em Enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;	40 horas semanais	01	R\$ 765,75
Agente Co-munitário de Saúde - Área de Abrangência 003 - Micro Área 03	Conclusão do ensino fundamental, devendo residir no mínimo 01 (um) ano na micro área referida	40 horas semanais	Ca-dastro Reserva	R\$ 765,75

Agente Co-munitário de Saúde - Área de Abrangência 008 - Micro Área 05	Conclusão do ensino fundamental, devendo residir no mínimo 01 (um) ano na micro área referida	40 horas semanais	Ca-dastro Reserva	R\$ 765,75
--	---	-------------------	-------------------	------------

ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

Atividade	Requisitos	Carga Horária	Vagas (Total)	Remuneração
Assistente Social	Conclusão do nível superior na área de atuação e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	40 horas semanais	Ca-dastro Reserva	R\$ 2.568,22

INSCRIÇÕES:

2.1.1. Período, Horário e Local:

No período dos dias 02 a 15 de setembro de 2011, no horário das 08h às 12h e 13h às 16h, presencialmente, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Henrique Friedmann, 415, Centro - Guaramirim/SC. As inscrições são gratuitas. A íntegra do edital encontra-se no mural da Prefeitura de Guaramirim e no site oficial do município: www.guaramirim.sc.gov.br

Guaramirim (SC), 01 de setembro de 2011.
JOÃO DENIZ VICK
Secretário Municipal de Saúde

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação Edital 36/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO DO PREGÃO Nº 036/2011.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão nº. 036/2011 que tem por objeto a Aquisição de dieta especializada para uso via enteral, via oral e suplementos nutricionais.

Onde lê-se:

Item 26- Dieta nutricionalmente (). Unidade: ml

Leia-se:

Item 26- Dieta nutricionalmente(). Unidade grama.

Tendo em vista que a alteração no Ato convocatório não modifica a formulação das propostas, permanece inalterada a data prevista para a realização do certame dia 09.09.2011 às 09 horas. Horário de Brasília.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

Guaramirim (SC), 01/09/2011.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 838/2011

PORTARIA Nº 838/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 356/2008, a qual Concedeu Função Gratificada por Departamento/Setor à servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Procurador, Nível - 12/2, Referência "D", 40 horas semanais.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 839/2011

PORTARIA Nº 839/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Enquadramento Salarial, à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, no percentual de 33,16% (trinta e três vírgula dezesseis por cento), a contar de agosto de 2011, na forma prevista na Lei Complementar Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Setembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 190/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 190, de 31 de agosto de 2011.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Serviços, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas

atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2007, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Luiz Carlos Gonzaga Neves	Auxiliar de Serviços	888.450.529-15	26/06/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de junho de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 31 de agosto de 2011.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2125/2011

Decreto nº 2125/2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1577 de 24 de agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO**02.02 - GABINETE DO PREFEITO**

2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA

2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário
3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

T O T A L R\$ 213.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos próprios 100.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de agosto de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2126/2011

Decreto nº 2126/2011.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1578 de 24 de agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO
02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
2.015 - Incentivo as Ações de Turismo
3.3.90.00.00.00.00.0255 (78) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
1.007 - Construção de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem
4.4.90.00.00.00.00.0100 (84) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.016 - Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.0255 (89) Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

T O T A L R\$ 139.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO
02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
1.006 - Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias
4.4.90.00.00.00.00.0100 (81) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0255 (82) Aplicações Diretas R\$134.000,00

T O T A L R\$ 139.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de agosto de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei Nº 1577/2011

Lei nº 1577 de 24 de agosto de 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO
02.02 - GABINETE DO PREFEITO
2.001 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

02.04 - SECRETARIA DA FAZENDA
2.004 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário
3.3.90.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

T O T A L R\$ 213.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos próprios 100.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de agosto de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Lei Nº 1578/2011

Lei nº 1578 de 24 de agosto de 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO**02.08 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO****2.015 - Incentivo as Ações de Turismo**

3.3.90.00.00.00.00.0255 (78) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA**1.007 - Construção de Pontes, Galerias e Obras de Drenagem**

4.4.90.00.00.00.00.0100 (84) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2.016 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0255 (89) Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

T O T A L R\$ 139.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO**02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA****1.006 - Pavimentação de Ruas, Ciclovias e Rodovias**

4.4.90.00.00.00.00.0100 (81) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0255 (82) Aplicações Diretas R\$ 134.000,00

T O T A L R\$ 139.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 24 de agosto de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Ata de Análise e Julgamento de Habilitação Câmara Municipal de vereadores

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

Data

31/08/2011 Horário 09h:00m.

Licitação /Modalidade TOMADA DE PREÇO

PROC. Nº Nº 03/2011 Nº 43/2011

OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, perfazendo um total a ser construído de 616,50 m2, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº1133/2010, afim emitir decisão final acerca da HABILITAÇÃO da licitação em epigrafe, incluindo a análise das contestações mencionadas pelas empresas VMZ CONSTRUTORA LTDA e CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA em ata de sessão pública do dia 28/08/2011, aonde se insurgiram da seguinte forma: a empresa VMZ CONSTRUTORA LTDA alegou que a empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME não atende o objeto (Item nº 1) porque é material de construção, e a alínea "b" do item nº 2.3.1.3 não apresentou a ART de cargo e função; e a empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA alegou que a empresa EMPREITEIRA KALB LTDA descumpriu a alínea "b" do Item nº 2.3.1.3 não apresentou a

ART de cargo e função, e que a empresa CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME o CNPJ não condiz com o ramo do objeto Item 2.2.1, não atende a alínea "b" do Item nº 2.3.1.3 não apresentou a ART de cargo e função, e o Alvará não condiz com o ramo do objeto Item nº 2.2.7 como também Certidão Estadual Item nº 2.2.5. Após análise minuciosa dos documentos anexos ao processo a Comissão especial de licitação chegou ao seguinte resultado: a) quanto a habilitação da empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, quanto a primeira manifestação de que a empresa não atende ao objeto da licitação não deve prosperar pois a empresa possui em seu contrato social na figura de seu objeto principal a atividade de CONSTRUTORA, conforme folhas nº 518, e quanto a segunda manifestação sob a ART de cargo e função, o edital requeria 2.3.1.3 alínea "b", Contrato de prestação de serviços com a proponente em data anterior a, no mínimo 60 (sessenta) dias da abertura de licitação, acompanhada de ART (Anotação de responsabilidade técnica) para comprovação do referido prazo; insurgisse a CEL que este item esta estritamente implícito na Certidão de Pessoa Jurídica do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, como também na Certidão de acervo técnico da empresa junto CREA, o qual a mesma demonstrou vasto acervo técnico e capacidade para realizar obras e serviços de engenharia, sendo o engenheiro Silvio Sedrez responsável técnico da empresa desde de 10/07/2003. E quanto as alegações da empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, segue-se no mesmo sentido, e quanto a contestação pela empresa do item nº 2.2.1, 2.2.7, e 2.2.5, vejamos o que diz o edital: 2.2.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), conforme art. 29 inciso I da Lei nº 8.666/93; 2.2.7 - Alvará de licença, localização e funcionamento da empresa; 2.2.5 - Certidão negativa da Fazenda Estadual, da sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatíveis com o objeto desta licitação, portanto em momento algum o edital exigiu que somente pudesse participar da licitação empresas que possuíssem todas a suas certidões com o objeto de construtora, vejamos o objeto do edital, " Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, portanto demonstrando assim a empresa TABAMAR através de seus acervos técnicos e registros no CREA/SC, atender o objeto da licitação; ainda sobre as alegações da empresa CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA quanto a EMPREITEIRA KALB LTDA descumpriu a alínea "b" do Item nº 2.3.1.3 não apresentou a ART de cargo e função, também não deve prosperar pois não era obrigação da empresa apresentar a mesma, pois conforme edital poderia também as licitantes apresentarem os seguintes documentos comprobatórios: 2.3.1.3- Se o Técnico Profissional de nível superior responsável pelos serviços e pela empresa não for proprietário/sócio, deverá comprovar o vínculo por meio de: a) cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, o qual o fez conforme folhas nº 653 a 655, como também devidamente comprovado na Certidão de pessoa jurídica emitida pelo CREA da empresa e certidão de acervo de CREA. Portanto a CEL pugna pelo princípio da economicidade e da proposta mais vantajosa repugnado o formalismo excessivo, tendo em vista que é dever dos agentes públicos selecionar a melhor proposta com qualidade e segurança, sustentando na licitação o maior numero de concorrentes, haja vista a capacitação das empresas vastamente demonstradas. Além disso a CEL firma posição com fulcro nos ditames do art. 3º da Lei nº 8.666/93, vejamos: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Em breve pesquisa realizada

sobre o tema a CEL baseia sua decisão conforme decisões dos Superiores Tribunais de Justiça, que relatam: 1º) "O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes" (STJ, MS 5.418/DF); 2º.) "A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em universo mais amplo. O ordenamento jurídico regular da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, qualificação técnica, da capacidade econômica financeira e da regularidade fiscal (STJ, MS nº 5597)"; 3º.) "Visa a concorrência pública fazer com que maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes aos seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorosismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório". (TJRS, Agravo de Petição nº 11.383, RDP nº 14, p. 240). Em virtude das alegações elencadas acima a CEL por unanimidade dos votos julga pela HABILITAÇÃO de todas as empresas participantes ao certame licitatório, ou seja, pela habilitação das empresas: MATERIAIS DE CONST. TABAMAR LTDA ME, CNPJ/MF: 00.263.284/0001-09, VMZ CONSTRUTORA LTDA ME CNPJ/MF: 10.725.870/0001-81, CONSTRULACER COM. E CONST. LTDA, CNPJ/MF: 06.123.883/0001-03, EMPREITEIRA KALB LTDA EPP, CNPJ/MF: 07.167.107/0001-78, SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA, CNPJ/MF: 05.927.226/0001-56. Desta decisão proferida será para que todos os interessados tomem conhecimento na imprensa oficial do Município site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no site do Município www.itapoa.sc.gov.br, mural público municipal; e em sequência enviado via e-mail as empresas pelos endereços construlacer.obras@gmail.com, vmzconstrutora@hotmail.com, hilario@sifraconstrutora.com.br. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar foi lavrada esta Ata, abrindo o prazo de direito de recurso conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Segue esta ata assinada pelos membros da Comissão Especial de Licitação que concordam com todo o exposto

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Presidente da Comissão Especial de Licitação

RAFAEL VIDA ALMEIDA
Membro

LUIS CARLOS ZAGONEL
Membro

REGINALDO DE SOUZA
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
Membro

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
Membro

Edital de Pregão Presencial Nº 25/2011 Aquisição de seixo de cava

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2011
REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2011
PROCESSO Nº 72/2011

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h30m estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:00m, do dia 19 de setembro de 2011, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de seixo de cava para recuperação e manutenção de vias públicas não pavimentadas do município de Itapoá, conforme especificações do Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m das 16h:30m.

Itapoá, 31 de agosto de 2011.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2011/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2011/FMS

Objeto: Aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/09/2011, a partir das 15 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 15 horas do dia 19/09/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 31 de agosto de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

VILMAR ZÍLIO
Gestor do FMS

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para Alteração do Plano Diretor, cujas datas, locais, horários e pauta a ser apresentada e apreciada está relatada no Anexo I do presente Edital, conforme estabelece artigo 53, da Lei Complementar 137/2007 – Lei de Zoneamento, sendo que, a metodologia da condução dos trabalhos será repassada logo após sua abertura.

Joaçaba, 02 de agosto de 2011.
RAFAEL LASKE
 Prefeito

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO: AUDIÊNCIAS BAIRROS

LOCAL	DATA	ENDEREÇO	HORÁRIO
1ª – CAETANO BRANCO	01/09/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
2ª – BOA VISTA E MONTE BELO	08/09/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
3ª – VILA SIMONE	27/09/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
4ª – JARDIM DAS HORTÊNCIAS	13/10/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
5ª – VILA PEDRINI	25/10/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
6ª – JARDIM ALVORADA	07/11/2011	Pavilhão Comunitário do Bairro Santa Tereza	19:30
7ª – FLOR DA SERRA	16/11/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
8ª – CLARA ADÉLIA	29/11/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
9ª – SANTA TEREZA	05/12/2011	Pavilhão Comunitário do próprio Bairro	19:30
10ª – CENTRO / TOBIAS (NOVAS PROPOSTAS)	08/12/2011	ACIOC - Centro	19:30

PAUTA DE PROPOSIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1) Alteração de gabaritos das ZR3, elevando de 02 (dois) pavimentos para 05 (cinco) pavimentos e a taxa de permeabilidade de 12 (doze) para 20 (vinte) por cento;

2) Acolhimento de novas propostas e sugestões para alteração do Plano Diretor.

SIMAE

Portaria JHL 95/2011

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 95/2011 DE 01/09/2011
 Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helton Lúcio da Cunha Mattos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-1 Ref. I-2 para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando a motocicleta CG-125 Titan ES placa MAY-8311 da Autarquia, no período de

01/setembro/2011 à 31/outubro/2011, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de setembro de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

Edital de Convocação de Concurso Público

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC TORNA PÚBLICO:
 EDITAL DE CHAMADA

Concurso 2009
 CIRURGIÃO DENTISTA
 - Mauricio Costa Silveira de Ávila - CPF 030.147.689-93

PROCESSO SELETIVO - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
 - Sandra Aparecida Dalla Cort - CPF 946.711.689-87

Concurso 2007
 Agente. Administrativo
 - Eliete Aparecida Godoi - CPF 982.826.709-87

Procurador
 - Francinete de Oliveira Maia - CPF 032.750.739-07

Aux. de Serv. Gerais
 - Dionilda Aparecida Amaral Freitas - CPF 736.736.769-20

Carpinteiro
 - Maikon Stefen de Oliveira - RG 4399129

Op. De Máquinas Pesadas - Escavadeira hidráulica
 - Jaison Oliveira Lima - RG 3399603

Todos os Convocados devem Comparecer em 5 dias para retirarem a correspondência de CONVOCAÇÃO no DRH.

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto nº 031/2011

DECRETO Nº 031/2011.
 DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DA SENHORA IRIA PESCADOR, MORADORA DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - É decretado "LUTO OFICIAL" no território do Município de Lauro Muller, por 01 (um) dia, a contar desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Iria Pescador, moradora do Município de Lauro Müller, que faleceu num trágico acidente neste dia, quando estava sendo transportada pela ambulância da Autarquia Pública Hospital Municipal Henrique Lage.

Art. 2º - A bandeira do Município deverá ser hasteada a meia verga, na sede do Paço Municipal e nas repartições municipais, em consequência deste decreto, ficam suspensas todas e quaisquer espécies de diversões públicas enquanto perdurar o luto oficial.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 30 de Agosto de 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 124/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2011 - 1º TA 38/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LIGA DESPORTIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2011

Objeto: Contratação de serviço de arbitragem de 09 jogos adicionais, visto que as quantidades de jogos licitadas não serão suficientes para concluir o campeonato municipal de futebol de campo que será iniciado no dia 03 de setembro do corrente ano, em função da forma de disputa definida ser "todos contra todos".

Valor: R\$ 2.070,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Assinatura: 31 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 125/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 125/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: UNITECNO - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Licitação: CARTA CONVITE 06/2011

Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia civil, em caráter temporário, sem vínculo empregatício, objetivando o acompanhamento, medição e fiscalização da execução de obras, recebimento destas, expedições de laudos e pareceres, atendimento aos agentes e munícipes e demais atividades similares, com período mínimo de 20 (vinte) horas semanais.

Valor: R\$ 10.300,00

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Assinatura: 31 de agosto de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato FMS 08/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO EMERGENCIAL Nº 08/2011

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 01/2011

Objeto: Prestação de serviços de locação, manutenção e assessoria técnica de sistema de controle e gestão municipal de saúde.

Valor: R\$ 760,00

Vigência: 31 de outubro de 2011.

Lindóia do Sul/SC, 31 de agosto de 2011.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 09/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2011

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 01/2011

Objeto: Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Lindóia do Sul na cidade de Florianópolis/SC e Curitiba/PR.

Valor: R\$ 8.065,80

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lindóia do Sul/SC, 31 de agosto de 2011.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Decreto N. 2164/2011, de 31 de Agosto de 2011

DECRETO N.º 2164/2011, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º Em razão das férias do servidor Leonardo Júnior Cavallier, fica nomeado como presidente da Comissão Permanente de Licitações o servidor Edson Domingos Giron e como secretário o servidor Antônio Carlos Vicente.

Art. 2º Os servidores nomeados exercerão as funções pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia 31 de agosto de 2011.

Art. 3º Escoado o prazo do artigo anterior, a composição da Comissão Permanente de Licitações retornará, automaticamente, ao que está disposto no Decreto 2090/2011 de 31 de janeiro de 2011.

Art. 4º As demais disposições seguem o Decreto nº 2090/2011 de 31 de janeiro de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado.

Em 31 de agosto de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Auxiliar de Técnico

Decreto N. 2165/2011, de 31 de Agosto de 2011

DECRETO N.º 2165/2011, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREAS DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a alínea "d", do inciso I, do Artigo 113, da Lei Orgânica do Município de Lindóia do Sul, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, alínea "i", do Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e na Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;

CONSIDERANDO que as áreas acima mencionadas se destinam para viabilização de construção de parque de exposições e eventos, instalação da sede da Secretaria de Infraestrutura e instalação do cemitério municipal;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, as áreas de terras abaixo identificadas:

I - 18.000 m², área de terras de propriedade de Albino Frederico Techio, parte integrante dos lotes rurais nº 390 (trezentos e noventa) e lote nº 391 (trezentos e noventa e um), com a área respectivamente de 226.435 m² (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e cinco metros) e 41.659 m² (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados), totalizando 268.094 m² (duzentos e sessenta e oito mil noventa e quatro metros quadrados), do Bloco 24, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com uma casa velha de madeira, encravada na área supra descrita, confrontando com: o lote rural nº 390 (trezentos e noventa), confronta: ao Noroeste, com o lote rural nº 389 (trezentos e oitenta e nove); ao Sul, com lotes nºs 55 e 57 (cinquenta e cinco e cinquenta e sete); a Este, com o Lote nº 391 (trezentos e noventa e um) e ao Oeste, com o Rio Engano e a parte do Lote rural nº 391 (trezentos e noventa e um), confronta: ao Norte e Este, com o Rio do Engano; ao Sul, com parte do mesmo lote; ao Oeste com o Lote rural nº 390 (trezentos e noventa), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula

nº 1.681.

II - 13.000 m², área de terras de propriedade de Avelino Techio, parte integrante do lote rural nº 324 (trezentos e vinte e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 79.324 m² (setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao Nordeste, com o Lote N. 7, da Quadra F, Rua Bom Pastor e com parte do Lote Rural n. 326, pertencente a Jorge Zuanazzi, ao Sudoeste com parte do mesmo lote, pertencente a Izaías Tombini; ao Leste com área desmembrada e pertencente a Avelino Techio e ao Noroeste com o Lajeado Joanino, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 22.097, do livro nº 2 "BO".

III - 10.000 m², área de terras de propriedade de Realdo Damin, parte integrante dos lotes rurais nº 373 e 374 (trezentos e setenta e três e trezentos e setenta e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 223.368 m² (duzentos e vinte e três mil trezentos e sessenta e oito metros quadrados), com benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao Norte, com os Lotes N. 368 e 369, pertencentes a Nelio Fiorentin e Maria Salete Ribeiro, ao Leste com o Lajeado Joanino e e parte do Lote Rural N. 374, de propriedade de Jorge Zuanazzi e Revelino Damin e ao Oeste com parte do Lote Rural N. 372, de propriedade de Giarema Giron e ao Sul com área de Propriedade de Assis Jora, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 10.041, do livro nº 2 "AP".

Artigo 2º - Cabe ao Poder Executivo Municipal, a partir da publicação do presente Decreto, proceder às medidas judiciais e/ou administrativas necessárias à consecução do ato expropriatório previsto no artigo 1º deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 31 de agosto de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI

Técnico Administrativo

Extrato de Inexigibilidade de Licitação FMS 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO FMS Nº 01/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Genir Loli, Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, que declarou a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93, para aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal de passageiros, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Lindóia do Sul na cidade de Florianópolis/SC e Curitiba/PR. Devido a empresa abaixo ser a única prestadora deste serviços nas linhas em questão, é Inexigível a licitação

Fornecedor: REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS

Valor Total: R\$ 8.065,80 (Oito mil e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

Vigência: 31 de dezembro de 2011.

Lindóia do Sul, SC, 31 de agosto de 2011.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação - FMS 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº
01/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Genir Loli, Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação de serviços de locação, manutenção e assessoria técnica de sistema(software) de controle e gestão municipal de saúde, tendo em vista que a contratação através do Processo Licitatório 04/2011 Tomada de Preços 02/2011 foi infrutífera, pois o certame foi declarado Deserto, e por não haver tempo hábil para abertura de nova licitação, justificou-se a presente contratação emergencial.

Fornecedor: Inovadora Sistemas de Gestão Ltda

Valor Total: R\$ 760,00

Vigência: 31 de outubro de 2011.

Lindóia do Sul, SC, 31 de agosto de 2011.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato da Portaria 136/11

Portaria nº 136/11 de 30/08/11 - "Nomeia Comissão de Avaliação de Imóveis de propriedade do Município de Luzerna(SC) ou de particulares que interessem ao Município de Luzerna(SC)" (CLARISSA ANRAIN - CREA 100379-2; DENIR NARCISO ZULIAN - CREA 050805-8; ALESSANDRO RAMOS ARRUDA - CREA 055273-0; DINO DE MEDA - CRECI 8261-16; RÉGIS VALTER WEISER - CREA 45877-4)

Extrato da Portaria N° 137/11

Portaria nº 137/11 de 31/08/11 - "Prorroga licença gestação concedida à servidora que especifica" (prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora FRANCIELE IARA DIESEL, Professora III, Classe "C", concedida através da Portaria nº 104/11 de 03 de maio de 2011, a partir de 01 de setembro de 2011)

Navegantes

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 185/2011.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada: CONSTRUTORA POLICONS LTDA
Valor: R\$ 70.780,00 (setenta mil e setecentos e oitenta reais).
Vigência: Início: 29/08/2011. Término: 28/10/2011.

Licitação : Tomada de Preços nº. 086/2011.
Recursos Dotação: (74) e (215) 13.02.1.019.4.4.90.00.00.00.00.0
0 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escola.
Objeto: Constitui objeto deste, a contratação complementar de execução das obras remanescentes do processo de tomada de preços nº 238/2009 da quadra poliesportiva coberta com 666 m², nas dependências da escola municipal Maria Ivone Muller, bairro São Paulo, Município de Navegantes.

Navegantes, 01 de setembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Decreto N° 443 de 1° de Setembro de 2011

DECRETO N º 443 DE 1º DE SETEMBRO DE 2011
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, combinado com a lei complementar 062 de 1º/04/2009,
DECRETA:
Art. 1 º - Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Procuradora, Geral do Município, simbologia SM1, a senhora GRACY KELLY LUCINDO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1º de Setembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de setembro de 2011.
JONAS DE SOUZA
Secretário de Administração e Logística

Aviso de Licitação - Município de Navegantes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2011/FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E, PROGRAMA DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 16/09/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 16/09/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 01 de setembro de 2011.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Processo Nº 093/2011 - Pregão Presencial Nº 032/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 093/2011 - Pregão Presencial 032/2011 - Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, sem fornecimento de peças, para o Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição (HIC), localizado na Rua Floriano Peixoto nº 151, no Município de Nova Trento.

Julgamento: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: 19/09/2011 até as 14:00 horas; abertura das propostas: às 14:00 horas do dia 19/09/2011.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3215 - site: www.novatrento.sc.gov.br; e-mail compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Resumo Concorrência Nº 002/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

EDITAL DE LICITAÇÃO No 094/2011 - CONCORRÊNCIA Nº 002/2011 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2011

Objeto: A Prefeitura Municipal de Nova Trento, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE ENFERMAGEM para contratações futuras, a qual será regida pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 com as demais alterações introduzidas. O recebimento da documentação e das propostas dar-se-á no Protocolo Geral da Prefeitura de Nova Trento, à Praça del Comune, 126, Centro, em Nova Trento, até às 14:00 horas do dia 03 de outubro de 2011, com início da abertura dos envelopes 05 (cinco) minutos após, na Sala de Licitações da Prefeitura de Nova Trento, no Auditório localizado no segundo piso, do endereço acima mencionado.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 044/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 044/2011
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME
Valor: 49.920,00 (quarenta e nove mil novecentos e vinte reais)
Vigência: Início: 31/08/2011 Término: 29/10/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 14/2011
Recursos: Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (108) Saldo: 60.000,00

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para Prestação de Horas de Serviço com 02 (Dois) Tratores de Esteiras D-41, pesagem mínima acima de 10 toneladas, com Lâmina Hidráulica, Potência mínima de 100 CV, ano de fabricação 2004 e outro 2005, com operador especializado e habilitado, combustível e Prancha para transporte e demais equipamentos, para atender a demanda do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, para serviços de Destoque e Teraplenagem.

Novo Horizonte, 31 de Agosto de 2011

Extrato TA Nº 001 ao CT Nº 031/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 031/2011 TA 001
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada: BRESCIANI E CIA LTDA ME

Valor: 1.520,00 (um mil quinhentos e vinte reais)
Vigência: Início: 30/08/2011 Término: 31/12/2011
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 10/2011
Recursos: Dotação:

Objeto: O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento de 6.400 metros no itinerário 01, do Transporte Escolar.
Novo Horizonte, 30 de Agosto de 2011

Extrato Adjudicação ao PL Nº 30/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/11
HOMOLOGAÇÃO: 20/05/2011
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE 31/08/2011

CONTRATADO: LENOIR MOSCHEN ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para: futura e eventual contratação de empresa para Locação de Microônibus/Van, com capacidade mínima de 24 (vinte e quatro lugares), e Kombi, com capacidade mínima de 12 (doze) lugares, com Motorista, para atender a demanda do Grupo de Idosos "Voltar a Viver de Novo Horizonte" quando da socialização com outros grupos e nas reuniões mensais na sede do município de Novo Horizonte, para um período de 12 meses.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.172,85 (Um mil cento e setenta dois reais e oitenta cinco centavos).
DATA: 31/08/11 - SANTOS ZILLI- Prefeito Municipal

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 042/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/11
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/11
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 31/08/11

CONTRATADO: CRUZEIRO URBANIZAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Horas de

Serviço com 02 (Dois) Tratores de Esteiras, pesagem mínima acima de 10 toneladas, com Lâmina Hidráulica, Potência mínima de 100 CV, ano de fabricação mínima 2002 com operador especializado e habilitado, combustível e Prancha para transporte e demais equipamentos, para atender a demanda do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, para serviços de Destoque e Terraplenagem.

VALOR DA DESPESA: R\$ 49.920,00 (quarenta e nove mil novecentos e vinte reais)

DATA: 31/08/11 - SANTOS ZILLI - Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

Edital de Carta Convite Nº 19/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de Paial torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do Edital de Convite 19/2011.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 53/2011 - Convite 19/2011.

Objeto:

Aquisição de Materiais Hidráulicos para construção de Rede de Distribuição d'água no interior do Município próximo a Comunidade de Linha Verde, Linha Monte Carlo e Linha Uru.

Data e hora da Abertura: 02/09/2011 às 10h00min

Data e Hora Limite para Entrega Dos Envelopes: 02/09/2011 às 09h30min

Informações complementares:

O Edital completo e informações complementares poderão ser retirados junto ao Departamento de Licitações do Município de Paial, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 26 de Agosto de 2011

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Edital Nº 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 01/2011

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Paial, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelecem as Leis Municipais nº 184 de 27 de agosto de 2002 e Lei Federal nº 8069 de 13 de Julho de 1990, torna público, para conhecimento dos interessados, que estão abertas as inscrições à Seleção Pública, destinadas a prover cargos do Conselho Tutelar, conforme abaixo:

I- Das Vagas:

1. São 10 (dez) vagas, assim distribuídas:

1.1. 05 (cinco) vagas para Conselheiro Tutelar Efetivo, com mandato de 03 anos.

1.2. 05 (cinco) vagas para Conselheiros Tutelares Suplentes.

II- Das Inscrições:

1. Data e local de realização das inscrições:

As inscrições estão abertas do dia 01 de setembro de 2011 até o dia 15 de setembro, das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sito a Santa Catarina, Centro, junto ao Centro de Geração e Renda, Diretoria de Desenvolvimento Social e da Família.

2. Requisitos:

2.1. Ser Brasileiro nato ou naturalizado.

2.2. Reconhecida idoneidade moral, perante certidão fornecida pelo Fórum.

2.3. Idade superior a 21 anos

2.4. Residência no município de Paial.

2.5. Certificado de conclusão do ensino de nível médio.

2.6. São impedidos de concorrer ao processo de escolha de Conselheiros Tutelares todos aqueles que se enquadrarem nas disposições do artigo 39 da Lei Municipal nº 184 de 27 de agosto de 2002:

Art. 39. Serão impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo Único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude e os integrantes da Polícia Civil e Militar, em exercício na comarca, foro Regional ou Distrital.

3. Documentos para inscrição:

3.1. Carteira de Identidade.

3.2. CPF

3.3. Título de Eleitor.

3.4. Comprovante de Escolaridade.

3.5. Comprovante de Residência.

3.6. Certidão de Antecedentes Criminais, fornecido pelo Fórum.

4. Homologação e publicação das Inscrições:

4.1. Somente serão aceitas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as inscrições que atenderem os critérios exigidos neste Edital.

4.2. A homologação das inscrições será publicada no mural publico da Prefeitura Municipal de Paial, até 02 (dois) dias úteis após o encerramento do prazo das inscrições.

4.3. Será de 02 (dois) dias úteis, após a homologação das inscrições, o prazo para a interposição de recurso quanto à decisão de indeferimento das inscrições e/ou homologação das mesmas, recurso esse, que deverá ser dirigido ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, devendo, no período de 01 (um) dia, ser julgado pela comissão eleitoral.

III- Da Eleição:

Os candidatos que obtiverem a homologação de suas inscrições serão submetidos à eleição publica, a ser realizada na data de 26 de setembro de 2011.

3.1. Disposições preliminares:

a- Os conselheiros serão escolhidos por sufrágio universal, mediante a exibição de título eleitoral à mesa receptora.

b- A eleição do Conselho Tutelar será comandada e coordenada pela Comissão Eleitoral, constituída pela resolução nº 001/2011

3.2. Dos locais de votação

a- A votação será realizada no seguinte local, data e horário:

- Local: Centro de Convivência dos Idosos
- Data: 26 de setembro de 2011
- Horário: 09:00 horas às 16:00 horas.

b- O local definido para a votação será especialmente preparado pela Comissão Eleitoral, contendo urna lacrada, cabine de votação e demais materiais e equipamentos necessários.

3.3. Da mesa receptora

a- A mesa receptora designada pela Comissão Eleitoral será constituída de um Presidente e um Secretário, os quais rubricarão a cédula entregue ao eleitor.

b- Os demais procedimentos de votação serão os mesmos adotados nas eleições eleitorais determinadas pela Justiça Eleitoral.

3.4. Da cédula

a- As cédulas oficiais de eleição do conselho tutelar serão impressas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, nelas contendo o nome de todos os candidatos em ordem alfabética.

b- A cédula será dobrada em quatro partes.

c- Ao lado esquerdo do nome do candidato conterà um espaço destinado ao eleitor assinalar com um X o nome do candidato de sua preferência.

d- O voto cuja cédula conter rasuras ou for assinalado mais de um nome será considerado nulo.

3.5. Da fiscalização

a- Os locais de votação serão fiscalizados pelos membros da Comissão Eleitoral e facultada tal providência aos candidatos concorrentes.

3.6. Da escrutinação

a- Encerrada a votação, os votos da urna serão escrutinados pelos mesários da própria mesa receptora.

b- O resultado da votação será registrado em ata lavrada no próprio local e subscrita pelos membros da escrutinação e fiscais presentes.

c- Concluída a escrutinação, todo o material utilizado, bem como a ata com o resultado apurado, será entregue ao presidente da Comissão Eleitoral.

3.7. Dos recursos

a- As impugnações serão decididas de plano, caso a caso, respectivamente pelas mesas de recepção e apuração, sendo a decisão registrada em ata.

b- Os recursos das decisões do item anterior serão interpostas a termo, de imediato, para o Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, que pronunciará decisão anteriormente à divulgação oficial do resultado da eleição.

3.8. Do resultado final

a- O Presidente da Comissão Eleitoral, após o recebimento do resultado de todas as urnas, registrará em ata o resultado final da votação.

b- Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado, e em 02 (dois) dias após a eleição, em mural público, publicando o nome dos candidatos e o número de votos recebidos.

c- Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes, para um mandato de 03 (três) anos.

d- Havendo empate na votação será considerado eleito ou suplente, o candidato mais velho.

IV- Da Remuneração

Os Conselheiros Tutelares serão remunerados de acordo com as disposições fixadas pela Lei Municipal nº 184 de 27 de agosto de

2002 e suas alterações.

V- Das Considerações Gerais e Finais

5.1. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 05 (cinco) dias após a divulgação do resultado oficial da eleição.

5.3. Os Conselheiros Tutelares eleitos serão convocados até 10 (dez) dias após a publicação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os atos de posse, na presença do Chefe do Poder Executivo.

5.4. O Executivo Municipal empossará os membros efetivos e suplentes através de ato administrativo.

Paial,sc 18 de agosto de 2011

NEIVE TEREZINHA VIZZOTO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Palmitos

PREFEITURA

Processo Licitatório 31/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo Licitatório nº31/2011. Modalidade: Pregão presencial nº10/2011. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL AMBULATORIAL E LABORATORIAL. Entrega dos Envelopes: 16/09/2011, até as 09:00 horas. Abertura dos Envelopes: 16/09/2011 as 09:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos, ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 01 de setembro de 2011.

ANA CRISTINA SANGALLI BIASI

Gestora do Fundo.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.439, de 31 de Agosto de 2011.

DECRETO Nº 3.439, DE 31 DE AGOSTO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 9.060,16 (Nove mil, sessenta reais e dezesseis

centavos) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2030 Aplicação Recursos do Fundeb

31900000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte 0119.0

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria da Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2030 Aplicação Recursos do Fundeb

31910000 Aplicações Diretas R\$ 2.060,16

Fonte 0119.0

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 9.060,16 (Nove mil, sessenta reais e dezesseis centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 30 de Agosto de 2011 na fonte de recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 31 de Agosto de 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 205, de 19 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 205, DE 19 DE AGOSTO DE 2011

CANCELA EDITAL DE LEILÃO Nº 003/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO não ter havido licença do órgão competente para transformar a supressão de árvores em lenha - DOF (Documentos de Origem Florestal), o que impossibilita a promoção de venda da mesma;

CONSIDERANDO que a autoridade administrativa tem o poder de rever os atos administrativos e, quando eivados de ilegalidade, assim declará-los;

CONSIDERANDO que nenhum prejuízo causará a terceiros,

RESOLVE:

Art. 1º Anular ao processo licitatório nº 003/2011, modalidade leilão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 19 de Agosto de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 207, de 30 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 207, DE 30 DE AGOSTO DE 2011

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE APLICAÇÃO DE TESTE SELETIVO Nº 007/2011- CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de representantes da administração na fiscalização dos trabalhos referente teste seletivo para contratação de agente público - ASSISTENTE SOCIAL E PROFESSOR, em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os seguintes servidores públicos Municipais para acompanhar a aplicação das provas referente teste seletivo nº 007/2011:

I - Fabiana Orçatto, Analista de Licitações e Atos Administrativos;

II - Luana Mengatto, Assistente de Gabinete do Executivo;

III- Karina Chiarani Faccin - Chefe de Divisão de Pré Escola.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de Agosto de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 068/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 068/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL NAIR REBELO DOS SANTOS NO MUNICIPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Relação de Itens do Objeto e Cronograma (Anexo II), e Autorização de Fornecedor nº 535/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato. Contratado: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos nas datas em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 141,60 (cento e quarenta e um reais e sessenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 31 de agosto de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Extrato do Contrato Nº 069/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 069/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL NAIR REBELO DOS SANTOS NO MUNICIPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Relação de Itens do Objeto e Cronograma (Anexo II), e Autorização de Fornecedor nº

536/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.
Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos nas datas em até 15 (quinze) dias.
O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 30,02 (trinta reais e dois centavos).
Data e assinatura do contrato: 31 de agosto de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 070/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 070/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL NAIR REBELO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Relação de Itens do Objeto e Cronograma (Anexo II), e Autorizações de Fornecimento nº 537/2011 e 538/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos nas datas em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 1.130,38 (um mil cento e trinta reais e trinta e oito centavos).

Data e assinatura do contrato: 31 de agosto de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 071/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 071/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL NAIR REBELO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Relação de Itens do Objeto e Cronograma (Anexo II), e Autorizações de Fornecimento nº 539/2011 e 540/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.

Contratado: DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTDA

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos nas datas em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 27.979,90 (vinte e sete mil novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos).

Data e assinatura do contrato: 31 de agosto de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Extrato do Contrato Nº 072/2011 - EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 072/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 016/2011

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento, por parte da Contratada, com entregas programadas, AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, PARA AS NOVAS DEPENDÊNCIAS DA ESCOLA MUNICIPAL NAIR REBELO DOS SANTOS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO CONF. ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Conforme especificados na Relação de Itens do Objeto e Cronograma (Anexo II), e Autorização de Fornecimento nº 541/2011, documento em anexo, parte integrante deste contrato.
Contratado: TINA COMERCIO LTDA

Prazo de vigência: A Contratada deverá entregar os produtos nas datas em até 15 (quinze) dias.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 698,00 (seiscentos e noventa e oito reais).

Data e assinatura do contrato: 31 de agosto de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 926/2011

DECRETO Nº 926/2011

"Delega poderes aos servidores que menciona e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados poderes à Advogada do Município, Srta. Lisiane Dutra Glavam, e ao Coordenador de Cadastro, Sr. Jaime José Sancho, na ausência do Secretário Municipal da Fazenda, assinar as cartas de retirada de títulos de protesto, bem como as cartas de cancelamento de títulos protestados, junto ao Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Porto Belo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 201/2007.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de agosto de 2011.

ALBERT STADLER
Prefeito

Decreto Nº 928/2011

DECRETO Nº 928/2011

"Atualiza o valor da UFM-PB para o mês de setembro de 2011, conforme especifica."

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.071/98-- Código Tributário,
DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, prevista na Lei Municipal nº 1.071/98 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008, com uma deflação de 0,12% (zero vírgula doze por cento), considerando o IGP-M do mês de julho de 2011, que vigorará a partir de 1º de setembro do ano em curso.

Art. 2º O valor da UMF-PB passará a ser de R\$ 1,8213.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de agosto de 2011.
ALBERT STADLER
Prefeito

Aviso Licitação Tomada de Preço 008/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 008/2011

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO E ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MODALIDADES ÁGUA E ESGOTO E CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO EDITAL E ANEXOS DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 10:00h do dia 20/09/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site www.portobelo.sc.gov.br

AOILTO MOTTA PORTO MARCO AURÉLIO PEREIRA
Secretário de Administração Presidente da Comissão Licitações
Porto Belo - SC 02 de Setembro de 2011.

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Contrato 012/2011 FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 012/2011 FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e J.K Pneus Ltda

Objeto: fornecimento de pneus

Valor total R\$ 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais)

Base legal Pregão 002/2011 Funrebom

Vigência 24 de agosto de 2012 ou a retirada total dos materiais licitados

Rento Stasiak

Prefeito Municipal

J K Pneus Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 013/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 013/2011

Partes: Município de Porto União e Retilider Retifica de Motores Ltda ME

Objeto: conserto de motor do veículo ABTR -23 Placa MCS 3712 do Corpo de Bombeiros.

Valor total: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

Base legal Pregão pr 002/2011 e lei 10.520/02

Vigência: 29 de fevereiro ou enquanto perdurarem os prazos de garantia

Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Orto União SC, 31 de agosto de 2011

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Retilider Retifica de Motores Ltda ME

Contratada

Extrato de Contrato 027/2011 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 027/2011 FAS

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda

Objeto: fornecimento de leite integral

Valor total: R\$ 2.575,50 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência: 31 de outubro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal pregão presencial 009/2011 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda

Contratado

Extrato de Contrato 028/2011 FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 028/2011 FAS

Partes: Município de Porto União e Cleide Bahniuk Schwaab

Objeto: fornecimento de cestas básicas para o FAS

Valor total: R\$ 29.133,00 (vinte nove mil, cento e trinta e três reais)

Vigência: 31 de outubro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal pregão presencial 009/2011 FAS e lei 10.520/02

Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Cleide Bahniuk Schwaab

Contratado

Extrato de Contrato 061/2011 EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 061/2011 EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e RBS Zero Hora Editora Jornalística SA

Objeto: contratação de jornal de grande circulação estadual para publicação de atos oficiais do município

Valor R\$ 31,00 (trinta e um reais) por cm/coluna

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses podendo ser prorrogado por igual período

Base legal tp 041/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de agosto de 2011.

RBS Zero Hora Editora Jornalística SA

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 062/2011 EDUCAÇÃO

Município De Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 062/2011 Educação

Partes: Município de Porto União e João Lorenzini & Filho

Objeto: execução de obra de fechamento das quadras das localidades de Lança, Legru e São Pedro.

Valor total: R\$ 95.653,04 (noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quatro centavos)

Vigência: 240 dias

Base legal TP 004/2011 e lei 8.666/93

Porto União SC, 24 de agosto de 2011

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

João Lorenzini & Filho Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 095/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 095/2011

Partes: Município de Porto União e RBS Zero Hora Editora Jornalística SA

Objeto: contratação de jornal de grande circulação estadual para publicação de atos oficiais do município

Valor R\$ 31,00 (trinta e um reais) por cm/coluna

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses

Base legal tp 041/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 22 de agosto de 2011.

RBS Zero Hora Editora Jornalística SA

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 096/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 096/2011

Partes: Município de Porto União e Kerber Pre Moldados Ltda

Objeto: execução dos serviços de pavimentação em paver da Praça do Contestado

Valor total R\$ 61.284,00 (sessenta e um mil duzentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 180 (cento e oitenta dias)

Base legal tp 005/2011 e lei 8.666/02

Porto União SC, 22 de agosto de 2011.

Kerber Pre Moldados Ltda

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 097/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 097/2011

Partes: Município de Porto União e Modelo Pneus Ltda

Objeto: fornecimento de pneus camaras e protetores diversos

Valor total R\$ 8.364,00 (oito mil trezentos e sessenta e quatro reais)

Vigência: 24 de agosto de 2012 ou a retirada total do material licitado

Base legal pregao presencial 044/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 25 de agosto de 2011.

Modelo Pneus Ltda

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 098/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 098/2011

Partes: Município de Porto União e J.K. Pneus Ltda

Objeto: fornecimento de pneus camaras e protetores diversos

Valor total R\$ 11.170,40 (onze mil cento e setenta reais e quarenta centavos)

Vigência: 24 de agosto de 2012 ou a retirada total do material licitado

Base legal pregao presencial 044/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 25 de agosto de 2011.

J. K Pneus Ltda

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 099/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 099/2011

Partes: Município de Porto União e Rio Verde Materiais de Construção Ltda

Objeto: fornecimento de materiais para iluminação publica da Praça Hercílio Luz.

Valor total R\$ 1.456,00 (hum mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

Vigência: 30 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado.

Base legal pregão presencial 043/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Rio Verde Materiais de Construção Ltda

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 100/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 100/2011

Partes: Município de Porto União e Joao Carlos Correa ME

Objeto: fornecimento de materiais de iluminação publicada Praça Hercílio Luz

Valor total R\$ 14.940,00 (quatorze novecentos e quarenta reais)

Vigência: 30 de setembro de 2011 ou a retirada total do material licitado

Base legal pregao presencial 043/2011 e lei 10.520/02

Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Joao Carlos Correa ME

Contratada

Renato Stasiak

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 101/2011

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 101/2011

Partes: Municipio de Porto União e Daniele Cristina da Silva & Filho Ltda

Primeiro Termo aditivo ao contrato de Prestação de Serviços 064/2011

Clausula Primeira: Vigencia
Prorroga-se o aludido contrato superior para mais 45 (quarenta e cinco) dias
As demais cláusulas permanecem inalteradas. Porto União SC, 01 de setembro de 2011
Daniele Cristina da Silva & Filho Ltda
Contratada

Extrato de Contrato 102/2011

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 102/2011
Partes: Município de Porto União e Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Segundo termo aditivo ao contrato 015/2011
Adita-se ao contrato superior, ficando os itens com os seguintes preço item 05 R\$ 1.122,40 (hum mil cento e vinte e dois reais e quarenta centavos), item 17 R\$ 1.233,41 (hum mil, duzentos e trinta e três e quarenta e um centavos), item 18 R\$ 1.380,55 (hum mil, trezentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos), item 19 R\$ 1.543,39 (hum mil quinhentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Porto União SC, 01 de setembro de 2011.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal
Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

Processo Licitatório 014/2011 FUNREBOM Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatorio 014/2011
Pregão presencial 002/2011 FUNREBOM
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Retilider Retífica de Motores Ltda ME. Porto União SC, 31 de agosto de 2011.
Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Convênio Nº 006/11

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU
CONVÊNIO Nº 006/11
Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO STASIAK, portador do RG nº 581.440-SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à rua Joaquim Nabuco, 244, Bairro Cidade Nova - Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. LUIZ ALFREDO STOEBERL, brasileiro, portador da CI nº 768.966-7 e do CPF nº 061.051.229-34, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.909, de 29 de agosto de 2011, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, a título de subvenção, para custear despesas na organização e promoção da 5ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada de 09 a 11 de dezembro de 2011, neste Município, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio terá início em 09/12/2011 e término em 11/12/2011 e compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- I- divulgação turística do Município;
- II- resgate das tradições germânicas do Município e região;
- III- geração de renda temporária para a comunidade;
- IV- contribuição para a consolidação do Turismo de Eventos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos
O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desembolsáveis em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica: ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO UNIDADE 0211 SEC. MUN. IND., COM. E TURISMO ATIVIDADE 2023 Manut. Sec. Ind., Com. e Turismo MODALIDADE 3350 - 100 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos
Os recursos liberados deverão ser utilizados para custear despesas na organização e promoção da 5ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada de 09 a 11 de dezembro de 2011, neste Município, conforme Plano de Trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

I- DO CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II- DA CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou

indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência e prorrogação

O presente Convênio terá duração da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2011, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 29 de agosto de 2011.
Prefeito Municipal

Presidente da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Processo Licitatório 016/2011 FAS Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 016/2011 FAS
Pregão Presencial 009/2011 FAS
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Clei-de Bahniuk Schwaab e Mercado Kosera Ltda . Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 068/2011 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo de Homologação
Processo Licitatório 068/2011
Tomada de Preços 005/2011

Expirado o prazo recursal homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Kerber Pre Moldados Ltda . Porto União SC, 22 agosto de 2011.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 070/2011 Homologação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo de Homologação
Processo Licitatório 070/2011
Pregão presencial 044/2011

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa J.KPneus Ltda e Modelo Pneus Ltda. Porto União SC, 25 de agosto de 2011-08-31 Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Processo Licitatório 075/2011 Homologação

Município de Porto União E
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório n 075/2011
Pregão Presencial 043/2011
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa João Carlos Correa ME e Rio Verde Materiais de Construção Ltda. Porto União SC, 30 de agosto de 2011.

Renato Stasiak
Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 005/2011

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO - SC
COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS
COOPESA/CEDUP
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 005/2011

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 005, de 27 de junho de 2011, celebrado entre o Município de Porto União e a Cooperativa-Escola dos Alunos do Colégio Agrícola Vidal Ramos - COOPESA com interveniência do CEDUP - Vidal Ramos.

Por este instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Stasiak, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Sete de Setembro, 570, portador do RG nº 581.440 - SC e CPF nº 216.709.009-91, doravante denominado MUNICÍPIO e a COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA VIDAL RAMOS - COOPESA, neste ato representada pelo seu Presidente, CARLOS ALEXANDRE TETUI DA SILVA GOBETTI, com a

interveniência do CEDUP "VIDAL RAMOS", neste ato representado pelo seu Diretor, Professor EDUMAR RICARDO DA SILVA, doravante simplesmente e respectivamente denominados MUNICÍPIO, COOPERATIVA e CEDUP - VIDAL RAMOS, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 3.904, de 11 de agosto de 2011, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo alterar as Cláusulas Terceira - Do valor e a Quarta - Da liberação dos recursos do Convênio nº 005, de 27 de junho de 2011, que passam a ter a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - Do valor

Para a cobertura das vagas acima conveniadas e para efeito de empenho e pagamento, o presente convênio fica estipulado no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) da taxa anual, a ser paga em 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) cada uma, vencendo em 25 de julho, 25 de agosto e 25 de setembro de 2011.

CLÁUSULA QUARTA - Da liberação dos recursos

O Município repassará à ENTIDADE CONVENIADA o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 1700 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2010 Manutenção Serviços Administrativos de Ensino
DOTAÇÃO 335000 - 104 Contribuições"

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar daquele, afim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 11 de agosto de 2011.
RENATO STASIAK Diretor CEDUP - VIDAL RAMOS
Prefeito Municipal

Presidente COOPESA

Testemunhas:

1.Nome: Roberto Bonfleur CPF nº 420.444.999-91
2.Nome: Ricardo Dragoni CPF nº 420.445.539-53

Termo de Doação TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento público de doação, sem cláusula de reversão, a Prefeitura Municipal de Porto União - SC, doravante denominada DOADORA, situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.541/0001-58, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Stasiak, nos termos da Lei

Municipal nº 3.907, de 29 de agosto de 2011, doa e entrega à Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC, sociedade e empresa cooperativa, regida por estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 08.375.640/0001-98, com sede na rua Paraná - nº 500 - Centro - Município de Irineópolis - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Ayres Niedzielski, com todos os equipamentos, os seguintes veículos:

_ 01 (um) caminhão BAÚ MARCA FORD/CARGO 712, novo, ano 2009, a diesel, chassi nº 9BFVCAC939BB32547, placa MGK-4996, cor prata, 120 CV, 7.70 toneladas;

_ 01 (um) veículo marca Yamaha, modelo XTZ 125, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor azul, ano de fabricação/modelo 2009/2009, categoria Oficial, chassi 9C6KE125090010312, código Renavan 206063350, Placa MHY 3915;

_ 01 (um) veículo marca Yamaha, modelo XTZ 125, tipo motocicleta, combustível gasolina, cor azul, ano de fabricação/modelo 2009/2009, categoria Oficial, chassi 9C6KE125090010313, código Renavan 206065884, Placa MHY 4025.

Declaro, outrossim, que esta doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens, a partir da presente data, a ser de uso exclusivo da Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte - SC, com sede no Município de Irineópolis - SC.

E por ser verdade, na presença de duas testemunhas, firmo o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Porto União (SC), 29 de agosto de 2011.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

AYRES NIEDZIELSKI
Presidente da Associação de Apicultores do Vale do Iguaçu

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Roberto Bonfleur
CPF nº 420.444.999-91
2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2059/11

DECRETO Nº 2.059, de 22 de agosto de 2011.
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1582/10, o resultado do Pregão Presencial nº 096 de 03/08/2011, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante VIGILANCIA RIOSUL LTDA-EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de agosto de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

ANEXO AO DECRETO Nº 2.059/2011

Pregão Presencial nº 096/11 de 03.08.2011

Objeto da Licitação: Contratação de serviços de vigilância das obras da Escola Modelo II - Sec. De Educação

Preço: global

Participantes: LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME. CAS-VIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, AD-SERVIG VIGILÂNCIA LTDA-ME, VF VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, MOBRA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA e VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA-EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA-EPP.

Decreto Nº 2061/11

DECRETO Nº 2.061, de 22 de agosto de 2011.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 104/2011."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e no Art. 24, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologada a Dispensa de Licitação para contratação de Bandas Musicais para a Festa Nacional do Bolão - Kegelfest 2011.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de agosto de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 2062/11

DECRETO Nº 2.062, de 22 de agosto de 2011.

"NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Senhores: Eugênio Vicenzi, Agostinho Pisetta, Jailson Roberto de Oliveira e Eduardo Aragão Silva,

para em comissão avaliarem, num prazo de 05 (cinco) dias, uma área de terra com 450,00m² localizado na Rua Curitiba, bairro Boa Vista, matrícula 36754, de propriedade do município de Rio do Sul, com as seguintes confrontações:

- fazendo frente em 37,60m com o lado esquerdo da Rua Curitiba; fundos em 36,30m com terras de Elvert Roberto de Mello; lado direito em 12,60m com terras de Sonia Brito e lado esquerdo em 18,10m com o lado esquerdo da Ladeira Paranã.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 22 de agosto de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Vlrm

Decreto Nº 2066/11

DECRETO Nº 2.066, de 29 de agosto de 2011.

"NOMEIA ZILTON PEDRO DE SOUZA"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado ZILTON PEDRO DE SOUZA para, a partir de 29//08/2011, exercer o cargo em comissão - Diretor de Departamento de Gestão Administrativa, nos termos do § 2º, do Art. 15, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Art. 10, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e suas alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 29 de Agosto de 2011

CLÁUDIO CIMARDI

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 2072/11

DECRETO Nº 2.072, de 30 de Agosto de 2011

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL AFETADA POR ENXURRADA E INUNDAÇÕES BRUSCAS".

Cláudio Cimardi, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI, do art. 37, da Lei Orgânica do Município, pelo art. 7º, do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Federal nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de tempestade, acompanhada de inundações, alagamentos devido à enxurradas, vendaval e deslizamentos, nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, atingindo todo o município de Rio do Sul;

- Como consequência deste desastre resultou os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população, frente ao Desastre;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º - De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º - De acordo com o estabelecido no artigo 5º, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros,

será apoiado pela comunidade.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal 30 de agosto de 2011

CLAUDIO CIMARDI

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Edital 44/2011 FMS

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2011 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS E NÃO PADRONIZADOS PARA ESTA SECRETARIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 19/09/2011, às 08:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00 horas do dia 19/09/2011.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Dieison Fernando Marquez Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: sau.compras@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Setor de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Departamento de Assistência Farmacêutica

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

40.01.2.087.3.3.90.00.00.00.00 - BLFAB - FARMÁCIA BÁSICA

O edital na íntegra pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Licitações - Editais da Secretaria de Saúde. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Edital de Lançamento de Tributos Municipais

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR, DOS TRIBUTOS CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO. FICAM TAMBEM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPOEM DO PRAZO

PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III DO § 2º DO ARTIGO 187 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA IMPE-TRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º DA LEI COMPLEMENTAR 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFI- CAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
117	21/06/11	ADEMIR JOSE KIRCHNER ME	02.997.784/0001-08
598	08/08/11	AGENCIA DE VIAGENS AN- DRE WEISS LTDA ME	02.142.829/0002-35
424	07/07/11	ANE CAROLINE SOBOTA	008.544.109-02
261	27/06/11	AUTO POSTO JC LTDA	04.333.046/0002-64
251	27/06/11	AUTO POSTO JC LTDA	04.333.046/0002-64
620	08/08/11	A W S COM E IND DE MA- QUINAS LTDA	81.594.764/0003-16
507	13/07/11	BAR E LANCHONETE WILLI LTDA ME	11.019.464/0001-66
508	13/07/11	BAR E LANCHONETE WILLI LTDA ME	11.019.464/0001-66
590	08/08/11	BRUNO BITTENCOURT DAL- FOVO ME	08.146.622/0001-34
641	09/08/11	CAMINHOS DO SABER AS- SES PEDG UNIV CAP	07.907.451/0001-56
695	10/08/11	CANTINA DO ZANELLA LTDA ME	08.664.644/0001-96
680	10/08/11	CLAUDIO MORAIS & CIA LTDA ME	08.181.389/0001-20
684	10/08/11	CLAUDIO MORAIS & CIA LTDA ME	08.181.389/0001-20
156	21/06/11	COMERCIO DE CONFECÇÕES TAILA LTDA EPP	04.816.093/0001-88
466	11/07/11	CORES DOS SONHOS ES- TAMPARIA LTDA ME	09.421.315/0001-87
467	11/07/11	CORES DOS SONHOS ES- TAMPARIA LTDA ME	09.421.315/0001-87
594	08/08/11	CREDPOP PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	07.096.940/0005-07
592	08/08/11	CV MATERIAIS DE CONSTR LTDA ME	08.015.952/0001-90
698	10/08/11	DANIELA FRONZA ME	08.420.273/0001-05
699	10/08/11	DANIELA FRONZA ME	08.420.273/0001-05
586	08/08/11	DDT CONFEC LTDA ME	07.891.592/0001-28
377	01/07/11	DIEGO DAMASIO & CIA LTDA ME	11.963.818/0001-26
378	01/07/11	DIEGO DAMASIO & CIA LTDA ME	11.963.818/0001-26
609	08/08/11	DIEZ INDUSTRY JEANS LTDA ME	11.053.799/0001-09
344	28/06/11	DJONATAN M LOPES & CIA LTDA	08.945.915/0001-81
712	11/08/11	ELAINI G FREITAS & CIA LTDA ME	04.925.340/0002-65
713	11/08/11	ELAINI G FREITAS & CIA LTDA ME	04.925.340/0002-65
612	08/08/11	FABRICA DE SOFTWARE SIST DE INFORM S/A	06.893.182/0001-53
636	09/08/11	F A SBORZ & CIA LTDA ME	07.751.419/0002-05
633	09/08/11	FORTE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	10.871.809/0001-42
601	08/08/11	GENIR TAQUES ME	01.060.240/0001-44
714	11/08/11	GLAUCI HELENA TEODORO ME	08.993.113/0001-47

716	11/08/11	GLAUCI HELENA TEODORO ME	08.993.113/0001-47
693	10/08/11	GRAN SAPORE BR BRASIL S/A	67.946.071/0270-95
694	10/08/11	GRAN SAPORE BR BRASIL S/A	67.946.071/0270-95
613	08/08/11	HEIDERPEÇAS DISTR DE AUTO PEÇAS LTDA	04.846.431/0003-96
645	09/08/11	JALMIR DOS SANTOS ME	07.970.275/0001-05
416	06/07/11	JANETE RODRIGUES ME	09.034.085/0001-01
417	06/07/11	JANETE RODRIGUES ME	09.034.085/0001-01
597	08/08/11	JJZ COM DE ELETRO ELE- TRONICOS LTDA ME	03.756.482/0002-83
709	10/08/11	J MEURER TRANSP RODO- VIARIOS LTDA ME	07.623.566/0001-19
711	10/08/11	J MEURER TRANSP RODO- VIARIOS LTDA ME	07.623.566/0001-19
274	28/06/11	JOISA TRANSPORTES LTDA ME	11.909.075/0001-06
187	22/06/11	JORGE FERNANDO DOS SANTOS	08.865.460/0001-94
707	10/08/11	LAIR FERREIRA ME	09.072.681/0001-78
726	11/08/11	LANCHES SCHNAIDER LTDA ME	09.557.116/0001-09
727	11/08/11	LANCHES SCHNAIDER LTDA ME	09.557.116/0001-09
702	10/08/11	LANCHONETE MJ LTDA	08.629.938/0001-87
703	10/08/11	LANCHONETE MJ LTDA	08.629.938/0001-87
647	09/08/11	LEONS ALAN SILVA ME	08.664.662/0001-78
402	06/07/11	LOCADORA DE MAO DE OBRA BASTISTA & LOCKS LTDA	10.342.166/0001-40
628	09/08/11	LOPES IND E COM DE MO- VEIS LTDA	09.144.721/0001-40
489	12/07/11	LOURIVAL AMARO DO NAS- CIMENTO & CIA LTDA ME	10.231.014/0001-70
491	12/07/11	LOURIVAL AMARO DO NAS- CIMENTO & CIA LTDA ME	10.231.014/0001-70
675	10/08/11	LUIZ CARLOS DIAS CANTINA ME	08.105.120/0001-65
678	10/08/11	LUIZ CARLOS DIAS CANTINA ME	08.105.120/0001-65
174	22/06/11	LUIZ CARLOS STOLF	02.894.354/0001-52
756	11/08/11	MAIQUE REGINA CHRISTEN ME	11.103.588/0001-25
757	11/08/11	MAIQUE REGINA CHRISTEN ME	11.103.588/0001-25
364	28/06/11	MARCIANA WILLEMANN ME	10.293.941/0001-14
389	05/08/11	MARIA ALICE AVI 06225431993	11.560.829/0001-65
625	09/08/11	MARILDE AVI & CIA LTDA ME	09.131.109/0001-32
485	12/07/11	MARILENE TEREZINHA FRASSAO ME	10.177.141/0001-38
486	12/07/11	MARILENE TEREZINHA FRASSAO ME	10.177.141/0001-38
720	11/08/11	MARINA APARECIDA BRIDA- ROLLI ME	08.841.344/0001-35
627	09/08/11	MAURO SCHMITT & CIA LTDA ME	82.981.838/0001-78
705	10/08/11	MERCEARIA MORRO VERDE LTDA ME	05.669.563/0003-52
706	10/08/11	MERCEARIA MORRO VERDE LTDA ME	05.669.563/0003-52
754	11/08/11	MINI MERCADO ITROUPAVA LTDA ME	11.081.019/0001-26

755	11/08/11	MINI MERCADO ITROUPAVA LTDA ME	11.081.019/0001-26
360	28/06/11	NATHALEE DRIELY MAÇANEIRO ME	09.248.619/0001-94
700	10/08/11	NILTON ALBUQUERQUE E CIA LTDA ME	07.009.332/0001-86
701	10/08/11	NILTON ALBUQUERQUE E CIA LTDA ME	07.009.332/0001-86
667	10/08/11	NINA GARCIA TABOADA	037.831.099-22
634	09/08/11	NNC CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA ME	10.882.336/0001-89
663	10/08/11	NUTRY CREAM EXPRESS COM DE SORVETES LTDA	08.664.979/0001-04
758	11/08/11	OPEN HOUSE BUFFET E APERITIVOS LTDA ME	08.937.130/0001-67
759	11/08/11	OPEN HOUSE BUFFET E APERITIVOS LTDA ME	08.937.130/0001-67
736	11/08/11	PACHECO & FERNANDES LTDA ME	10.871.816/0001-44
737	11/08/11	PACHECO & FERNANDES LTDA ME	10.871.809/0001-42
268	28/06/11	P B REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	11.545.499/0001-39
383	05/07/11	PEDRO MARTINHO FELIPE	12.811.607/0001-30
395	05/07/11	PEDRO MARTINHO FELIPE	12.811.607/0001-30
540	01/08/11	PIZZARIA DICAPO LTDA ME	07.533.883/0001-44
542	01/08/11	PIZZARIA DICAPO LTDA ME	07.533.883/0001-44
626	09/08/11	PNEUS VILA NOVA LTDA	05.378.598/0004-13
629	09/08/11	RAFAEL OLIVEIRA ME	09.205.684/0001-32
624	09/08/11	RENATO WESCHENFELDER ME	08.532.918/0001-93
1230	04/10/10	RESTAURANTE E LANCHONETE LUAN LTDA ME	11.196.792/0001-38
1232	04/10/10	RESTAURANTE E LANCHONETE LUAN LTDA ME	11.196.792/0001-38
622	08/08/11	RIO GAS GNV CONVERTE-DORA LTDA ME	08.875.050/0001-24
139	21/06/11	ROSANA CORREIA ME	04.029.947/0001-86
638	09/08/11	ROSANGELA MASSANEIRO DA COSTA ME	09.655.017/0001-51
425	07/07/11	SONIA GABRIELA CORDEIRO ME	08.984.805/0001-29
426	07/07/11	SONIA GABRIELA CORDEIRO ME	08.984.805/0001-29
599	08/08/11	SUMARY CONFECÇÕES LTDA ME	09.229.481/0001-86
764	11/08/11	VALTAIR SCHMIDT	969.468.819-15
765	11/08/11	VALTAIR SCHMIDT	969.468.819-15

AUTO DE INFRAÇÃO

186	07/12/10	FUNDAÇÃO PASSARO AZUL	00.923.178/0001-04
-----	----------	-----------------------	--------------------

Rio do Sul, 18 de julho de 2011
JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO
 Diretor Depto de Fiscalização
 Prefeitura Municipal de Rio do Sul

EUGÊNIO VICENZI
 Secretário Municipal da Fazenda
 Prefeitura Municipal de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 605**

PORTARIA Nº 605, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011

Nomeia o Assessor Parlamentar Maikon Rodrigo Soares

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, RESOLVE: NOMEAR:

Art. 1º A partir de 01 de setembro de 2011, MAIKON RODRIGO SOARES, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de setembro de 2011.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA

Presidente da Câmara em exercício

Portaria Nº 606

PORTARIA Nº 606, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011

Nomeia o Assessor Parlamentar Marcelo Vilian Zemke

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010, RESOLVE: NOMEAR:

Art. 1º A partir de 01 de setembro de 2011, MARCELO VILIAN ZEMKE, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de setembro de 2011.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA

Presidente da Câmara em exercício

Resolução Nº 632

RESOLUÇÃO Nº 632, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

Instala Comissão Legislativa Temporária Especial, com o fim de analisar proposta de alteração da Lei Orgânica Municipal, quanto ao número ideal de vereadores na cidade de Rio do Sul

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o artigo 120 da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Legislativa Temporária para emitir parecer sobre a proposta de Emenda à Lei Orgânica do município de Rio do Sul os vereadores Roberto Schulze, Regina Garcia Ferreira, Amauri dos Santos, Osmar Gunther Stoll e Diógenes Della Giustina.

Art. 2º A Comissão elegerá seu Presidente, Secretário e Relator Geral e deverá emitir seu parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, conforme determina o artigo 141, "caput" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 3º A Comissão deverá também, após aprovação da Emenda à Lei Orgânica, se houver, proceder à compilação do texto da Lei, com as emendas existentes

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 631, de 29 de agosto de 2011.

Rio do Sul, 31 de agosto de 2011.
DIÓGENES DELLA GIUSTINA
Presidente da Câmara em exercício

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 058/2011

DECRETO Nº 058/2011, DE 01 DE SETEMBRO DE 2011.
Aprova parcelamento de solo urbano.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica do Município Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o parcelamento de imóvel de propriedade da empresa DE BORTOLI & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.550.779/0001-34, conforme Termo de Verificação nº. 006/2011 e Autorização de Desmembramento nº. 06/2011, constantes do Processo Administrativo nº. 157/2011.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 01 de setembro de 2011.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.262, de 1º de Setembro de 2011.

DECRETO Nº 4.262, DE 1º DE SETEMBRO DE 2011.
Abre crédito adicional suplementar - operação de crédito, no orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.946, de 06/07/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso IV,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - operação de crédito, no orçamento vigente, adicionando pelo crédito suplementar o valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões

e trezentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.039.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0083 21 Aplicação Direta R\$ 2.300.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da operação de crédito autorizada, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 1.946, de 06/07/2011:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de setembro de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Contrato de Prestação de Serviço n.º 105/2011

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 105/2011

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e, Sr. ALMIR MIRINHO DA SILVA, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1 Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de nove horas de som volante, convidando os municípios a participar da 3ª Audiência Pública do Processo de Elaboração do Plano Municipal de Saneado Básico, a ser realizado no dia 02/09/2011, junto à sede do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será no período das 08:00 às 18:00 horas, do dia 01/09/2011.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do

Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de agosto de 2011.

Município de São Pedro de Alcântara

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 024/2011

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 024/2011, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR GEVERSON DA SILVA.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e., Sr. ALMIR MIRINHO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 435.742.629-49, residente e domiciliado a Rua Yolanda Vieira da Silva, nº. 400, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor GERVERSON DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 028.041.449-84, residente a Rua Otilia da Conceição Rodrigues, nº.03, Picadas do Sul - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 003/2010, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula primeira do Primeiro Termo Aditivo do contrato de trabalho nº. 024/2011, passando a vigorar com a seguinte redação: Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 024/2011 até o dia 05/09/2011, haja vista, o servidor encontra-se afastado em auxílio doença, e somente nesta data se realizará a avaliação médica agendada pela perícia da Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2011.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Decreto Nº 99/2011

DECRETO Nº 99/2011

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA.

Almir Mirinho da Silva, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, em exercício no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 641/2011.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 28.970,00 (Vinte e oito mil novecentos e setenta reais) a dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.243.9.2011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 28.970,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.0061.0 - Aplicações Diretas R\$ 28.970,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 28.970,00 (Vinte e oito mil novecentos e setenta reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.1.012 - Pavimentação de Ruas R\$ 28.970,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.2.0061.0 - Aplicações Diretas R\$ 28.970,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2011.

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal EM E.E

Decreto Nº 100/2011

DECRETO Nº 100/2011

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ALMIR MIRINHO DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 603/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2051 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 4.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2011.

ALMIR MIRINHO DA SILVA

Prefeito Municipal e.e.

Processo de Inexigibilidade de Licitação 52/2011
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 52/2011

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, da empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG. DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.183.381/0001-07, localizada Rod. BR-101 KM 200 Serraria - São José, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produto, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supra mencionado.

O valor para esta contratação é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), proveniente da dotação orçamentária nº. 07.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00.3.150 (141); 04.01.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.1.005 (121); 04.01.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00.1.005 (109); 06.01.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.1.000 (17); 04.01.2.005.3.3.9.0.00.00.00.00.00.1.081 (91); 03.01.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.1.000 (82); 05.02.2.011.3.3.90.00.00.00.00.00.1.000 (62); 06.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.1.000 (09); 11.01.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00.1.000 (12); 04.01.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.1.081 (116).

Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG DE VIAGENS E TURISMO LTDA em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.

2- o prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 5 (cinco) dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;

3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o INSS e FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).

Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de agosto de 2011.

ALMIR MIRINHO DA SILVA
Prefeito Municipal e.e

Portaria n.º 298/2011

PORTARIA n.º 298/2011

Concede licença para tratamento de saúde a funcionária RENATA REITZ, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ALMIR MIRINHO DA SILVA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a funcionária RENATA REITZ, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar da data de 15/08/2011, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/08/2011.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de agosto de 2011.

ALMIR MIRINHO DA SILVA
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Portaria n.º 299/2011

PORTARIA n.º 299/2011

Exonera IZETE TEREZINHA DA SILVA VENTURA do Cargo de Trabalhador Braçal.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar IZETE TEREZINHA DA SILVA VENTURA do Cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 045/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de setembro de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Schroeder**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº. 139/2011-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 139/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 44/2011-PMS - Processo nº. 120/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TECNOFOGOS COMERCILA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.543.496/0002-56, estabelecida na rua 7 de setembro, nº 2511, Centro, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.012-401.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de Empresa Especializada na criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico, dentro dos padrões de segurança e qualidade, a ser realizado dia 11 de setembro de 2011, em área externa, próximo ao Ginásio de Esportes Alfredo Passold, no encerramento da Schroederfest e no Concurso de Rainhas Schroederfest, em ambiente interno (indoor), dia 06 de setembro de 2011, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
	Contratação de Empresa Especializada na criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico, dentro dos padrões de segurança e qualidade, a ser realizado dia 11 de setembro de 2011, em área externa, próximo ao Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, no encerramento da Schroederfest e no Concurso de Rainhas Schroederfest, em ambiente interno(indoor), dia 06 de setembro de 2011, sendo: 930 - Tiros de Canhão especial com cores (2 x 468) 350- Mini Morteiros de ¾"- Apito gaiato (2 x 180) 02 - Morteiro de 3" - VASO VERDE (Super jato de cor Verde) 02 - Morteiros de 3" - VASO LILÁS (Super jato de cor Lilás.) 36 - Morteiros de 1,5"- FOLHA SECA (01 x 36) (Abre bomba chorão com efeitos crackling nas pontas). 36 - Morteiros de 1,5" - SPETACLE (1 x 36) (Traçante especial c/ multi riscos azuis.) 36- Morteiros de 1,5"- GIRA-LÍDER (1 x 36) (Giratório prata c/ tiro titânio) 50 - Morteiros de 1,5" - MULTI SHOW DE CORES (2 x 25) (Subida com traçante de Crackling e abertura com bombas coloridas.) 20- Morteiros de 3" - CORES (Bombas com 20 variações de cores e efeitos diferentes.) 01 - Morteiro de 4" - CORES (Bomba com efeito Chorão.) 01 - Morteiro de 4" - CORES (Super bomba na cor dourada, tipo gêiser.) 01 - Morteiro de 6" - CORES (Traçante prateado e final c/ bomba Kamurro.) 12 - Foguetes de Vara de 3" -				

	CORES (Subida com traçante e finaliza com explosão de cores.) 12 - Foguetes de Vara de 3" - CORES (Subida com traçante e finaliza com chorão prata.) 12 - Foguetes de Vara de 3" - CORES E TIROS (Sobe com traçante finalizando com tiro forte.) 04 - Peças de Gerb's para ambiente interno (indoor) para dia 06/09 no Concurso de Rainha da Schroederfest. Tempo de Duração do Show Pirotécnico: 4 à 5 minutos.				
01		1	Unidade	3.940,00	3.940,00
TOTAL R\$					3.940,00

Valor do contrato: R\$ 3.940,00 (três mil novecentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 1º/09/2011 – Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 002298/11 de 24 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002298/11 DE 24 DE AGOSTO DE 2011

Abre crédito especial superavit financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001850/11 de 24 de Agosto de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 154.529,18 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizacoes e Restituicoes R\$ 154..529,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 154..529,18

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº2284 de 11 de julho de 2011.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Agosto de 2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002301/11 de 30 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002301/11 DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 29.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 29.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 29.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Agosto de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002302/11 de 30 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002302/11 DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 35.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.01.22.661.0012.2.040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

SETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuicoes R\$ 35.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 35.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Agosto de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002303/11 de 30 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002303/11 DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.365.0005.2.022 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxilio-Alimentacao R\$ 22.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 22.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Agosto de 2011
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002304/11 de 30 de Agosto de 2011

DECRETO Nº 002304/11 DE 30 DE AGOSTO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 45.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO Prefeito Municipal

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0002.2.002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigacoes Patronais R\$ 8.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 37.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 30 de Agosto de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.299/2011, de 25 de agosto de 2011.

DECRETO Nº 2.299/2011, de 25 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 3.309/2011, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Joscemara Pasqualli Gesser;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Joscemara Pasqualli Gesser	Professora A	Professora B	A-2	B-2

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 25 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.152/2011, de 31 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 4.152/2011, de 31 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Jaqueline Aparecida da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.153/2011, de 31 de agosto de 2011.

PORTARIA Nº. 4.153/2011, de 31 de agosto de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Dayanne do Prado, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 31 de agosto de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.155/2011, de 1º de setembro de 2011.
PORTARIA Nº. 4.155/2011, de 1º de setembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do funcionário, Sr. Arlindo Scheffler, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de setembro de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No 4.154/2011, de 31 de agosto de 2011
PORTARIA No 4.154/2011, de 31 de agosto de 2011
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomeia Comissão Especial de Licitação para a realização de Concorrência Pública para exploração, mediante outorga, do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Schroeder, de acordo com o art. 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Orlando Tecilla - Presidente
- Ivandra de Souza - Secretária
- Letícia Gazola - Membro
- Adilson Gorniack - Membro
- Kesley de Moraes Silva - Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 31 de agosto de 2011.
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Timbó

PREFEITURA

Extrato Contrato 2011-147 Agricultura Familiar

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº.2011/147.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Coop. de Prod. Agrop. De Jaraguá do Sul - COPAJAS
OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios (iogurte).

VALOR TOTAL: R\$ 18.515,15 (um mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos).
QUANTIDADE: 6.987 litros .

Timbó, 16 de agosto de 2011.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Aviso Pregão Presencial n.º 24 2011 Procedimentos de Fisioterapia

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000024/2011 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UNIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O CONJUNTO DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA, SITUADO NO GRUPO 03, SUBGRUPO 02 E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO 4, 5, DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PARA AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROCEDIMENTOS DE FISIOTERAPIA A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE DO PRESTADOR DO SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min horas do dia 15 de setembro de 2011. ABERTURA: dia 15/09/2011 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 15/08/2011.
LAÉRCIO SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Portaria No 2295, de 10 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2295, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor C				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Maria de Lourdes Vailatti (Educação de Jovens e Adultos)	14/04/1962	486.405.499-15	16h	10/08/2011 a 10/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2299, de 12 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2299, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

Luciane Janke (Subst.Thamis L.de Souza Travaglia, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	23/11/75	890.050.409-63	40h	12/08/2011 a 26/08/2011
---	----------	----------------	-----	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2300, de 15 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2300, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)				
ATENDENTE DE ODONTOLOGIA (GA-24)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Aline Liell Roberto (Subst.Marluce F.da Silva Arruda, que se encontra em afast.do exercício do cargo)	26/02/80	005.653.029-30	30h	15/08/2011 a 02/09/2011
TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Suely Ittner Herweg (Campanha Nacional de Vacinação contra Sarampo e Sabin)	11/10/56	293.323.549-87	30h	17/08/2011 a 16/09/2011
AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Izabel Nunes Janke (Subst.Mirian Bell, que se encontra em afast.do exerc. do cargo)	19/12/60	743.524.829-00	44h	15/08/2011 a 02/09/2011

Graciela Kissner (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	10/04/75	896.448.089-91	44h	16/08/2011 a 01/09/2011
---	----------	----------------	-----	-------------------------

MOTORISTA (SG-29)

Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
Gilberto Luiz Goedert (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	19/06/79	029.490.699-16	44h	16/08/2011 a 02/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2301, de 15 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2301, DE 15 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ana Augusta Salvador (Subst. Alfroh Postai-afast.do exerc.do cargo (ocupando cargo em comissão))	06/09/1986	059.224.359-14	40h	17/08/2011 a 16/09/2011
Elisandra Pazianoti Horst (Aumento do número de alunos)	18/03/1983	042.163.239/95	20h	16/08/2011 a 16/09/2011
Marco Antonio Spiess (Subst.Edésio M.Slomp, que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	07/01/93	091.897.749-57	25h	15/08/2011 a 16/09/2011

Cargo: Professor C				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Dayane Perini (Aumento do número de alunos)	05/01/88	057.977.559-39	05h	16/08/2011 a 16/09/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2302, de 17 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2302, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente, para o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 17/08/2011 até 16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	PORTARIA Nº	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
		DE	PARA
Rita de Cássia Bona	2077/2011	20h	30h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2296, de 10 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2296, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ivo Menestrina, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal IVO MENESTRINA, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do

Município, pela Portaria nº 1689, de 09 de novembro de 2010, alterada pelas Portarias nº 1784, de 14/01/2011 e nº 2208, de 01/07/2011, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2297, de 12 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2297, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Dalva Cristina Germer, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal DALVA CRISTINA GERMER, contratada temporariamente para o cargo de Professora C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1833, de 02 de fevereiro de 2011, alterada pela Portaria nº 2077, de 02 de maio de 2011, a contar de 08 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2305, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2305, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Autoriza Servidor lotado na Fundação Cultural de Timbó, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Lucas Ariel Prade Scoz	Auxiliar Operacional I	05239041975 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2307, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2307, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Altera a Portaria nº 015, de 02 de janeiro de 2009, alterada pela Portaria nº 986, de 05/01/2010, que designou a Servidora Cristiane Elisabeth Longo Andrade em Função Gratificada, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 015, de 02/01/2009, alterada pela Portaria nº 986, de 05/01/2010, que designa a Servidora em Função Gratificada, conforme abaixo relacionada, a contar de 1º de agosto do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Cristiane Elisabeth Longo Andrade	FG-1	50	Coordenação das Políticas da Assistência Social na SESAS e desenvolvimento de Projeto Social junto as escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 2310, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA No 2310, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Designa membros para comporem a Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente de Timbó - SC.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho 1990, Lei nº. 1.375, de 1º de julho de 1992 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente de Timbó - SC, conforme abaixo:

- I. Presidente: Giscard Ataides Wolter Bertoldi, ocupante do cargo de Assessor Jurídico do Município de Timbó,
 II. Coordenador Geral: Deise Adriana Nicholletti Mendes, ocupante do cargo de Assistente Social do Município de Timbó;
 III. Secretário: Jocineide Mengarda Longo, representante do CRE-AS;
 IV. Relator: Carla Cristina Durksen Souza Ohf, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo do Município de Timbó.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente a Conferência será executada pelo Coordenador Geral.

Art.2º A Comissão Organizadora tem como atribuição organizar, coordenar e executar todas as medidas e atividades necessárias a realização da 7ª Conferência Municipal da Criança e do Adolescente de Timbó - SC.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora poderá delegar funções aos demais membros da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de Agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2294, de 10 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2294, DE 10 DE AGOSTO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Cristina Maria Costa Wecker	2255/2011	23/08/2011
Eliane Norato	2241/2011	06/09/2011
Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	2230/2011	22/08/2011

Marluce Schumann Prada	2269/2011	01/09/2011
Rosana Vailati Fusinato	2238/2011	20/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2298, de 12 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2298, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Airton José Dallagnolo	2243/2011	01/12/2011
Cassiano Lenzi	1848/2011	01/12/2011
Elvira de Borba	2243/2011	01/12/2011
Gilmar Peyerl	2243/2011	01/12/2011
Ingomar Marquardt	2243/2011	01/12/2011
Iris L.B. de Borba	2243/2011	01/12/2011
Ivo Andreazza	2243/2011	01/12/2011
Joacir A. Ribeiro	1880/2011	01/12/2011
José Roque Samuleschi	1943/2011	01/12/2011
Jurides L. Dallabona	2243/2011	01/12/2011
Lides Soares	2243/2011	01/12/2011
Luis Damasco do Nascimento	2243/2011	01/12/2011
Moacir Antonio Possamai	2243/2011	01/12/2011
Odir Antonio Slomski	2243/2011	01/12/2011
Olevir Alves	2243/2011	01/12/2011
Pedro Hamilton Cardoso	2243/2011	01/12/2011
Rolf Brehmer	2243/2011	01/12/2011
Terezinha Vansuit Staack	2243/2011	01/12/2011
Valmira Belarmino	1880/2011	01/12/2011
Wilfrid Westphall	2243/2011	01/12/2011

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)**

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adriana Lopes Alegri	2246/2011	30/09/2011
Davi da Maia	2246/2011	30/09/2011
Denilson Silva de Souza	2246/2011	15/09/2011
Desiree Caroline Dallabona	2286/2011	15/09/2011
Isabel Tancon Oda	2252/2011	01/09/2011
Norma Sueli Linhares Dalcanale	2286/2011	15/09/2011
Roberta Luiza Staack Fredel	2246/2011	15/09/2011
Soaraia Dias Alves Persuhn	2262/2011	14/09/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do



Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2303, de 17 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2303, DE 17 DE AGOSTO DE 2011

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 2386, de 21/06/2011,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Cristina Maria Costa Wecker	2255/2011	05/09/2011
Kathleen Oliveira Krankel	2230/2011	16/09/2011
Nair João da Silva Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovado em Conc.Públic/Processo Seletivo, pelo fato da Servidora Zenila A.Cabral ter solicitado exoneração)	2235/2011	20/12/2011

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 17 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2306, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2306, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Designa o Servidor Daniel Agostini Neto, para ocupar, em substituição a Servidora Maria Ramos Gonzaga Pelin, por motivo de férias, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Articulação Política e Institucional, no período de 22 a 31 de agosto de 2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor DANIEL AGOSTINI NETO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Articulação Política e Institucional, Símbolo CC-2, para ocupar, em substituição MARIA RAMOS GANZAGA PELIN, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Articulação

Política e Institucional, Símbolo DAS-1, no período de 22 a 31 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 77o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2308 de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2308 DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Instaura Sindicância Administrativa nº 14/2011, para apurar fatos constantes na Comunicação Interna, expedida pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, e,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 14/2011, para apurar fatos constantes na Comunicação Interna e demais documentos, expedida pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração, referente ao recolhimento de multas ao Ministério da Fazenda-Secretaria da Receita Federal, pelo atraso na entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais da Fundação Cultural de Timbó-FCT e Fundação Municipal de Esportes-FME.

Art.2º Designar, para integrar a Comissão de Sindicância Administrativa nº 14/2011, os servidores: WILMAR RAMOS WOJCIK - Assessor de Serviços e LÚCIA STEINHEUSER GORGES - Assistente Administrativo, para sob a presidência do primeiro, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o art.1º, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 2309, de 18 de Agosto de 2011

PORTARIA Nº 2309, DE 18 DE AGOSTO DE 2011

Designa Comissão Especial para coordenar todas as etapas, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, do Concurso Público nº 01/2011, para preenchimento de vagas na Administração Direta, Fundações e SAMAE.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, com base no art. 16 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, e art. 14 do Regulamento do Concurso Público - Decreto nº 249, de 21/09/2005, com alterações efetivadas pelo decreto nº 1021 de 14/01/2008, e c/c Decreto 2362, de 30/05/2011,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a municipalidade, a Comissão Especial do Concurso Público nº 01/2011, para coordenar todas as etapas, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, para preenchimento de vagas na Administração Direta, Fundação Cultural de Timbó-FCT, Fundação Municipal de Esportes-FME; e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, composta pelos seguintes servidores:

Nome	Cargo/Função
Jean Messias R. Vargas	Fiscal de Posturas
Meike M. Schubert	Professora
Cleide M.Uber Borth	Professora
Norma C.Kades	Oficial de Serviços Administrativos
Clarice Ana Andreazza	Educadora Infantil - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Timbó e Região - SISETI

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de agosto de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

SAMAE

Aviso Segunda Retificação Edital 52/2011 Aquisição de Coletores e Impressoras Portáteis Destinadas a Emissão de Faturas de Água

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO Nº. 000052/2011
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O SAMAE DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 000052/2011, do tipo menor preço, que trata da AQUISIÇÃO DE COLETORES E IMPRESSORAS PORTÁTEIS DESTINADAS A EMISSÃO DE FATURAS DE ÁGUA, sofreu alterações na descrição das características dos produtos dos itens 1.000 e 2.000.

Para o item 1.0000 onde tratava de COLETOR DE DADOS 1D/2D SISTEMA WINDOWS MOBILE 6.5; MÍNIMO 256MB MEMÓRIA FLASH E 256MB MEMÓRIA RAM EXPANSÍVEL CARTÃO MINI SD, passa a vigorar com a seguinte descrição: COLETOR DE DADOS 1D SISTEMA WINDOWS MOBILE 6.5; MÍNIMO 256MB MEMÓRIA FLASH E 256MB MEMÓRIA RAM EXPANSÍVEL CARTÃO MICRO SD. Para o item 2.000 onde tratava IMPRESSORAS PORTATEIS E COMPACTAS; TERMICA DIRETA; 203 DPI; LARGURA IMPRESSÃO 4.25; VELOCIDADE MÍNIMA DE 3 /S; MEMÓRIA MÍNIMA 16MB RAM, 64MB FLASH; KIT CARREGADOR PARA 4 IMPRESSORAS COM CABO DE FORÇA AC; BATERIAS 4 CÉLULAS LÍTIO-ION, passa a vigorar com a seguinte descrição: IMPRESSORAS PORTATEIS E COMPACTAS TERMICA DIRETA; 203 DPI; LARGURA DE IMPRESSÃO MINIMA 104MM; VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 60MM/SEG; MEMÓRIA MÍNIMA 16MB RAM, 32MB FLASH ; CARREGADOR EXTERNO INDIVIDUAL DE BATERIA 220V; BATERIA LÍTIO-ION DE NO MÍNIMO 2200mAh;

Permanecem inalteradas as demais características dos itens e as demais condições do edital.

Sendo assim fica prorrogado o prazo para entrega dos envelopes

e abertura das propostas e etapa de lances para dia 19/09/2011 às 15:00h.

Timbó, 01 de Setembro de 2011.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras**PREFEITURA****Ata 01 - Pregão 55/2011.**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2011

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 96/2011.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 55/2011.

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de 2011, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA, CNPJ nº. 81.003.097/0001-98, com sede e foro na Cidade de CANOINHAS - SC cito a Rua Roberto Elke, 316, Bairro Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

ÍTEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	CESTA BASICA CONTENDO CADA CESTA OS SEGUINTE PRODUTOS: 02 PCT ARROZ PARBOILIZADO TIPO I (PCT 05 KG) Marca: BELCHIOR 01 PCT FARINHA DE TRIGO ESPECIAL (PCT 05 KG) Marca: PANFACIL 02 KG ACUCAR REFINADO (PCT 1 KG) Marca: ALTO ALEGRE 02 KG FUBA DE MILHO FINO (PCT 01 KG) Marca: SINHA 02 KG FARINHA DE MANDIOCA Marca: JULIA (PINDUCA) 01 KG SAL IODADO Marca: CRUZEIRO 01 LATA DE OLEO DE SOJA 100% NATURAL (LATA 900 ML) Marca: SOYA	4.000 (quatro mil)	40,60

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 06 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo edital de pregão nº. 55/2011 – procedimento administrativo nº. 96/2011, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Não será permitido o reajuste do preço registrado.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de setembro de 2011.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA CNPJ nº. 81.003.097/0001-98 CONTRATADA
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 _____
NILTON AVANIR HURMUS

2 _____
JACY DE FÁTIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Nº 13/2011 Mateus Angelo Romani-ME **CONTRATO Nº 13/2011**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE

CONTRATADO: A empresa MATEUS ANGELO ROMANI-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.687.115/0001-50, estabelecida na Linha Passarinhos, interior do Município de Palmitos/SC, neste ato devidamente representado pelo sócio proprietário Sr. Mateus Angelo Romani, inscrito no CPF sob o nº 050.577.979-05, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 18/2011 e Edital Tomada de Preços 01/2011, com seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global com fornecimento de materiais e mão-de-obra para ampliação do Posto de Saúde com área total de 170,79 m, conforme especificações e condições estabelecidas na proposta acima declarada vencedora.

1.2. Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 01/2011 - FMS, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO/ FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 O pagamento pela obra contratada será efetuado com base no preço R\$ 149.900,00 (Cento e quarenta nove mil e novecentos reais) cotado pela licitante, sendo que o CONTRATANTE terá o prazo para efetuar o pagamento de até 8 (oito) dias, depois da

apresentação da respectiva Nota Fiscal que deverá estar acompanhada do laudo de medição da etapa realizada, emitido pelo engenheiro da empresa e homologado pelo engenheiro da Prefeitura Municipal, bem como o fornecimento de cópia do Diário de Obra à Municipalidade, da realização da medição, facilitando, ainda, todas as atividades de fiscalização da obra que será feita por engenheiro desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

2.2 - Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária na conta da CONTRATADA no Banco do Brasil S.A, em moeda corrente do país, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina (Decreto nº 3.650 de 27/12/93), e também, quando a empresa não for

catarinense, da Certidão Negativa do Estado de origem (Decreto nº 3.884/93, de 26/08/93), bem como a CONTRATADA obriga-se a apresentar:

I) cópia da Gfip/Sefip, folha de pagamento dos funcionários devidamente assinada (quitada), e as certidões negativas quanto a regularidade fiscal.

II) junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas; bem como o cumprimento do estabelecido no art. 140 da Instrução Normativa nº 003/2012, do INSS (retenção de 11% do valor da mão-de-obra contida na nota fiscal/fatura);

III) a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos serviços junto ao CREA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1 O Fundo Municipal da Saúde obriga-se a receber a obra nos termos e condições estabelecidas no Edital TP 01/2011 que originou este contrato e nas cláusulas estabelecidas neste contrato.

3.2 A fiscalização e o controle por parte do Fundo Municipal da Saúde, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão-de-obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Prefeitura.

4.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra.

4.2.1 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do artigo 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

4.2.2. Cumprir integralmente com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

4.3 Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

4.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas.

4.5 A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

4.6 A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias

concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

4.7 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos do CONTRATANTE, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

4.8 A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra de forma discriminada.

4.9 A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e sociais decorrentes da execução do contrato, de acordo com o artigo 71, da Lei nº 8.666/93.

4.10 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

4.11 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993.

4.12. Executando o objeto do contrato, a contratada responderá pela solidez e segurança da obra durante o prazo de cinco anos, em conformidade com o disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro de 2.003.

4.13. A CONTRATADA fica obrigada a registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão de obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura ao CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão de obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

4.14. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar as guias de recolhimento do FGTS e do INSS, relativas ao CNPJ da CONTRATADA e/ou ao CEI da obra, devidamente quitadas, para o recebimento do pagamento de cada parcela, bem como a CND do INSS, o CRF do FGTS e declaração contendo, no mínimo, o nome e a assinatura dos funcionários e ciente da empresa, comprovando que os salários do período compreendido entre a data de assinatura da Ordem de Serviço e da data de Recebimento Provisório da Obra foram pagos, para recebimento do pagamento da última parcela, podendo esta última ser substituída por Certidão Negativa de Débito Salarial expedida pela Delegacia ou Subdelegacia Regional Trabalho.

CLAUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1 A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma Indireta, em regime de Empreitada Global, em conformidade com o projeto básico constante nos anexo do Edital que a este dá causa.

5.2 A Contratada obriga-se a entregar a obra, objeto deste

contrato, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data do contrato, de acordo com o cronograma constante no Anexo "IV", contados da data de assinatura da Ordem de serviço.

5.3 A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 01/2011 e a proposta que apresentou e teve aceita neste certame licitatório, cujos documentos fazem parte integrante e indissociável do presente Contrato.

5.4 O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Fundo Municipal da Saúde e Prefeitura Municipal, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

5.6 Os serviços serão executados sob a forma de empreitada por preço global, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas e especificações contidas em projeto.

5.7 Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da CONTRATADA. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pelo Contratante. O diário de obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização da Prefeitura Municipal de Tunápolis e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

5.8 Nenhuma alteração contratual, quer seja do cronograma, do prazo de vigência, do projeto ou das especificações, será efetuada sem autorização do CONTRATANTE. Em se tratando de acréscimo de obras, embora devidamente autorizado pelo CONTRATANTE, não poderá ultrapassar de 25% (vinte e cinco por cento) para obras e serviços, do valor global deste Contrato, de acordo com o art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações posteriores.

5.9 Os atrasos na execução dos serviços, tanto nos prazos parciais como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Prefeitura.

5.10 Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação, referentes aos prazos parciais e ao prazo final, deverão ser encaminhados por escrito a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura, um dia após o evento.

5.11 Por motivo de força maior, desde que devidamente justificado, o presente instrumento poderá ser prorrogado objetivando o atendimento da plenitude do objeto licitado.

5.12 Não se aceitará interrupção da obra, exceto em caso de mau tempo.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS, FONTES DOS RECURSOS:

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes despesas previstas no orçamento de 2011:

Órgão 10, Unidade 01, Projeto/Atividade 1.024, Dotação 01. Recursos Próprios. 4.4.90.00.00.00.00.0104 Construção, Ampliação e Conservação da Unidade de Saúde.

CLÁUSULA SETIMA - PRAZO:

7.1 O presente contrato tem sua vigência até 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato, conforme cronograma físico anexo ao Edital, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/935.

7.2 A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Contrato e Edital TP 01/2011, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Prefeitura

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL:

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração, tudo em conformidade com os artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES:

9.1 O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.

V - 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia que exceda o prazo contratual.

9.2 As multas previstas nos itens IV e V são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.3 A multa definida no item V será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devida e a multa definida no item V será descontada da última parcela, ou das cauções retidas.

CLÁUSULA DECIMA - FORO COMPETENTE:

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 18 de agosto de 2011.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal

MATEUS ANGELO ROMANI-ME

Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Processo de Licitação Nº 101/2011 Materiais Equipamentos ETA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 101/2011

Edital de Pregão Presencial nº 68/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de Materiais e Equipamentos que serão utilizados na Instalação, Ampliação e Manutenção, para o melhor funcionamento do Sistema de abastecimento de Água do Município de Tunápolis.

Entrega das propostas até às 14h30min do dia 16/09/2011

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 31 de agosto de 2011

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Decreto 74/2011

DECRETO Nº 074/11, de 23 de agosto de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo - SC, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E SF E ACS

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0064.0(12) - Aplicações Direta

R\$ 100.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0064.0(10) - Aplicações Direta

R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 013/11.

Turvo(SC), 23 de agosto de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 75/2011

DECRETO Nº 075/11, de 25 de agosto de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de

suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo - SC, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERV. PÚBLICOS
26.782.0044.2.019 - MANUT. SECRETARIA TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0080.0(74) - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte (0080) Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 25 de agosto de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO: Prestação de serviços de pagamentos das Ordens Bancárias - OB, por meio do Sistema OBN - Ordens Bancárias dos Estados e Municípios.

VALOR: A remuneração da Contratada pela prestação dos serviços será realizada pela Contratante, por meio da cobrança de tarifas pelo processamento das ordens bancárias enviadas a Contratada.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 112/2011.

Vargeão SC, 29 de agosto de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 0020/2011**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2011**

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 048/2005, de 06 de setembro de 2005, realizará no dia 15 de Setembro de 2011 às 09:30 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição parcelada de gasolina comum, álcool combustível tipo hidratado e óleo diesel; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 0020/2011.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas

pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 01 de setembro de 2011.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Aditivo nº0218-2011PMV

RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO ADITIVO 0227/2011 PARA 0218/2011

Aditivo nº: 0218/2011

Contrato/Ata nº: ATA 22/2011

Licitação: PR 14/2011

CONTRATADA: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência até 31 de dezembro de 2011, com efeitos a partir de 03/08/2011 e aumento no quantitativo dos itens conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.

Valor: R\$ 39.368,75

Data: 16/08/2011

Pregão Presencial Nº 130/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2011 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 130/2011. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERV. DO TRATOR DE PNEUS VALMET, FROTA 93, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 19 de Setembro de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9032/3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 01 de Setembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0640/11

PORTARIA nº 0640/11

Autoriza o Uso, a Revitalização e a Limpeza do Espaço Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 11789/11,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso da Passarela Ruggero Pasa, localizada entre a Avenida Antonio Nico Fávero (Beira Rio) e a Rua XV de Novembro, pela empresa BRF- Brasil Foods S.A., nos dias 28, 29, 30 de setembro e 1º de outubro de 2011, das 07:00h às 18:00h, para realização do "Programa Voluntários BRF".

Art. 2º Autorizar, a pedido, a revitalização e a limpeza do espaço público, constante no artigo 1º, bem como as margens do Rio do

Peixe nestas imediações, pela empresa BRF - Brasil Foods S.A, nos dias 28, 29, 30 de setembro e 1º de outubro de 2011, das 07:00h às 18:00h.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Videira será isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando inteiramente responsável a empresa BRF - Brasil Foods S.A.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de agosto de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de agosto de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Consórcios

AGIR

Ata Nº 12 de 14/07/2011 - AGIR

ATA Nº 012/2011, DE 14 DE JULHO DE 2011 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e onze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº. 775, página 175, de 06.07.2011, no site da AMMVI e no mural da AGIR, este em 04 de julho de 2011, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões do Auditório Lino Grützmacher, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às catorze horas e quinze minutos em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta em segunda convocação depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. Os trabalhos foram iniciados sob a presidência do senhor doutor Laércio Demerval Schuster Júnior, Vice-Presidente e prefeito do Município de Timbó, que com a concordância de todos nomeou o Senhor Heinrich Luiz Pasold para secretariar os trabalhos. A assembleia contou ainda com a presença do senhor Hartwig Persuhn, prefeito de Doutor Pedrinho e tesoureiro da AGIR, senhor João Paulo K. Kleinubing, prefeito do município de Blumenau, senhor Jamir Marcelo Schmidt, prefeito do município de Apiúna, senhor Orides Komann, prefeito do município de Guabiruba, senhor Zenor Francisco Sgrott, prefeito do município de Botuverá, senhor Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar, senhor Moacir Polidoro, prefeito do município de Acurra, Senhor Carlos Alberto Pegoretti, prefeito do município de Rodeio e ainda o senhor Harry Dalabrida, vice-prefeito do município de Benedito Novo, além de várias outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada, dentre estes se fizeram presente vários dos indicados para a composição do Comitê de Regulação. Os trabalhos da assembléia geral ordinária da AGIR foram iniciados após a verificação de número legal de consorciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior. 2 - Assuntos administrativos (exclusivamente). 3 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos o senhor Presidente agradeceu a presença de todos. Em ato seguinte foi determinado ao secretário ad hoc que efetuasse a leitura do

edital de convocação, o que foi feito e em seguida foi aprovada a ata da reunião anterior. No seguimento dos trabalhos o vice-presidente, determinou que fossem tratados os assuntos administrativos diretamente pelo secretário ad hoc. Ficou convalidado pela assembleia o critério de desempate ocorrido na votação entre os membros do Comitê de Regulação, assumindo como titular o senhor Sandro Lourival Cardoso uma vez que a senhora Vanessa Fernanda Schmidt foi convidada, para assumir o cargo, temporariamente, de Diretora Administrativa da AGIR. A indicação foi referendada por unanimidade pela Assembleia e foi determinado que as medidas legais para a contratação fossem ultimadas, sendo que a mesma deverá iniciar os seus trabalhos a partir da próxima semana. Foi comunicado que o senhor Célio Franciscão Simão, por razões profissionais renunciou ao cargo de membro do Comitê de Regulação e por determinação do senhor Presidente foi convocada a primeira suplente, a senhora Maria de Fátima Martins, do município de Acurra, nos termos das Resoluções nº. 15 e 16. Na sequência dos trabalhos os presentes tomaram ciência da situação dos pagamentos dos valores dos rateios solicitando-se àqueles ainda em aberto que saldassem os valores para a regularização do caixa da AGIR. Prosseguindo, foi apresentada a previsão orçamentária da AGIR para 2012, sendo esta no valor global de R\$ 664.243,04 (seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais, quatro centavos). Colocada em votação, a referida proposta orçamentária para 2012 foi aprovada sem qualquer emenda. Também ficou registrado que o levantamento inicial dos prestadores de serviços já foi parcialmente procedido para que, ao ser elaborado o rateio para o exercício de 2012, os valores das taxas sejam contempladas observando-se o percentual de cinquenta por cento previstos no Protocolo. Ficou acertado ainda que até o final deste mês de julho os membros do Comitê de Regulação serão devidamente empossados, devendo ser eleito o presidente e os períodos dos mandatos. Foi acertado também que na mesma ocasião a AGIR será apresentada oficialmente aos membros do Comitê de Regulação, aos prestadores de serviços públicos e aos usuários em geral, em ato este a ser promovido no auditório da AMMVI. Neste momento o senhor Vice-Presidente registrou a presença do Presidente, prefeito Sergio Almir dos Santos e lhe passou os serviços e a direção da assembléia. O senhor presidente pediu desculpas pelo atraso justificando-se que em razão de fatores alheios a sua vontade, estes retardaram a saída de seu município. Dentre as outras ações da AGIR, ficou estabelecido que deverá ser criado/desenvolvido um logotipo para após iniciar a confecção de materiais. Também ficou estabelecido que deverão ser elaborados os regimentos internos da AGIR, do Comitê de Regulação e das diretorias. Em uma fase posterior, ainda antes do final do segundo semestre deste ano deverão ter início as audiências públicas para o estabelecimento de critérios técnicos para a fiscalização e normatização do fornecimento de água potável e também as primeiras normativas sobre o esgotamento sanitário, observadas as competências da AGIR. Na sequência dos trabalhos os presentes foram informados sobre os três procedimentos administrativos em andamento na AGIR, seus desdobramentos e ainda a atual fase de cada processo. O secretário ad hoc deu conhecimento aos presentes que boa parte das denúncias investigadas no Processo nº. 001, já foram resolvidas e que nos demais ainda está correndo prazo para a entrega das informações. O prefeito de Blumenau comunicou que a sua administração já fez a contratação de alguns profissionais para efetiva fiscalização das obras e o secretário ad hoc informou que as reclamações diminuiriam quase que por completo. Por outro lado informou que a empresa Foz de Blumenau S.A. já prestou algumas informações sobre a recuperação de duas ruas e informou que as obras devem estar concluídas dentro de trinta dias. Foi levado ao conhecimento da assembléia que a empresa Foz de Blumenau S.A. apresentou uma notificação no sentido de dar conhecimento de que será procedido o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, com índice de 5,15% a partir de julho de corrente ano, ficando a ser reavaliado o período de janeiro a junho de 2011. A empresa justifica essa medida em

razão do não pronunciamento da AGIR dentro dos prazos fixados no contrato de concessão. Foi autorizada pela assembleia a formalização de uma contra notificação extrajudicial uma vez que a fixação de prazos a ser cumpridos pela Agência, de forma unilateral, viola os princípios legais e a finalidade da agência. Esgotados os assuntos da ordem do dia, a palavra foi liberada sob o tema Assuntos Gerais. O secretário ad hoc lembrou aos senhores prefeitos consorciados a obrigação dos repasses mensais para a AGIR e que sem tais valores não é possível a gestão plena do consórcio, comprometendo-se os presentes em agilizar os repasses. Também foram comentadas as recentes notícias dos jornais locais que estão, neste momento, dando outro foco às ações da AGIR, ou seja, notícias com bases em critérios técnicos. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos desta assembleia geral extraordinária e determinou que eu _____, secretário "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da Diretoria Executiva

CIGA

Extrato Contrato 93 - PGC - São José do Cedro

Extrato de Contrato nº 93/2011
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores - São José do Cedro

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de São José do Cedro
CNPJ: 78.503.695/0001-11
CONTRATO Nº: 06/2011
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet;
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 01 de setembro de 2011.
EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 94 - Programa - Palhoca

Extrato de Contrato nº 94
Contrato de Programa - Palhoca

CONTRATANTE: Município de Palhoca
CNPJ: 82.892.316/0001-08
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 150/2011
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Palhoca e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Palhoca no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Palhoca, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.
VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.
VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 22 de agosto de 2011.
EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 95 - Rateio - Palhoca

Extrato de Contrato nº 95/2011
Contrato de Rateio - Palhoca

CONTRATANTE: Município de Palhoca
CNPJ: 82.892.316/0001-08
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 151/2011
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Palhoca e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 150/2011.
PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.
JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.
VALOR: R\$ 2.016,00 (dois mil e dezesseis reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 22 de agosto de 2011.
EDINANDO BRUSTOLIN
Diretor Executivo do CIGA

CISAMA

Assembleia Geral de Prefeitos do CISAMA Dia 06/07/2011

ASSEMBLEIA GERAL DE PREFEITOS DO CISAMA DIA 06/07/2011.

Aos seis dias do mês de julho, com início às dezesseis horas, na sede da AMURES, reuniram-se os prefeitos associados para deliberar sobre a seguinte pauta: - Cadastramento de carta consulta a FUNASA; Responsabilidade do CISAMA pela gestão do saneamento nos municípios; Andamento e cumprimento das metas do TAC; Planos de saneamento; Agência reguladora; Contrato de rateio; Quadro de pessoal CISAMA; Concurso público para os cargos

futuros; Andamento do projeto SUASA - inspeção sanitária; Andamento dos convênios contratados da emenda parlamentar em 2010 e Licença ambiental para os projetos de saneamento; Gilsoni saudou a todos e convidou o Presidente do CISAMA, José Nérito, Presidente do CISAMA para compor a mesa e também o Prefeito de Capão Alto e Presidente da FECAM, Antônio Coelho Lopes Júnior. O Prefeito Nérito agradeceu a todos e falou sobre a pauta e desejou uma ótima assembléia a todos. Passou a palavra ao Secretário Gilsoni que disse que a reunião foi transferida devido as reuniões das SDRs. Gilsoni Leu a pauta, Gilsoni solicitou que o Prefeito Macari fizesse parte da mesa. Comentou sobre a entrega de dados do valor adicionado e outros relatórios do movimento econômico. Gilsoni apresentou um quadro do valor adicionado preliminar ano base 2010. Gilsoni falou ainda sobre a missão internacional da AMURES a Europa, apresentou um roteiro sobre a viagem e fez comentários sobre cada passeio, data proposta para 03 a 13 de outubro, foi apresentado os valores, para conseguir as passagens com esses valores é necessário um maior grupo de pessoas. Gilsoni disse que fica para discussão e que precisa no mínimo de dez pessoas para que o preço do pacote seja mantido. Gilsoni disse que depois da confirmação é preciso ver as pautas. Gastos previstos em torno de seis a oito mil reais, incluído hospedagem e passagem. O Secretário informou que a Flytour, empresa contrata pelo menor preço, irá entrar em contato com os prefeitos para as reservas. Em discussão, aprovado. Dando prosseguimento à pauta, a secretária de educação do município de Lages, Senhora Sirlei Rodrigues solicitou uma posição dos prefeitos com relação ao transporte escolar nesses dias de paralisação dos professores e a reposição das aulas. Os municípios possuem a responsabilidade de transportar os alunos nos horários contratados, fora isso não é de responsabilidade dos prefeitos. O Prefeito Macari manifestou-se dizendo que os prefeitos devem transportar os alunos até a data prevista no contrato, ou seja, até o dia 12 de julho. O Prefeito Amarildo Gaio disse que os prefeitos não podem transportar os alunos por mais quarenta dias, fazem o transporte se o Estado entrar com termo aditivo, todos os prefeitos são unânimes. O Prefeito Bota disse que paralisou as aulas devido ao frio, entrou em contato com a defesa civil e registrou em ata. O Prefeito Macari disse que a AMURES pode tomar uma decisão em conjunto sobre as essas questões e encaminhar ao Governador, oficializando sobre o frio com relação as aulas. Também é necessário fazer a manutenção dos ônibus neste período de férias. Em dezembro também terá reposição de aulas e é necessário que se faça o recesso. Dando prosseguimento, com relação ao Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Agregação de Valor. Sobre a estruturação do Consórcio Intermunicipal de Atenção a Sanidade Agropecuária, Gilsoni informou sobre a renovação do convênio com o MDA/SDT sobre a estruturação do CISAMA, de 40 mil reais, para aquisição de veículos e equipamentos. Caso a Secretária não libere este recurso, os municípios precisam entrar com seis mil reais, ou seja, vinte por cento de contrapartida. Foi apresentando algumas ações do CISAMA, como o curso de boas práticas, realizado em parceria com a EMBRAPA, também viagem a Chapecó nas agroindústrias. Gilsoni falou sobre o contrato de rateio entre os municípios para que seja mantido o Senhor Selênio e também a Lúcia, que são os técnicos contratados para os serviços do SUASA, acabou o convênio com o MDA, por isso há necessidade de que os municípios repassem esses valores para que mantenha esses profissionais, conforme já deliberado assembléia anterior, onde os prefeitos votaram por manter os profissionais. Seriam 500 reais de cada município até o final do ano. Gilsoni falou que alguns já encaminharam. Dando seguimento, sobre o cadastramento da carta consulta a FUNASA, disse que está aberto para a elaboração de projetos, valor mínimo um milhão (ver slide Gil) Responsabilização do CISAMA pela gestão do saneamento nos municípios. O CISAMA pode no futuro operar no saneamento nos municípios, os municípios não podem ter contrato com a FECAM. Municípios que tenham interesse devem oficializar para a AMURES. Com relação andamento do TAC nos município, metas, algumas etapas já

estão vencendo, cronograma, planos de saneamento, definição da agência de regulação. O Presidente Antônio Coelho explicou que a agência reguladora não tem relação com o CISAMA. A agência regula se os contratos estão sendo cumpridos, serve para fiscalizar e regular s serviços de saneamento básico. Os Prefeitos podem entrar na agência do estado, na ARIS, agência da FECAM, órgão paralelo e ainda o município criar a própria agência, o que não é viável pelo alto custo de investimentos. O Prefeito Antônio Coelho esclareceu algumas dúvidas dos prefeitos. O Prefeito Bota solicitou uma reunião com o Prefeito Renato de Lages. Dra. Zenalda disse que até o dia 25 de agosto é necessário que os municípios escolham a agência reguladora e façam o contrato. O Prefeito disse que pedirá para o Marcos da ARIS entrar em contato com os prefeitos. O Prefeito Amarildo Gaio sugeriu que os prefeitos verifiquem se há contratos com a CASAN. Com relação aos projetos encaminhados a FUNASA, que estão faltando alguns documentos e que foi entregue um check list para que os prefeitos analisem a situação de cada um e encaminhem à FUNASA. Com relação às licenças ambientais, é um dois itens da carta consulta. Sugestão de trazer o projeto na FATMA para obter o parecer. O Senhor Willy Brun disse que está tentando agilizar na medida do possível a liberação das licenças. Foi pedido prioridade na liberação, devido ao prazo de entrega, disse que há municípios que ainda não entregaram os projetos, sugeriu aos prefeitos quando entregarem os projetos na FUNASA, revejam o check list e também numerar as página e ficar com uma cópia. Dra. Zenalda informou que são dois contratos de rateio, um com os sete municípios que possuem contrato com a FUNASA e outro com o CISAMA. Gilsoni informou que os projetos de acessibilidade, com estagiários cedidos pela prefeitura de Lages, estão sendo realizados os levantamentos nos bairros, esse projeto vai ser extensivo aos municípios. Foi discutido sobre o licenciamento dos cemitérios, em discussão se cada município faz o seu ou pela amures ou CISAMA, sugestão de uma empresa fazer em todos os municípios, sugestão fazer uma licitação para contratar este serviço em conjunto. O Prefeito José Nérito agradeceu a todos pela presença, não havendo mais assuntos a serem tratados o Presidente da AMURES encerrou a reunião, que foi secretaria por mim Gilsoni Lunardi Albino Secretário da AMURES e que se estiver de acordo depois de apreciada será assinada por todos.

José Nérito de Souza
Prefeito de São Joaquim
Presidente do CISAMA

José Antônio de Melo
Prefeito de Bom Retiro

Janerson José Delfes Furtado
Prefeito de Cerro Negro

Amarildo Luiz Gaio
Prefeito de Urupema

Júlio Pinheiro
Prefeito em exercício de Anita Garibaldi

Adilson Jorge Costa
Prefeito de Urubici

Rivaldo Antônio Macari
Prefeito de Bom Jardim da Serra
Presidente da AMURES

Everaldo José Ranson
Prefeito de São J. Cerrito

Vânio Forster
Prefeito de Correia Pinto

Luiz Paulo Farias
Prefeito de Ponte Alta

Joel de Oliveira
Secretário Municipal de Lages
Representando Pref. Lages

Sérgio Mafioletti
Secretário Dês. E Turismo
Repres. Pref. Rio Rufino

Denizete Monteiro Mota
Secretária de Saúde S. J. Cerrito

Selênio Sartori
Técnico do SUASA

Roberto Yamanichi
Assessor Campo Belo do Sul

Fábio de Almeida
Sec. Educação Bom Retiro

João Miranda
Secretário de Painei
Repres. Prefeito

Amarildo Volpato
Assessor Pref. Correia Pinto

Luiz Amorim
Vereador de Lages

Willy Brun Filho
Gerente Regional da FATMA

Afonso Pereira
Secretário de Agricultura de São José do Cerrito

Ata de Assembleia Geral de Prefeitos do Dia 10 de Agosto de 2011

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE PREFEITOS DO DIA 10 DE AGOSTO DE 2011.

Aos dez dias do mês de agosto, na sede da AMURES, reuniram-se os prefeitos associados para assembleia Geral, tendo a seguinte pauta: Apresentação de Projetos Desenvolvidos pela AMURES. O Secretário Gilsoni Albino cumprimentou a todos e agradeceu pela presença. Convidou para fazer parte da mesa o Vice-Presidente da AMURES, Senhor Amarildo Gaio, o Presidente do CISAMA, Senhor José Nérito de Souza. Dando início aos trabalhos o Presidente cumprimentou a todos os Prefeitos e demais presentes, agradecendo pela presença. Desejou um ótimo dia de trabalho a todos. Gilsoni convidou a Dra Zenalda, assessora jurídica da AMURES para falar sobre os encaminhamentos do TAC - Termos de Ajuste de Conduta, disse que o material está na pasta de cada prefeito, disse que elaborou um relatório e solicitou que os prefeitos analisem junto com a assessoria jurídica de seu município, verificar se já foi cumprido e também há item que deverão ser cumpridos. Falou ainda sobre a Regulamentação do Código Sanitário, que um grupo de trabalho dos municípios está concluindo que também faz parte do TAC. Outro item é exigido pelo TAC é a definição da agência reguladora que os prefeitos precisam definir. Solicitou novamente que são responsabilidades assumidas e para isso é necessário dar andamento a essas exigências. Reunião a ser marcada dia 19 de agosto com os assessores jurídicos. Convidou o Senhor Selênio para fazer a apresentação do SUASA. Selênio agradeceu e falou sobre a audiência pública entre o Ministério

Público e os órgãos sobre inspeção dos alimentos. Selênio sugeriu municipalizar os serviços de inspeção de alimentos nos municípios. Em seguida a Veterinária Lúcia falou sobre os documentos que são necessários para que fazerem parte do CISAMA, a relação dos documentos que estão faltando, estão na pasta de cada município, apresentou a situação de cada município. Selênio falou ainda sobre a constituição e capacitação da equipe SUASA. Apresentou ainda o Projeto que foi aprovado dia 19 de julho de estruturação dos serviços nos municípios, de 554 mil reais e 40% de contrapartida do Estado. Confirmou com os prefeitos em assembleia anterior se está confirmado a contrapartida dos municípios, previsto do próprio edital, caso o Estado não dê o percentual total, os prefeitos de acordo poderão assinar o termo de compromisso. Gilsoni solicitou que o Prefeito Osni de Souza de Palmeira, faça a entrega de um projeto de agroindústria ao Prefeito Roberto Marin de Anita Garibaldi. Gilsoni agradeceu a presença da Secretária Solange e solicitou para fazer parte da mesa, convidou o Presidente Macari para fazer parte da mesa. O Prefeito Macari passou a palavra ao Prefeito Nérito, que agradeceu a todos pela presença e apresentou o folder do FUNSERRA, parabenizou ao Secretário Gilsoni. Comentou com o Dr. James, Promotor de Justiça sobre os Termos do TAC do saneamento Básico, disse que o FUNSERRA foi criado para arrecadar recursos para custear planos, programas, projetos, ações. Gilsoni disse que interrompeu a assembleia para fazer a eleição do mascote e depois retomará os trabalhos. O Presidente Macari falou sobre o TAC. Solicitou apoio do Ministério Público para que os municípios possam avançar no cumprimento do TAC do saneamento básico. Gilsoni informou que os municípios que assinaram convênio CISAMA com a FUSANA, haverá uma reunião na próxima segunda-feira, dia 15 de agosto. Gilsoni agradeceu a presença da prefeita em exercício de Cerro Negro e também do Senhor Osni Souza, Vice-Presidente da AMURES. Em seguida será dado o início ao concurso para elaboração de cartilha e escolha de mascote. Convidou à Senhora Nádia para fazer apresentação. Agradeceu a parceria da BAESA, que aportou recursos para Projetos da AMURES. Apresentou as figuras. Nádia falou que os mascotes foram elaborados pelos alunos dos municípios. Nádia solicitou que cada jurado faça a pontuação. O Presidente Macari perguntou quais prefeituras decretaram emergência devido às fortes chuvas. Gilsoni chamou o Estagiário Tarcísio para fazer a entrega de um mapa rodoviário para a Prefeita em exercício de Cerro Negro. O Prefeito Macari falou sobre o Projeto de Acessibilidade que também está sendo desenvolvido pela AMURES pelos estagiários cedidos pela Prefeitura Municipal de Lages. O presidente Macari fez a apresentação do escritório jurídico para auxiliar os prefeitos junto ao Tribunal de Contas. Solicitou que a ECOP faça sua apresentação. Gilsoni apresentou o Projeto de Acessibilidade, informou que em audiência com a Ministra Ideli Salvatti, solicitou que seja feito um diagnóstico quantitativo sobre essas deficiências nos municípios. Gilsoni solicitou o Estagiário Homero para que viesse a frente, informou que os estagiários estão indo aos municípios fazendo levantamentos. Foi apresentado como exemplo, o levantamento feito no município de Cerro Negro, em Lages está sendo feito o levantamento de cada bairro. Gilsoni informou que o Plano de trabalho da AMURES, para 2011 e 2012 está na pasta de cada Prefeito, onde estão demonstradas as atividades da AMURES e suas áreas de atuação que determinam os caminhos e ações para a Diretoria e para os funcionários da Associação. Dr. James, Promotor, disse que é sensível as angústias dos prefeitos, disse que levará as solicitações, ponderações ao Dr. Lio Marcos Marin, que foi o Promotor que deu início a essas questões do TAC do Saneamento. Gilsoni apresentou ainda os índices do Movimento Econômico dos Municípios que também estão na pasta dos prefeitos, os índices de ICMS e também do FPM e a previsão para o mês de agosto. O Prefeito José Nérito de São Joaquim chamou a empresa RedSol de Florianópolis, para fazer apresentação do Projeto de Reciclagem, disse ainda que se deve dar atenção a esse problema de reciclagem e manter contato com a empresa, que fará um estudo e avaliação da região para que seja realizado um projeto em conjunto para a

região toda. Gilsoni apresentou o resultado da eleição do mascote, sendo o item 11, Nascentina realizado por equipe do Município de Urupema, foi eleito pelos jurados para fazer parte da cartilha do projeto Nascentes do Futuro. Falou ainda sobre a viagem a Europa, que os prefeitos que não fizeram ainda o passaporte, que seja providenciado devido a uma demora de um mês. Gilsoni agradeceu a todos e falou sobre os 43 anos da Associação. Passou a palavra ao Presidente Macari que convidou a todos para o almoço na Cantina Cancian pelos 43 anos, agradeceu e encerrou a presente assembleia.

José Nérito de Souza
Prefeito de São Joaquim
Presidente do CISAMA

Rivaldo Antônio Macari
Prefeito de Bom Jardim da Serra
Presidente da AMURES

Adilson Jorge Costa
Prefeito de Urubici

Vânio Forster
Prefeito de Correia Pinto

Everaldo José Ransoni
Prefeito de São José do Cerrito

Roberto Marin
Prefeito de Anita Garibaldi

Luiz Marin
Secretário de Meio Ambiente

James F. Amorim
Promotor Público

Gilsoni Lunardi Albino
Secretário Executivo

Alexandre Gustavo Silva
Assessor Ambiental

Edson Schiavotelo
Diretor de Sustentabilidade da BAESA

Paulo Chagas
Imprensa

Solange Scortegagna Pagani
Secretária Regional de São Joaquim

Portaria N° 01/2011
PORTARIA N° 01/2011

Nomeia LUCIA PADILHA DE ARRUDA IDE para atuar na função de COORDENADORA DE PROJETOS do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense - CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense - CISAMA, Sr. JOSÉ NÉRITO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. LUCIA PADILHA DE ARRUDA IDE, para exercer a função de COORDENADORA DE PROJETOS constante do quadro de funções adicionais - empregos públicos de livre nomeação previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de setembro de 2011.

JOSÉ NÉRITO DE SOUZA
Presidente do CISAMA

